



DOUTORAMENTO EM ESTUDOS DO DESENVOLVIMENTO

Efeitos da Globalização nos Países em Desenvolvimento em termos de Repartição do Rendimento. / The Effects of Globalization on Income Distribution of Developing Countries.

Ana Catarina Pagarim Ribeiro Kaizeler

Orientador: Doutor Horácio Crespo Pedrosa Faustino

Professor auxiliar

Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa

Presidente do Juri: Reitor da Universidade de Lisboa

Vogais:

Doutor Manuel Couret Pereira Branco

Professor associado com agregação

Escola de Ciências Sociais da Universidade de Évora

Doutor Horácio Crespo Pedrosa Faustino

Professor auxiliar

Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa

Doutor Carlos Alberto Farinha Rodrigues

Professor auxiliar

Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa

Doutor Nuno Carlos Prazeres Marques Leitão

Professor adjunto

Escola Superior de Gestão do Instituto Politécnico de Santarém

Julho 2015

Resumo.

Esta dissertação analisa os efeitos da globalização na desigualdade na repartição do rendimento dos países em desenvolvimento no período de 1981 a 2010, utilizando médias de três anos. Utiliza como medida da globalização o indicador KOF, que agrega as dimensões económica, social e política, bem como as medidas tradicionais do grau de abertura e do investimento directo estrangeiro. O índice de Gini foi usado como medida de desigualdade na repartição do rendimento no país e o desvio médio logarítmico ou índice de Theil L como medida de desigualdade do rendimento entre os países. Foram usados dois métodos de estimação: o estimador de efeitos fixos na análise estática e o GMM-SYS de Blundell & Bond (1998, 2000), com a correcção de Windmeijer (2005), na análise dinâmica. Os resultados obtidos revelam que a globalização medida pelo índice de KOF conduz à diminuição da desigualdade na repartição do rendimento nestes países, independentemente da definição de desigualdade utilizada. A introdução no modelo das medidas tradicionais da globalização deu resultados contraditórios, consoante a definição de desigualdade. A hipótese de Kuznets (1955) de uma relação em forma de U invertido entre a desigualdade e crescimento económico foi também testada.

Palavras-chave: Globalização, Desigualdade, Crescimento, Pobreza, Países em Desenvolvimento.

Abstract.

This dissertation analyses the impact of globalization on income inequalities in developing countries over the period from 1981 to 2010, applying three year average periods of measurement. This deploys both the KOF indicator as a measure of globalization, as it aggregates the economic, social and political dimensions, alongside more traditional measures such as the level of openness and foreign direct investment. The Gini index was used to calculate the income inequality within a country, and the mean log deviation, the Theil L index, to measure income inequality between countries. We applied two methods of estimation: the estimation for fixed effects on static analysis and the GMM-SYS estimation, proposed by Blundell & Bond (1998, 2000), with the Windmeijer correction (2005), for dynamic analysis. The results suggest that globalization as measured by the KOF index leads to a decrease in income inequality in these countries irrespective of the definition of inequality applied. The introduction into the model of traditional measurements of globalization generated contradictory results depending on the definition of inequality. The Kuznets hypothesis (1955) of an inverted U relationship between inequality and economic growth was also subject to testing.

Keywords: Globalization, Inequality, Growth, Poverty, Developing Countries.

Índice

Lista de Gráficos.....	8
Lista de Tabelas.....	9
Agradecimentos.....	10
Lista de Abreviaturas e Siglas.....	12
1. INTRODUÇÃO.....	14
2. CONCEITOS E CONTEXTUALIZAÇÃO.....	22
2.1 Globalização.....	22
2.1.1 Conceitos.....	22
2.1.2 Contextualização.....	25
2.1.3 Medir a Globalização.....	31
2.2 Desigualdade.....	44
2.2.1 Conceitos.....	44
2.2.2 Contextualização Histórica.....	49
2.2.3 Medir a Desigualdade.....	53
3. REVISÃO DE LITERATURA.....	65
4. EFEITOS DA GLOBALIZAÇÃO NA DESIGUALDADE NA REPARTIÇÃO DO RENDIMENTO DOS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO.....	73
4.1 Base de Dados.....	74
4.2 Variável Dependente.....	74
4.3 Variáveis Independentes e Formulação de Hipóteses.....	77
4.4 Especificação dos Modelos Econométricos.....	86
4.5 Estatística Descritiva.....	89
4.6 Análise de Resultados.....	90
4.6.1 Análise Estática: Estimador de efeitos fixos.....	90
4.6.2 Análise Dinâmica: Estimador GMM – SYS.....	92

4.7	Efeitos da Globalização na Desigualdade na Repartição do Rendimento dos Países Menos Desenvolvidos.	95
4.7.1	Estatística Descritiva.....	96
4.7.2	Análise Estática: Estimador de efeitos fixos.....	98
4.7.3	Análise Dinâmica: Estimador GMM-SYS	100
4.8	Evolução da globalização e da desigualdade de alguns países em desenvolvimento entre 1981 e 2010.	103
5.	EFEITOS DA GLOBALIZAÇÃO NA DESIGUALDADE DO RENDIMENTO ENTRE OS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO.....	106
5.1	Base de Dados.....	112
5.2	Variável Dependente.....	112
5.3	Variáveis Independentes, Formulação de Hipóteses e Modelo Econométrico.....	114
5.4	Estatística Descritiva.....	116
5.5	Análise dos Resultados	118
5.5.1	Análise Estática: Estimador de efeitos fixos.....	118
5.5.2	Análise Dinâmica: Estimador GMM – SYS.....	121
5.5.3	Análise Utilizando Outras Medidas de Desigualdade	124
5.5.3.1	Estimação Estática: Estimador de efeitos fixos.....	124
5.5.3.2	Estimação Dinâmica: Estimador GMM-SYS.....	126
5.6	Efeitos da Globalização na Desigualdade Ponderada do Rendimento dos Países em Desenvolvimento Excluindo a Índia e a China.	128
5.6.1	Estatística Descritiva.....	128
5.6.2	Análise Estática: estimador de efeitos fixos	129
5.6.3	Análise Dinâmica: Estimador GMM-SYS	131
5.7	Efeitos da Globalização na Desigualdade do Rendimento Ponderada dos Países Menos Desenvolvidos.	134
5.7.1	Estatística Descritiva.....	134
5.7.2	Análise Estática: Estimador de efeitos fixos.....	136
5.7.3	Análise Dinâmica: Estimador GMM-SYS	138
6.	RELAÇÃO ENTRE CRESCIMENTO, DESIGUALDADE E POBREZA NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO	141
6.1	Conceito de Pobreza	143
6.2	Medir a Pobreza	146
6.3	Relação entre Crescimento, Desigualdade e Pobreza.....	147
6.4	Modelo Econométrico.....	150

6.4.1	Estimação do modelo.....	150
6.4.2	Dados, Variáveis e Estatística Descritiva	152
6.4.3	Resultados Empíricos	156
6.4.3.1	Resultados da análise estática: Estimador de efeitos fixos.....	156
6.4.3.2	Resultados da estimação dinâmica: Estimador GMM-SYS.....	158
6.4.4	Testes de Consistência: Utilização de outros indicadores de globalização	160
6.4.4.1	Resultados da análise estática: Estimador de efeitos fixos.....	161
6.4.4.2	Resultados da análise dinâmica: Estimador GMM-SYS.....	162
6.4.4.3	Outros Testes efectuados	166
7.	ÉTICA DA GLOBALIZAÇÃO	167
7.1	Os países mais pobres face à globalização	167
7.2	O papel das firmas multinacionais e do IDE face à globalização.....	169
7.3	O papel das instituições internacionais no processo de globalização.....	170
7.4	O Debate Actual Centrado na Economia, no Ambiente e nos Direitos Humanos...	174
8.	CONCLUSÃO	182
	BIBLIOGRAFIA	191
	ANEXOS.....	203
	Anexo 1. Comparação de vários estudos entre globalização e desigualdade.....	204
	Anexo 2. Países em Desenvolvimento	205
	Anexo 3. Índices e variáveis do KOF índice de Globalização 2013	206
	Anexo 4. Variáveis, definições e fontes dos capítulos 4 e 5.	207
	Anexo 5. Países Menos Desenvolvidos.....	208
	Anexo 6. Variáveis, definições e fontes do capítulo 6.	209
	Anexo 7. Tabela de Correlações do capítulo 4 com 139 países.	210
	Anexo 8. Teste de Hausman equação principal do capítulo 4 com 139 países.	211
	Anexo 9. Tabela de Correlações do capítulo 4 com 36 países.	212
	Anexo 10. Teste de Hausman equação principal do capítulo 4 com 36 países.	213
	Anexo 11. Tabela de Correlações do capítulo 5 com 139 países.	214
	Anexo 12. Teste de Hausman equação principal do capítulo 5 com 139 países.....	215
	Anexo 13. Tabela de Correlações do capítulo 5 com 137 países.	216
	Anexo 14. Teste de Hausman equação principal do capítulo 5 com 137 países.	217
	Anexo 15. Tabela de Correlações do capítulo 5 com 36 países.	218

Anexo 16. Teste de Hausman equação principal do capítulo 5 com 36 países	219
Anexo 17. Tabela de Correlações do capítulo 6.....	220
Anexo 18. Teste de Hausman equação principal do capítulo 6.....	221

Lista de Gráficos

Gráfico 1. Exemplo de evolução dos Gini de diferentes bases de dados: Indonésia.....	63
Gráfico 2. Exemplo de evolução dos Gini de diferentes bases de dados: Jamaica	64
Gráfico 3. Evolução da Globalização e da desigualdade do rendimento dentro de alguns países em desenvolvimento, entre 1981-2010 em períodos com médias de 3 anos.....	104
Gráfico 4. Evolução da Globalização e da desigualdade do rendimento internacional ponderada nos países em desenvolvimento entre 1981-2010 em períodos com médias de 3 anos.....	107
Gráfico 5. Evolução da Globalização e da desigualdade do rendimento internacional ponderada nos países em desenvolvimento, sem considerar a China e a Índia entre 1981-2010 em períodos com médias de 3 anos.	109
Gráfico 6. Evolução da Globalização e da desigualdade ponderada do rendimento entre os 36 países menos desenvolvidos, entre 1981-2010 em períodos com médias de 3 anos.	111

Lista de Tabelas

Tabela 1. Estatística Descritiva	89
Tabela 2. Estimação: efeitos fixos	91
Tabela 3. Estimação GMM-SYS	93
Tabela 4. Estatística Descritiva grupo dos 36 países menos desenvolvidos	96
Tabela 5. Estimação efeitos fixos grupo dos 36 países menos desenvolvidos	99
Tabela 6. Estimação efeitos dinâmicos grupo dos 36 países menos desenvolvidos.....	101
Tabela 7. Estatística Descritiva	116
Tabela 8. Estimação utilizando o estimador de efeitos fixos: variável dependente Theil_L	119
Tabela 9. Estimação GMM-SYS: variável dependente Theil_L.....	122
Tabela 10. Estimação efeitos fixos com diferentes medidas de desigualdade	125
Tabela 11. Estimação GMM-SYS com diferentes medidas de desigualdade	127
Tabela 12. Estatística Descritiva países em desenvolvimento excepto Índia e China .	129
Tabela 13. Estimação usando o estimador de efeitos fixos: países em desenvolvimento excepto Índia e China	130
Tabela 14. Estimação usando o GMM-SYS: PED`s excepto Índia e China	132
Tabela 15. Estatística Descritiva países menos desenvolvidos	135
Tabela 16. Estimação efeitos fixos grupo dos 36 países menos desenvolvidos	137
Tabela 17. Análise Dinâmica dos 36 países menos desenvolvidos	139
Tabela 18. Estatística Descritiva	155
Tabela 19. Estimação de Efeitos Fixos.....	157
Tabela 20. Estimação Dinâmica: GMM-SYS	159
Tabela 21. Estimação de Efeitos Fixos - substituição variáveis globalização.....	161
Tabela 22. Estimação Dinâmica: GMM-SYS - substituição variáveis globalização...	163

Agradecimentos

Uma tese de doutoramento, embora consista por princípio num trabalho individual com a finalidade de obtenção de um título é também na realidade fruto de um conjunto de contribuições. Ao longo destes anos contei com o significativo apoio e contributo de professores, família, amigos e instituições. Por essa razão, desejo expressar os meus sinceros agradecimentos:

À UNU-WIDER onde fiz um estágio de doutoramento, por me ter proporcionado excelentes recursos para o desenvolvimento da minha investigação. De todos os trabalhadores deste centro de investigação da universidade da ONU, destaco o contributo de Malokele Navizarro, pelos comentários, discussões e orientação adicional no decorrer do estágio. Também quero agradecer os contributos e comentários dos investigadores Han Ei Chew, Miguel Niño-Zarazúa, Channing Arndt e também de Andy Mckay, professor da universidade de Sussex. Um obrigado especial aos meus colegas de estágio de doutoramento na UNU WIDER: Anthony Mveyange, Juan M. Villa, Lukasz Marc e Smriti Sharma, por me apoiarem tantas vezes e pela troca de ideias e conhecimento que considero um contributo valioso para este projecto.

Estou também agradecida a Rachel Gisselquist, Saurabh Singhal, Omar Mcdoom e a Heidi Kaila, pelas sugestões e pelos comentários na apresentação de um seminário na UNU WIDER.

Alguns trabalhadores desta unidade de Investigação da Universidade da ONU também merecem o meu apreço pelo apoio e amizade demonstrados no decorrer do meu estágio: Sherry Ruuskanen, Lisa Winkler, Corry Dhondt e Bruck Tadesse.

Em Portugal, onde desenvolvi a maior parte do meu trabalho de investigação quero agradecer aos Professores: José António Pereirinha, Carlos Farinha Rodrigues, Joaquim Ramos Silva e Nuno Crespo, pelos comentários, sugestões e contributos no decorrer das apresentações dos seminários de Estudos do Desenvolvimento.

O meu agradecimento sincero ao Professor Horácio Faustino, que é o orientador desta tese, e que me ensinou para além do que os livros, os documentos de trabalho e as revistas científicas nos revelam. Obrigado por ser o Professor que eu gostaria de vir a ser um dia.

À minha grande amiga e colega de doutoramento Maria Amélia Valle-Flor por não me deixar desistir nunca e um último obrigado, mas não menos sentido, à minha família, pelo amor e apoio incondicional no decorrer deste processo.

Lista de Abreviaturas e Siglas

ATG *All the Ginis*

CECA Comunidade Europeia de Carvão e Aço

EUA Estados Unidos da América

FMI Fundo Monetário Internacional

FMN Firmas Multinacionais

G-Index *Globalization Index*

GATT *General Agreement About Tariffs and Trade* (Acordo Geral sobre Comércio e Tarifas Aduaneiras)

GMM – SYS *Generalized Method of Moments – System*

HO Heckscher – Ohlin (modelo)

ICRG *International Country Risk Guide*

IDE Investimento Directo Estrangeiro

IDD *Income Distribution Database*

KOF Indicador de globalização KOF

MDG *Millennium Development Goal*

MGI *Maastricht Globalization Index*

MLD *Mean Log Deviation*

NGI *New Globalization Index*

OCDE Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

OLI *Ownership, Location, Internalization* (paradigma)

OMC Organização Mundial do Comércio

ONU Organização das Nações Unidas

PD`s Países Desenvolvidos

PED`s Países em Desenvolvimento

PIB Produto Interno Bruto

PNB Produto Nacional Bruto

PRS *Political Risk Services*

S-S Stolper Samuelson (teorema)

SEDLAC *Socioeconomic Database for Latin American Countries*

SWIID *Standardized World Income Inequality Database*

TRIPs - *Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights*

UE União Europeia

UNDP *United Nations Development Programme*

UNU WIDER *World Institute for Development Economics Research, United Nations University*

URSS União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

WDI *World Development Indicators*

WIID *World Income Inequality Database*

WTID *World Top Income Database*

1. INTRODUÇÃO

A Globalização é um fenómeno que afeta todas as áreas das ciências sociais e que devido à sua abrangência tem sido difícil encontrar uma definição universal com cada autor a refletir sobre o tema na especificidade da sua área científica. O termo tem sido comumente empregue na revisão de literatura, mas sem encontrar consenso na atribuição de uma definição única, no entanto, tem contribuído para o debate aceso entre oponentes e aqueles que defendem o processo, nomeadamente no que diz respeito aos seus efeitos na desigualdade do rendimento dos países mais pobres.

Os críticos da globalização têm argumentado que este fenómeno é o maior contribuidor para o aumento da desigualdade global e da pobreza, elevando a sua importância como tema central e discutido juntamente com a desigualdade e a pobreza, nos grandes debates do desenvolvimento internacional (UNDP, 2014).

A desigualdade de rendimento *per se* tem tido grande proeminência na política internacional uma vez que está intrinsecamente ligada ao primeiro objectivo de desenvolvimento do milénio (em Inglês: Millennium Development Goal – MDG) no que concerne à erradicação da pobreza extrema e da fome.

O argumento oponente à globalização baseia-se muitas vezes na ideia que os mais ricos e prósperos têm pouco interesse na equidade, e que a desigualdade de rendimento e a pobreza têm aumentado nos últimos anos com grande contributo da globalização. (Wade, 2004).

As Instituições internacionais tais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), O Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio (OMC) assumem um papel importante neste processo de globalização mas têm sido severamente criticadas por não prestarem suficientemente atenção e apoio aos países mais pobres. E é neste conjunto de países que o desafio da globalização é maior, uma vez que carecem de estruturas sociais e políticas nacionais fortes para encararem o processo global (Stiglitz, 2003; Singer, 2004; Pogge, 2007; Wade, 2007).

De facto, o fenómeno da globalização é conhecido por produzir diversos custos e benefícios para ambos os países em desenvolvimento e desenvolvidos, o que torna importante encontrar os meios de potenciar esses benefícios e minimizar os seus custos colaterais, especialmente para as populações mais pobres e vulneráveis.

Há uma necessidade clara e evidente de maior integração e coerência entre as instituições nacionais e internacionais na resposta aos desafios da globalização no processo de desenvolvimento mundial onde políticas efectivas e éticas se tornam requisitos essenciais para promover as oportunidades nos países em desenvolvimento para que todos possam beneficiar do processo da globalização, e não apenas uma minoria privilegiada.

Do outro lado do debate existem os proponentes do fenómeno da globalização, que defendem que ao contrário de aumentar a desigualdade de rendimento, ela tem de facto diminuído muito devido a uma maior integração que se assistiu nas últimas décadas (Wade, 2004).

Estas divergências de conclusões científicas devem-se a diferentes conceitos utilizados de globalização, desigualdade e pobreza, e que é importante contextualizar de forma a produzir juízos de valor.

A investigação recente sobre o impacto da globalização tem-se revelado contraditória. Alguns autores concluem sobre efeitos positivos para a diminuição da desigualdade na repartição do rendimento, outros para o aumento da desigualdade, existem ainda estudos que concluem não haver qualquer efeito da globalização na desigualdade na repartição do rendimento dos países.

Ravallion (2003) argumenta que estas divergências de conclusões têm que ser consideradas com cuidado quando interpretamos a evidência mostrada em estudos prévios.¹

Por essa razão a análise sobre os efeitos da globalização na desigualdade na repartição do rendimento dos países, necessita de maior clarificação, especialmente no que diz respeito aos países em desenvolvimento, onde há menos informação, dados fidedignos e reduzida revisão de literatura, quando comparado com outros estudos que consideram grupos de países desenvolvidos.

Esta necessidade de clarificar a divergência de opiniões científicas sobre o efeito da globalização em termos de repartição do rendimento nos países em desenvolvimento motivou esta investigação, onde a questão principal colocada é a seguinte:

A globalização contribui para o aumento da desigualdade na repartição do rendimento nos países em desenvolvimento?

¹ O anexo 1 providencia comparações entre vários estudos recentes sobre o impacto da globalização na desigualdade.

Para a análise desta temática outras questões secundárias associadas se colocam:

O que entendemos por globalização e como pretendemos analisar e medir esse fenómeno? Apenas como algo meramente económico, cujos canais principais actuam via comércio internacional e investimento directo estrangeiro (IDE), ou como uma realidade multidimensional que se traduz em características tanto económicas como políticas e sociais, com qualquer uma destas dimensões a influenciar a desigualdade?

O efeito da globalização será igual em ambas as desigualdades de rendimento: intra e inter países em desenvolvimento? Haverá diferenças nos resultados caso consideremos um subgrupo, por exemplo os países menos desenvolvidos? Poderão países emergentes como a China e a Índia, por serem muito populosos e com taxas de crescimento muito altas, estarem a influenciar os resultados quando analisamos a desigualdade entre países com a ponderação da população de cada país?

Quais são as outras dimensões (Educação, Demografia, Cooperação, Urbanização, etc.) que possam estar a afectar a desigualdade de rendimento nos países em desenvolvimento para além da globalização? Qual a relação entre pobreza, desigualdade e crescimento económico e o seu impacto nos países em desenvolvimento na era da globalização?

Para respondermos à interrogação principal e às outras perguntas com ela relacionadas há que escolher, justificadamente, a variável ou variáveis que vão ser usadas para medir a desigualdade na repartição do rendimento e as variáveis que vão medir a globalização. Como existem outras variáveis que afectam a repartição do rendimento para além das

variáveis que medem a globalização, vão ter que ser controlados os seus efeitos introduzindo no modelo as variáveis de controlo necessárias. A escolha destas variáveis tem de ser teoricamente justificada. Por fim há que escolher os estimadores adequados à análise em painel.

Esta dissertação tem como objectivo estimar os efeitos da globalização na desigualdade na repartição do rendimento dos países em desenvolvimento no período correspondente à última vaga de globalização, 1981 a 2010, considerando médias de 3 anos.

Contribuirá para o aprofundamento do debate através de uma abordagem de investigação que envolve uma combinação de definições de globalização e de desigualdade de rendimento e também de metodologias.

Define-se globalização como um processo multifacetado, onde intervêm múltiplas dinâmicas económicas, políticas e sociais. E por essa razão, assume-se a utilização de um indicador compósito para medir a globalização. Não obstante, e de forma a testar a consistência dos resultados, utilizam-se também medidas simples de globalização, meramente económicas, tais como a abertura do comércio e os fluxos de IDE, de acordo com o que tem sido corrente nos estudos empíricos.

Outros contributos desta dissertação:

- O cálculo de um parâmetro de acordo com a metodologia de Deininger & Squire (1996) e Niño-Zarazúa et al (2014) que permite aumentar consideravelmente o número de observações de desigualdade de rendimento da base de dados utilizada que é a base

de dados mais recente da desigualdade de rendimento a WIID publicada em Setembro de 2014 (UNU WIDER, 2014);

- A utilização de estimadores diferentes: o estimador de efeitos fixos, na análise de um painel estático, e o estimador GMM-SYS de Blundell & Bond (1998, 2000), na análise dinâmica. Este segundo estimador – que é um sistema de equações às diferenças e de equações em níveis, permite, com base nas condições dos momentos, usar as primeiras diferenças como instrumentos para as equações em níveis e instrumentos em níveis para as equações às diferenças – permite a resolução dos problemas de endogeneidade e de inconsistência que possam existir na análise estática. Os resultados obtidos através dos dois tipos de análise podem ser comparados e confrontados com estudos anteriores que tenham utilizado só o estimador de efeitos fixos, ou o estimador de efeitos aleatórios (painel estático). O estimador GMM-SYS (ou sistema GMM) tem uma estimação em dois passos, em que no segundo, se introduz a correcção de Windmeijer (2005) para corrigir o enviesamento das pequenas amostras;

- Apresenta também uma variável de pobreza absoluta como variável explicativa da desigualdade, o que não é habitual nos estudos empíricos da desigualdade uma vez que a relação da globalização com a desigualdade e com a pobreza, tem sido analisada separadamente e é mais comum a análise do efeito da desigualdade na pobreza, que o contrário;

- Contribui para a análise dos efeitos da globalização na desigualdade na repartição do rendimento nos PED`s em duas perspectivas ou utilizando duas medidas de desigualdade: desigualdade de rendimento dentro dos países (índice de Gini) e desigualdade de rendimento entre países ponderada pela população (índice de Theil).

Em termos de desigualdade de rendimento entre países ponderada pela população ainda compara vários indicadores de desigualdade (Índices de Theil e de Gini);

-Analisa, também, o comportamento dos países menos desenvolvidos comparando resultados com os obtidos para o grupo maior de países em desenvolvimento e ainda desenvolve análises de alguns dos países individualmente.

Esta análise procura também contribuir para a reflexão sobre os aspectos éticos e morais que substanciam a forma como tem sido conduzido o processo de globalização e o importante impacto para os países mais pobres. Tema polémico e no centro do debate entre críticos e a favor deste fenómeno da globalização e na agenda do desenvolvimento internacional.

Por fim, esta dissertação está estruturada da seguinte forma: no capítulo seguinte introduzem-se os conceitos da globalização e da desigualdade, a sua contextualização e as suas formas de medição bem como as questões inerentes aos problemas de medição destas duas dimensões. No terceiro capítulo faz-se a revisão da literatura. No quarto capítulo analisam-se os efeitos da globalização na desigualdade na repartição do rendimento dos países em desenvolvimento, apresentando-se o modelo empírico que serviu de base com a introdução das bases de dados, variáveis dependentes e independentes, formulação das hipóteses, estatística descritiva, apresentação da análise estática e da abordagem dinâmica e, também, a análise dos resultados obtidos. Neste capítulo faz-se também uma abordagem empírica ao subgrupo dos países menos desenvolvidos e uma análise à evolução individual da globalização e da desigualdade nos 30 anos observados, de alguns países em desenvolvimento.

O quinto capítulo aborda teórica e empiricamente a desigualdade do rendimento entre os PED`s, a avaliação da evolução deste tipo de desigualdade, com diversas medidas de desigualdade- índices de Theil e índice de gini global - e universos de análise diferentes. Primeiro considera-se todos os países em desenvolvimento (PED`s), depois excluindo a China e a Índia e por último só a desigualdade de rendimento entre os países menos desenvolvidos.

O sexto capítulo apresenta os conceitos inerentes à relação entre crescimento, desigualdade e pobreza na era da globalização e faz a análise empírica, estática e dinâmica da relação entre essas variáveis.

O sétimo capítulo reflecte sobre alguns aspectos éticos inerentes ao processo da globalização e o último capítulo apresenta as principais conclusões da dissertação.

2. CONCEITOS E CONTEXTUALIZAÇÃO

Neste capítulo pretende-se abordar os conceitos teóricos da globalização e da desigualdade e também a contextualização histórica e actual dos dois fenómenos, assim como reflectir sobre as questões teóricas económicas, políticas e sociais, que colocam esta problemática no centro do debate, com particular enfoque nos países em desenvolvimento. Os problemas inerentes à medição destas duas dimensões: globalização e desigualdade são igualmente abordados neste capítulo.

2.1 Globalização

Ao introduzir o tema da Globalização torna-se pertinente focar alguns aspectos a si inerentes, nomeadamente definir conceitos, contextualizar o fenómeno e analisar a forma como tem progredido ao longo dos tempos.

Para além disso, é imperativo, também, entender os meios e as formas possíveis de quantificar o grau de globalização dos países de modo a consubstanciar a escolha de variáveis para a análise empírica que se pretende.

2.1.1 Conceitos

A Globalização (ou Mundialização) é um fenómeno que afecta todas as áreas das Ciências Sociais e cada investigador procura analisar o processo, no contexto específico do seu universo de formação. Pelo que não existe um conceito genérico que o caracterize, mas sim um conjunto de interpretações.

Alguns autores consideram ser, a dimensão económica, fundamentada nas relações comerciais e do investimento internacional, a mais importante, outros argumentam que

o fenómeno é mais abrangente que isso, encontrando a sua justificação nos processos de evolução das sociedades e dos indivíduos a todos níveis, quer sejam económicos, quer sejam, sociais, culturais, comportamentais ou políticos.

Do ponto de vista económico Stiglitz (2003) reflecte sobre a Globalização definindo-a como:

“A integração mais estreita dos países e dos povos que resultou da enorme redução dos custos de transporte e de comunicação e da destruição de barreiras artificiais à circulação transfronteiriça de mercadorias, serviços, capitais, conhecimentos e (em menor escala) pessoas.” (Stiglitz, 2003:46),

Já o sociólogo Anthony Giddens citado por Bonaglia & Goldstein (2006) sugere que a intensificação crescente das relações sociais à escala internacional, onde os acontecimentos locais estão dependentes do que acontece no outro lado do planeta, sucedendo também o inverso, são os factos que definem o fenómeno.

Para Friedman (1999:1) a Globalização é interpretada como “A integração do capital, da tecnologia e da informação para lá das fronteiras nacionais, criando um mercado global único e em certa medida, uma aldeia global”.

Também Albrow (1990:9) apresenta o seguinte conceito: “Globalização diz respeito àqueles processos pelos quais os povos do mundo são incorporados em uma sociedade mundial, uma sociedade global”.

Khor (2000) um dos maiores críticos do fenómeno, afirma que a Globalização é simplesmente uma versão actual do colonialismo, não sendo um processo “natural” mas sim fabricado, representando antes um projeto preciso para tornar governos e indivíduos subalternos das forças de mercado.

Esta dissertação encara o fenómeno da globalização como um processo multidimensional, onde diversas áreas são importantes quer sejam económicas, quer sejam sociais e políticas para o estudo dos seus efeitos. Nesse sentido define-se Globalização como um fenómeno que resultou de um processo histórico de mudança nas relações entre sociedades e indivíduos a todos os níveis, sustentado pelo desenvolvimento tecnológico das comunicações e dos transportes, que permitiu acelerar a divulgação da informação e a mobilidade do trabalho e do capital.

Sendo que nem todas as nações caminham no mesmo passo e no mesmo sentido, o debate assume a preocupação sobre a influência do fenómeno para as nações mais pobres.

A questão tem-se centrado nos custos e benefícios teóricos e reais da globalização económica para os países menos desenvolvidos e do seu efeito na desigualdade e na pobreza das nações. De acordo com os defensores da liberalização das economias, a globalização contribuiu para a diminuição da pobreza e desigualdade nos últimos anos, devido à maior integração das economias que levaram a uma maior eficiência na utilização dos recursos a nível mundial uma vez que os países e as regiões especializaram-se em função das suas vantagens comparativas. Por outro lado o argumento anti globalização ou anti neoliberal assume que os países mais ricos e prósperos têm pouco interesse na equidade e que a pobreza e a desigualdade longe de caírem têm aumentado nas últimas décadas, muito devido às forças libertadas pela globalização. (Wade, 2004).

2.1.2 Contextualização

Alguns autores distinguem a ocorrência de duas vagas de globalização no período que antecedeu os últimos 150 anos, com semelhanças superficiais mas características fundamentalmente diferentes. Outros atenuam esta tese, dizendo que o processo de globalização a que se assiste após o fim da 2ª grande guerra, nada mais é do que o retornar do fenómeno em curso no período anterior a 1914.

Williamson (2002) defende que o processo de globalização sucedeu em 4 fases.

O primeiro estágio deu-se no início do séc. XV na época do mercantilismo que antecedeu a revolução industrial e que teve origem nos descobrimentos. A segunda fase correspondeu à época do liberalismo no início do século XIX e que acompanhou a revolução industrial. A terceira fase respeitou o período entre 1914-1945, onde sucederam as duas grandes guerras, e por último, uma quarta fase que sucedeu no período pós grandes guerras.

No decorrer destes quatro períodos distintos ocorreram duas vagas de globalização. A primeira durante a época do liberalismo consequência da revolução industrial, a segunda resultou na sequência do processo de recuperação da última grande guerra.

Na fase do mercantilismo e apesar do aumento dos fluxos de comércio internacionais devido aos descobrimentos, não se pode afirmar a existência de um fenómeno de globalização, uma vez que barreiras alfandegárias, pirataria e guerras como a revolução francesa (1789) e as napoleónicas (1805-1815) não permitiram a implementação de uma política liberal.

Somente em 1820 surge a primeira vaga de globalização que terminou em 1914 com o início da primeira guerra mundial.

Diversos acontecimentos estiveram na origem desta primeira vaga. Segundo Williamson (2002) a década de 1820 assistiu ao dismantelamento do mercantilismo e a um período de paz no seguimento do fim das guerras napoleónicas, para além disso a ideologia da política liberal surge por volta dessa época (séculos XVIII e XIX) impulsionado por autores como David Ricardo e Adam Smith, que argumentavam no sentido de um mercado livre e contra o mercantilismo, impulsionando a Grã-Bretanha a liberalizar-se com o intuito de desenvolver a indústria, aumentar as exportações e reduzir os salários, que na época eram indexados ao trigo.

Estes factores impulsionaram uma grande expansão dos sectores industriais do têxtil e do ferro originando a revolução industrial no Reino Unido bem como, paralelamente desenvolveu-se a indústria dos transportes e das comunicações, proporcionando custos de transporte baixos que diminuiriam o preço das matérias-primas.

Outros países seguiram o modelo britânico impulsionando a industrialização da Europa e do Mundo sobre hegemonia britânica.

Entre 1914 e 1945 acontecem as duas grandes guerras mundiais fomentando um retrocesso no processo de globalização com o proteccionismo das economias e as barreiras à imigração, ao comércio e ao IDE a insurgirem-se contra a liberalização.

A quarta fase descrita por Williamson (2002) inicia com o final da 2ª grande guerra e impulsionou uma segunda vaga de globalização, estimulada por vários acontecimentos e com características muito distintas da primeira.

O cenário do fim da segunda grande guerra apresentava uma Europa devastada e destruída e dividida entre dois blocos sobre a hegemonia dos maiores vencedores da guerra, EUA e URSS.

As relações internacionais do pós guerra foram influenciadas por esta dualidade ideológica entre comunistas e capitalistas, e uma tensão silenciosa entre as partes que culminou numa “guerra fria”.

Também algumas instituições nascem como consequência do fim da guerra, como a Organização das Nações Unidas (ONU) em 1945 com a ratificação da “Carta das Nações Unidas” para a preservação da paz mundial.

No seguimento dos acontecimentos o comércio internacional e a sua liberalização passam a ser prioritários na reconstrução da Europa, e em consequência a assinatura do Acordo Geral sobre Pautas Aduaneiras e Comércio ou Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (em inglês: General Agreement on Tariffs and Trade, GATT) em 1947 torna-se proeminente.

Na década de 50 e na sequência da assinatura do tratado que institui a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA) em 1951 e do tratado de Roma em 1957 nascem os pilares que conduziram historicamente à construção da União Europeia.

Diferenças entre as duas primeiras vagas de globalização

Baldwin & Martin (1999) apontam alguns aspectos elementares na distinção entre as duas vagas: por um lado as diferenças nas questões relacionadas com o comércio, o investimento, a migração e o preço dos factores nos dois períodos distintos, por outro lado investigam comparativamente os fluxos de capital e mercados no decorrer das duas

vagas, e por último analisam o grau de industrialização e a divergência ou convergência do rendimento.

No que diz respeito ao primeiro aspecto, em ambas as vagas, o peso do Investimento Directo Estrangeiro (IDE), do comércio internacional e da liberalização foi fundamental no entanto diferiu o tipo de comércio e os países envolvidos nos fluxos de comércio e IDE. Segundo Baldwin & Martin (1999) perto de dois terços do comércio internacional acontece entre países desenvolvidos, e este comércio é caracterizado por um comércio intra-indústria de produtos muito semelhantes. Durante a 1ª vaga o comércio característico era o comércio inter-indústria entre países mais ricos e países mais pobres, de produtos industriais por produtos primários, deste modo, no decorrer da 2ª vaga, e em matéria de comércio internacional, os países em vias de desenvolvimento perderam o peso que tiveram outrora.

Quando comparados com o PIB mundial, a percentagem das exportações globais aumentaram desde o início da década de 70 de 12% para cerca de 20% no início dos anos 80 e 25% por volta de 2000, muito devido à consolidação do regime da Organização Mundial do Comércio e ao progresso da liberalização do comércio internacional (Lee, 2014).

Actualmente, os bens manufacturados dominam o comércio internacional, as exportações de manufacturas têm tido um crescimento médio anual de 7,5% desde os anos 50, ultrapassando em larga medida o comércio de bens primários e os produtos combustíveis e mineiros, cujo crescimento médio anual, ronda os 3,5% e os 4% respectivamente e até 2007, A partir de 2008, este processo de crescimento retrocedeu, e as exportações mundiais de mercadorias apresentaram uma queda substancial de 12% no ano de 2009, causada pela crise global, o que equivale a uma queda de 15,5% nas

manufacturas, uma queda de 3% nos produtos primários e uma queda de 4,5% na exportação de produtos combustíveis e mineiros, em relação ao ano transacto. A China tornou-se o maior exportador de mercadorias e os EUA o maior importador. E são os grandes blocos económicos dos EUA, da Europa e da Ásia que lideram o comércio internacional.²

A evolução do IDE tem acompanhado o desenvolvimento do comércio internacional, ou seja também é caracterizado por um IDE intra indústria, e por IDE na mesma indústria num destino semelhante, em contraste com o que aconteceu no decorrer da primeira vaga.

Em termos de volume e impacto, o IDE e as Multinacionais tornaram-se componentes essenciais da 2ª vaga de globalização, apesar de terem sido bastante relevantes durante a 1ª vaga o seu crescimento contemporâneo foi exponencial em parte devido à diminuição drástica dos custos de comunicação bem como à invenção da internet que revolucionou todo o cenário de trocas internacionais. Dados citados por Silva (2002) referem que o número das Firms Multinacionais (FMN) aumentou de cerca de 7.000 na década de 60 para perto de 63.000 no fim dos anos 90. De acordo com Lee (2014) o investimento internacional duplicou de 3 para 6% do PIB mundial de meados da década de 90 a meados dos anos 2000.

A migração é uma das dimensões onde se apontam maiores diferenças entre as duas primeiras vagas de globalização (Allemand & Borbalan, 2001). No final do século XIX, início do século XX as pessoas deslocavam-se livremente sem qualquer formalidade ou

² International Trade Statistics (WTO, 2010) disponível em www.wto.org

documento (passaporte). Hoje em dia e apesar de haver espaços de livre circulação de bens e pessoas (como é o caso da União Europeia) as fronteiras ao exterior desses espaços delimitados são reforçadas e protegidas.

Em termos da diferença no custo de factores da primeira para a segunda vaga, com a revolução industrial assistiu-se a uma mudança massiva de trabalho e capital para as economias emergentes dos países “novos” (caso dos EUA e Canadá). Na 1ª vaga houveram importantes mudanças nos preços dos factores associadas à distinção entre proprietários de terras e os seus trabalhadores, a 2ª vaga está mais ligada à distinção entre mão-de-obra especializada ou não.

A queda dos salários nos EUA e o aumento da taxa de desemprego na Europa são características desta 2ª vaga de globalização.

No que diz respeito à integração dos mercados financeiros considera-se que a segunda vaga não atingiu os valores registados no período homólogo.

O padrão ouro que assegurava a convertibilidade das moedas e a estabilidade cambial foi considerado a época dourada do sistema monetário internacional e coincidiu com o período da primeira vaga.

Em relação à desigualdade dentro dos países e entre os países, também se observam divergências entre as duas vagas. No início do século XIX todo o mundo era pobre e agrário, mais homogéneo, o que levou a que os países que se industrializaram mais rápido se distanciaram em termos de riqueza dos países menos industrializados. As disparidades dentro dos países também se expressaram rapidamente entre as cidades industrializadas e as que se mantiveram rurais.

A 1ª globalização contribuiu para aumentar as disparidades entre países, industrializando o Norte e desindustrializando o Sul.

A segunda vaga de globalização também contribuiu para aumentar as disparidades entre ricos e pobres, no entanto manifestou uma tendente convergência entre as nações mais ricas, ou seja, os países ricos tenderam a ficar mais ricos, e os países pobres ainda mais pobres.

A liberalização do sector financeiro que ganhou importância a partir da década de 80 e que esteve na origem das crises financeiras da década de 90 tais com a crise europeia em 1992 -1993, a crise da América latina em 1994-95 e a crise Asiática de 1997, bem como o fim da Guerra Fria, simbolizada com a queda do muro de Berlim em 1989, provocaram alterações na percepção das relações internacionais, insurgindo algumas divergências de opinião entre os estudiosos da matéria no que diz respeito à existência de mais do que duas vagas de globalização, se por um lado, alguns autores defendem que a globalização financeira provocou uma 3ª vaga de globalização, outros acreditam que as alterações profundas assistidas desde os anos de 80, mais não são do que resultados da segunda onda globalizante na sequência de algumas décadas de recuperação do pós guerras.

O período em análise nesta tese coincide com o da existência de uma terceira vaga de globalização impulsionada pela liberalização financeira, pelo fim da “guerra fria” e pelo desenvolvimento da internet com início na década de 80.

2.1.3 Medir a Globalização

Por não existir uma definição de globalização universalmente aceite, os investigadores utilizam conceitos diversos tendo em conta pontos de vista díspares, no entanto, à

medida que o interesse no tema aumenta, nomeadamente no que diz respeito ao impacto que o fenómeno tem em dimensões como a da pobreza, desigualdade, crescimento, ambiente e outras, também a importância de medir a globalização se revela proeminente.

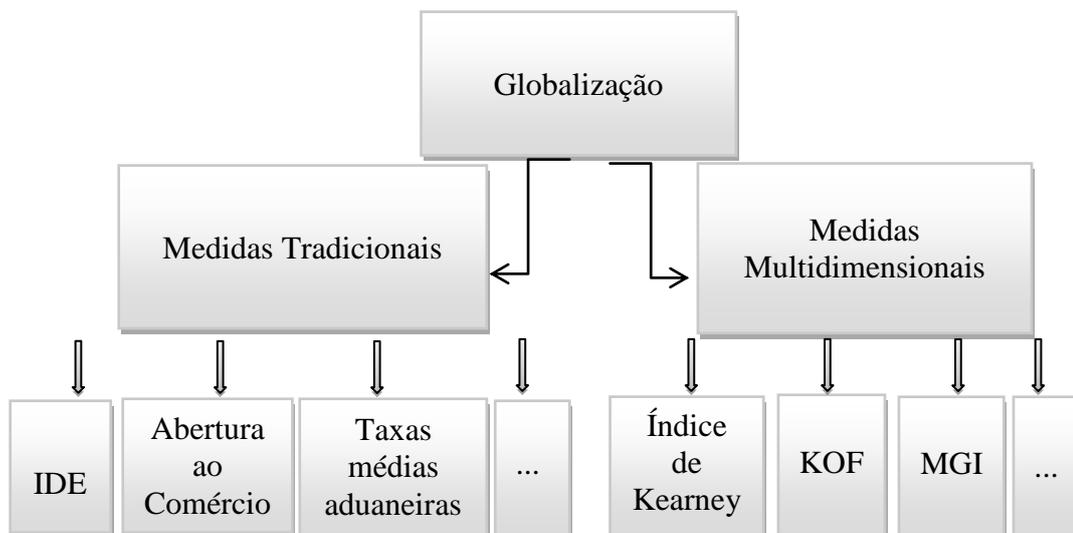
A globalização tem vários aspectos que não apenas os económicos e que podem afectar a desigualdade do rendimento, pelo que a construção de um índice composto que capte essa realidade torna-se necessário, embora seja de difícil concepção dada a inexistência de uma definição precisa de globalização. Assim, os investigadores têm tentado construir um índice com base em diferentes definições de globalização.

Para alguns investigadores, os aspectos económicos medidos pela liberalização do comércio e pela globalização financeira são mais importantes que as outras dimensões da globalização. Estes autores utilizam medidas simples de globalização.

Na figura nº 1 podemos observar alguns exemplos que têm sido utilizados na literatura. Estes indicadores simples procuram capturar o nível de restrições existentes no movimento de bens, serviços e capitais e os fluxos internacionais desses factores (Samini et al, 2012).

Mais recentemente os investigadores têm tentado capturar todas as dimensões da globalização num só índice multidimensional. A figura nº 1 apresenta também alguns exemplos desses indicadores, que simbolizam definições próprias de globalização de acordo com os seus autores.

Figura nº 1: Medidas simples e multidimensionais de Globalização



Fonte: Compilação do autor

Indicadores simples de globalização: Comércio e IDE

A literatura revela-nos a existência de três grandes vias que lideram o processo de globalização: o comércio, o IDE e a transferência internacional de conhecimento e tecnologia (Kleinert, 2001; Bussmann et al., 2005; Goldberg & Pavcnik, 2007; Celik & Basdas, 2010; Hussain et al., 2009).

Teoricamente a abertura das economias dos países em desenvolvimento pode tornar mais equilibrada a distribuição do rendimento, através do crescimento económico. No entanto pode também provocar maior desigualdade dentro de cada país.

Hussain et al. (2009) argumentam que de acordo com a teoria do comércio internacional o aumento do comércio livre e do IDE, através do impacto no crescimento, reduz a pobreza e equilibra a distribuição do rendimento nos países em vias de desenvolvimento. Contudo, há estudos empíricos que sugerem que o comércio afecta

adversamente os pobres e leva à deterioração na distribuição do rendimento dos países em vias de desenvolvimento.

As diferentes teorias que fundamentam o impacto da globalização na desigualdade podem ser agrupadas em três categorias (Wade, 2001): A teoria neoclássica do crescimento que sugere a convergência do rendimento entre países no longo prazo, devido ao aumento da mobilidade de capital; a teoria do crescimento endógeno, que defende menor convergência, uma vez que o aumento no retorno da inovação tecnológica diminui os retornos de capital; e, por fim, a teoria da dependência, que defende que os países menos desenvolvidos ganham menos com a integração económica, uma vez que têm menores condições de acesso aos mercados internacionais.

Teoria do comércio Internacional

Segundo o modelo de Heckscher - Ohlin (HO) - que aprofundou a teoria das vantagens comparativas de David Ricardo, introduzindo os custos de oportunidade crescentes e dois factores produtivos, capital e trabalho - as diferenças nas dotações relativas dos factores entre os países explicam a especialização e o comércio. Cada país tem vantagem comparativa e vai-se especializar na produção do bem que utiliza intensivamente o factor de produção (trabalho ou capital) relativamente abundante na sua economia.

De acordo com este teorema o comércio conduz à igualização dos preços dos bens e dos preços dos factores de produção. No caso dos países em desenvolvimento com abundância em trabalho não qualificado, a abertura do comércio leva ao aumento da procura desse factor, e por essa razão o diferencial de salários e as desigualdades diminuem.

O Modelo HO tem quatro teoremas: o teorema de HO, o teorema de Stolper-Samuelson, O teorema de igualização do preço dos factores (ou teorema de Samuelson) e o teorema de Rybczynski. O teorema de HO estabelece que os países têm vantagens comparativas na produção do bem que utiliza intensivamente o factor relativamente abundante no país e, após entrar em comércio internacional, vai exportar o bem onde tem vantagem comparativa. O teorema de igualização dos preços dos factores diz-nos que sob a hipótese de especialização incompleta o comércio será um substituto perfeito da mobilidade internacional dos factores e que no longo prazo teremos o mesmo preço dos factores em todos os países, mesmo que não haja mobilidade internacional dos factores. O teorema de Stolper-Samuelson, partindo da hipótese de que a oferta de factores se mantém constante, considera que a abertura ao comércio internacional ao aumentar o preço do bem onde o país tem vantagem comparativa vai levar ao aumento da remuneração nominal e real do factor relativamente abundante do país e à diminuição da remuneração nominal e real do factor relativamente escasso. Ou seja, generalizando, o comércio é favorável aos factores relativamente abundantes e prejudicial em relação aos factores relativamente escassos. Temos, assim, uma relação entre o teorema de HO e o teorema de Stolper-Samuelson. Quando um país é relativamente abundante em Trabalho o comércio internacional irá levar ao aumento da remuneração nominal e real do factor Trabalho e à diminuição da remuneração nominal e real do factor Capital. Se o país for relativamente abundante em Capital, o comércio livre irá levar ao aumento da remuneração nominal e real do Capital e à diminuição da remuneração nominal e real do factor Trabalho (que é o factor escasso). Logo, é natural que quem é prejudicado faça *lobby* contra o comércio livre e que quem é beneficiado deva fazer *lobby* em favor do comércio internacional. O que se passa, na realidade, é que os factores que se

consideram prejudicados pelo comércio internacional estão mais bem informados e organizados para defender os seus interesses do que os factores que beneficiam com o comércio internacional. De qualquer forma as medidas de restrição ao comércio nunca são defensáveis porque é uma política mais favorável ao país permitir o comércio e compensar os que são prejudicados pelo comércio internacional. Os ganhos do comércio para o país permitem compensar os perdedores e, mesmo assim, o país ficar a ganhar (Ver Krugman & Obstfeld, 1991). Mesmo no modelo de factores específicos, que é o modelo de HO aplicado ao curto prazo, em que se considera que há factores imóveis no curto prazo (e que, por isso, são específicos às indústrias), os factores que são específicos às indústrias de exportação ganham com o comércio enquanto os factores que são específicos às indústrias que concorrem com as importações perdem com o comércio. Quanto ao factor móvel, geralmente o factor Trabalho ele tanto pode perder como ganhar em termos da sua remuneração real. Se os trabalhadores no seu consumo preferirem o bem de importação então o salário real sobe. Assim, os factores que trabalham nas indústrias de exportação são amigos e defendem a liberalização do comércio, tanto no curto prazo como no longo prazo (ver Krugman & Obstfeld, 1991). Note-se que tanto no modelo de HO como no modelo de factores específicos os factores não são móveis internacionalmente, ou seja, por hipótese há imobilidade internacional dos factores.

A liberalização do comércio representaria teoricamente, uma oportunidade para os países em desenvolvimento. No entanto, o que acontece na prática é que pelo facto dos PED's terem vantagem comparativa na produção de bens manufacturados trabalho-intensivos, exportação de matérias-primas e produtos agrícolas, coloca-os numa posição

fragilizada no âmbito do comércio internacional, uma vez que é exactamente sobre estes produtos que recaem maiores regras e barreiras internacionais, o que faz com que a agricultura se torne um sector de particular sensibilidade para os PED`s.

Verifica-se também uma deterioração dos termos de troca e do poder de compra dos PED`s de acordo com a teoria de Prebisch-Singer que diz que os termos de troca do comércio entre produtos primários e bens manufacturados tendem a deteriorar-se ao longo do tempo. Ou seja, como os PED`s caracteristicamente e maioritariamente são produtores de matérias-primas, a abertura do comércio leva a uma deterioração dos termos de troca, e diminuição do poder de compra das importações pelos PED`s. Para além disso existe por parte dos PED`s uma predominância da produção de monoculturas o que os deixa muito vulneráveis às variações de procura mundial e ao surgimento de produtos substitutos que resultam do desenvolvimento tecnológico dos países desenvolvidos (ex.: algodão por tecidos sintéticos).

Em segundo lugar a abertura à concorrência estimula a qualidade de consumo e o combate ao monopólio e aos cartéis nacionais o que dá ao consumidor melhores hipóteses de escolha a preços mais razoáveis, aumentando o seu poder económico e consequentemente o seu bem-estar social. Não podemos esquecer, é que apesar do benefício da globalização para os consumidores inerentes à melhoria das oportunidades de consumo, estes agentes económicos desempenham outros papéis na sociedade, eles são trabalhadores e empresários. A abertura à concorrência e à competitividade nunca é benéfica para os produtores ineficientes e os factores (capital e trabalho) dos sectores protegidos e que auferem rendas são, também, prejudicados pela abertura ao comércio e pela concorrência internacional.

No caso dos países desenvolvidos, Rodrick (1998) defende que apesar do comércio internacional contribuir para a prosperidade destes países, também é responsável por alguns custos sociais e distributivos. E há custos de ajustamento, principalmente no mercado do factor trabalho. A alteração do padrão de comércio provoca alterações na especialização com a conseqüente reafecção dos factores produtivos entre indústrias e dentro da mesma indústria.

Tanto o modelo HO como o teorema de S-S assumem que a tecnologia é idêntica entre os países. Mas isso na realidade não acontece, e o efeito da abertura do comércio nos salários também depende da transferência tecnológica entre os países. A difusão tecnológica está dependente do trabalho especializado, altamente qualificado, com salários mais elevados, o que provoca maior desigualdade salarial e maior desigualdade na repartição do rendimento.

Feenstra & Hanson (1997) defendem que o desenvolvimento das tecnologias e comunicações levaram as multinacionais a fragmentar as suas operações, ou seja, a transferir os estádios de produção intensivos em trabalho não qualificado para países com abundância desse factor, e processos de produção intensivos em trabalho qualificado ficam na casa-mãe sediada nos países desenvolvidos. Aumentam, assim, os salários reais do trabalho qualificado e diminuem os salários do trabalho não qualificado. E, por conseqüência, aumentam as desigualdades na repartição do rendimento.

Com a introdução do conceito da fragmentação da produção, onde o comércio de bens está amplamente a ser substituído por um comércio de tarefas (bens intermediários e serviços), alguns economistas como Grossman & Rossi-Hansberg (2006) e Baldwin & Robert – Nicoud (2010) sugerem a ideia de uma nova fase no processo de globalização,

onde as teorias do comércio internacional, baseadas no comércio livre de bens e os seus efeitos nos salários reais, não se adequam à realidade do comércio internacional nos moldes em que se apresenta nos dias de hoje.

Teoria do IDE

Mundell (1957) teoriza que o aumento de IDE nos PED's provoca uma redução da desigualdade na repartição do rendimento, uma vez que os fluxos de IDE conduzem ao aumento da dotação de capital dos países de destino, com efeitos positivos na produtividade marginal do trabalho (uma vez que vai existir mais capital por trabalhador) o que conduz à subida dos salários reais dos trabalhadores nesses países.

Para além disso, as firmas multinacionais introduzem novas tecnologias nos países menos desenvolvidos que irão beneficiar, no longo prazo, todos os trabalhadores, mesmo aqueles com menos qualificação, envolvidos num processo de aprendizagem e adaptação às novas tecnologias. Em suma, os fluxos de IDE são considerados benéficos uma vez que teoricamente podem contribuir para a melhoria dos processos produtivos.

Mundell (1957) considera que há mobilidade internacional dos factores e que esta mobilidade internacional é um substituto perfeito da mobilidade dos bens, ou seja, os efeitos serão os mesmos (é o oposto do teorema de igualização dos preços dos factores).

O Investimento Directo Estrangeiro (IDE) considera não só a transferência de recursos financeiros, mas também a aquisição e controlo das firmas. A teoria moderna do IDE e das firmas multinacionais considera três elementos explicativos do IDE feito pelas firmas multinacionais (FMN): as *ownership advantages* (as vantagens específicas a cada FMN), as *location advantages* (explicadas pela teoria do comércio internacional) e as *internalization advantages* (ver, Dunning, 1988, 1995 sobre o paradigma OLI). As

firmas multinacionais e as vantagens de internalização que permitem a transferência de tecnologia entre a FMN e as suas filiais bem como o comércio de componentes e bens intermédios entre a FMN e as filiais leva à fragmentação da produção e ao comércio intrassectorial vertical (*vertical intra-industry trade*). As FMN têm um papel importante no comércio internacional e na transferência de tecnologia para os países menos desenvolvidos. A acção das FMN vai alterar não só a estrutura de produção e especialização como o padrão de comércio dos países em desenvolvimento e vai ter efeitos, também, em termos de repartição do rendimento. Se as FMN produzirem nos países em desenvolvimento produtos intensivos em capital humano e se esses países fornecerem parte dessa capital humano então espera-se um aumento da remuneração dos trabalhadores mais qualificados e, numa primeira fase, pode haver aumento da desigualdade na repartição do rendimento. Se os trabalhadores utilizados forem pouco qualificados e se houver uma preocupação de formação profissional então o papel das FMN pode levar a uma diminuição da desigualdade na repartição do rendimento. Mundell (1957) preconiza que o aumento do investimento feito pelas FMN levará ao aumento do rácio Capital-Trabalho e ao aumento da produtividade do factor trabalho, nos seus diversos graus de qualificação, com o conseqüente aumento da remuneração do trabalho relativamente ao capital. Nesse caso a desigualdade poderia diminuir. Logo, só os resultados do estudo empírico permitirão dizer para o caso concreto qual é o efeito da globalização via IDE na desigualdade na repartição do rendimento.

A Teoria da Dependência vai contrariar o argumento de Mundell (1957), pois defende que a dependência dos países em desenvolvimento do comércio e do IDE impede o seu crescimento económico e promove a desigualdade através da criação de disparidades e

de dualismo no tecido económico e produtivo. As multinacionais exportam grande parte da sua produção e os seus produtos são altamente intensivos em capital, consumindo grande parte do crédito existente. A entrada do IDE, segundo os defensores desta teoria, produz ou mantém no poder uma elite local que tem como função assegurar os interesses das multinacionais, interesses esses que passam invariavelmente pela procura de mão-de-obra barata, precária e portanto marginalizada (Stringer, 2006).

Medir o Comércio e o IDE

Para medir o grau de abertura de uma economia seria necessário ter dados disponíveis sobre as barreiras tarifárias e não tarifárias. Por isso, optou-se, pela facilidade de dados disponíveis, por se medir a liberalização do comércio de forma indirecta através de dados do comércio (exportações, importações) e da mobilidade internacional dos factores, principalmente do factor capital (o investimento directo estrangeiro).

As taxas alfandegárias são fáceis de obter. E representam uma forma clara de protecção comercial. No entanto, podem existir outros meios de protecção. As importações nos PED's são sujeitas a outras barreiras não tarifárias mais difíceis de medir, como é o caso das licenças de importação e as quotas.

Assim o grau de abertura de uma economia tem sido medido pela relação do comércio externo com o PIB. Ou seja, qual o peso do comércio internacional (importações mais exportações) na economia de um país. Quanto maior o seu valor face ao PIB, mais aberta está essa economia ao mercado internacional.

Os dados sobre a presença de filiais de multinacionais, bem como o IDE são obtidos através de relatórios nacionais, que normalmente captam a intensidade de actividade das

multinacionais dentro de uma indústria. A medida de exposição de uma indústria ao IDE é muito sensível e a decisão de investimento por parte da firma multinacional pode depender de vários factores.

Indicadores compósitos de globalização

Dreher & Gaston (2006, 2008), Heshmati & Lee (2010) e Bergh & Nilsson (2010) reconhecem que o impacto da globalização na população deve ser analisado em todas as suas vertentes, quer económicas, sociais e políticas, utilizando indicadores compósitos que permitam abranger todos os componentes que consideram essenciais para medir a dimensão da globalização.

Indicadores multidimensionais permitem estabelecer rankings e comparações. (Figge & Martens, 2014).

Os indicadores compósitos de globalização mais conhecidos são o *indicador de Kearney* desenvolvido por Kearney (2003) e o *Indicador de globalização KOF* (KOF) introduzido por Dreher (2006) e actualizado por Dreher & Martens (2008).

No entanto existem outros indicadores tais como: O *New globalization Index* (NGI) criado por Vujakovic (2009), O *Globalization index* (G-Index) desenvolvido por Randolph (2001) e o *Maastricht Globalization Index* (MGI) recentemente actualizado e revisto por Figge & Martens (2014).

O índice de Kearney foi a primeira tentativa de construir um índice compósito de globalização, assume quatro componentes principais com treze subcomponentes normalizados: comércio, IDE, fluxos de capital, pagamentos e recebimentos de rendimentos, tráfico internacional de telefone, viagens e turismo internacional,

transferências de pagamentos e recebimentos, utilizadores de internet, visitantes de internet, utilizadores seguros de internet, número de embaixadas num país, número de membros em organizações internacionais, número de encontros do Conselho de segurança da ONU. Analisa 72 países e apresenta dados desde 1998 a 2007.

As maiores críticas feitas a este indicador prendem-se com dois aspectos, primeiro à maior observação é atribuído o valor 1 e à menor o valor 0, posicionando-se todas as outras observações entre estes dois valores. Pelo que não é avaliado a dimensão exacta das observações, por outro lado a todos os subcomponentes são atribuídos peso igual.

Assim, a utilização deste indicador tem sofrido alterações nos estudos empíricos que o utilizam como base, construindo-se indicadores alternativos, onde as observações não estão condicionadas a um valor mínimo e um valor máximo, e aos subcomponentes é atribuída uma ponderação consoante o seu grau de importância, com o componente principal a assumir um peso maior (Heshmati & Lee, 2010 e Zhou et al, 2011).

O MGI é outro indicador composto que apresenta as seguintes dimensões de globalização: globalização política, violência organizada, comércio internacional e globalização financeira, globalização social e cultural, tecnologia e ambiente. É o único indicador que insere na sua concepção a dimensão ambiental e também procede ao ajustamento dos países tendo em linha de conta os aspectos geográficos dos mesmos. Este indicador apresenta como principal desvantagem só ter sido concebido para os anos de 2000, 2008 e recentemente 2012 com informação para um universo de 117 países.

O Indicador KOF agrupa três dimensões de análise, a globalização Económica, Globalização Social e Globalização Política e é calculado para 207 países num período

de 1970 a 2010. A análise da dimensão económica envolve a medição dos fluxos de bens, capital e serviços de longa distância, ou seja os volumes actuais de comércio e Investimento, bem como as restrições que cada país impõe aos fluxos de comércio e de capital.

O componente social do índice KOF mede factores como o tráfico de telefone, o número de utilizadores de internet e o nº de outlets do IKEA e McDonalds`s per capita.

O componente político do KOF mede o nº de embaixadas, participação em organizações internacionais e nas missões do Conselho de segurança da ONU.

Este indicador apresenta vantagens em relação aos outros, na medida em que abrange o maior número de países e maior espaço temporal.

Samini et al (2012) reviram todos os indicadores simples e compósitos da globalização de forma a avaliá-los, comparando-os e ressaltando as suas vantagens e desvantagens, concluindo ser o indicador KOF o mais completo.

2.2 Desigualdade

Nesta secção serão analisados o conceito e os tipos de desigualdade, a sua progressão histórica e unidades de medida bem como as bases de dados para medir a desigualdade de rendimento dos países em desenvolvimento, de modo a justificar a escolha da variável dependente do modelo econométrico.

2.2.1 Conceitos

Segundo Milanovic (2007, 2012) existem três conceitos fundamentais de desigualdade:

O primeiro conceito foca-se na desigualdade entre nações do mundo e obtém-se através das médias de rendimento ou PIB obtidos por relatórios nacionais de todos os países do mundo sem a ponderação da população de cada país. Desigualdade internacional não ponderada (cada país tem o mesmo peso).

O segundo conceito apresentado é o da desigualdade internacional ponderada, que difere do primeiro conceito por se levar em consideração a população de cada país (ponderador). Em ambos os casos, o cálculo tem em conta médias do país e não os actuais rendimentos dos indivíduos.

O terceiro conceito de desigualdade global é baseado no indivíduo, cada pessoa conta com o seu rendimento actual independentemente da sua nação.

Este terceiro conceito seria o mais adequado para calcular a desigualdade global tendo em conta os cidadãos e não os países. No entanto, é muito difícil de ser conseguido uma vez que os relatórios nacionais teriam que ter dados do consumo e rendimento individuais, e seria preciso uma quantidade enorme de relatórios nacionais para cobrir a maior parte da população e do rendimento global.

Existem alguns países, nomeadamente em África, onde os relatórios não são anuais e regularmente conduzidos e foram sujeitos a mudanças metodológicas ao longo do tempo provocando dificuldades comparativas.

Geralmente, os que são a favor da globalização tendem a focar-se na desigualdade internacional ponderada e aqueles que são contra a globalização, argumentam com o primeiro conceito de desigualdade internacional. Conceitos diferentes fundamentam perspectivas e resultados diferentes sobre a globalização.

A desigualdade global pode ser decomposta em duas partes; a primeira parte é relativa à desigualdade de rendimento dentro dos países, o que Milanovic (2012) considera a componente “classe” (intra-desigualdade); a segunda parte, que o autor denomina “localização”, refere-se às diferenças entre as médias de rendimento de todos os países de todo o mundo (inter- desigualdade).

Milanovic (2012) considera que se em 1870 a desigualdade dentro dos países justificava mais de 2/3 da desigualdade global, nos dias de hoje a desigualdade é explicada pela desigualdade entre países em 2/3, onde o rendimento de indivíduos pobres em países pobres é muito menor que o rendimento dos indivíduos pobres em países ricos.

O aumento da desigualdade entre países tem impacto directo na economia nacional dos estados pobres, onde as pessoas ricas antes se comparavam a outros na vizinhança, agora comparam-se com outros nos EUA e na Europa Ocidental, predispondo as elites a tornarem-se mais corruptas em detrimento das suas populações de forma a sustentar um nível de vida comparável à elite dos países ricos.

Assim, alguns efeitos da desigualdade traduzem-se em maior pobreza e menor contributo do crescimento económico para a redução da pobreza, maior desemprego, mais crime, menor nível médio de saúde, direitos de propriedade mais fracos, padrões mais baixos de serviços públicos e acesso aos mesmos e morosidade na transição para regimes democráticos, bem como democracias mais frágeis. (Wade, 2007).

“ Decréscimos nos rendimentos e decréscimos no nível de vida costumam ser acompanhados de várias manifestações sociais – malnutrição, abuso de drogas e deterioração da vida familiar, o que prejudica a saúde e a esperança de vida. De

facto, estes declínios na esperança de vida costumam ser considerados mais reveladores do que os próprios números dos rendimentos “ (Stiglitz, 2013:12).

Tipos de desigualdade

A desigualdade tem sido amplamente estudada em diversos campos científicos como a Economia, Sociologia, Ciência Política, Educação e Direito, e existem vários tipos de desigualdade: desigualdade de rendimento, desigualdade de ocupação, desigualdade de prosperidade, desigualdade de poder na sociedade, desigualdade de oportunidades, entre outras, e nem todas as desigualdades são a mesma coisa.

Existe também desigualdade entre regiões, nações, géneros, grupos étnicos, classes sociais, indivíduos, etc.

Beteille (2003) cita Rousseau para distinguir as desigualdades naturais e físicas e as desigualdades sociopolíticas. Estas últimas dizem respeito a desigualdades de autoridade, estima e vantagem económica associada a posições sociais, e as primeiras apoiam-se nas habilidades e aptitudes dos indivíduos que ocupam essas posições.

Os marxistas defendem que a propriedade privada do capital está na base da desigualdade, outros argumentam que o que está na origem da desigualdade é o poder.

A desigualdade do poder e da prosperidade das nações é o tipo de desigualdade central considerada nas teorias do imperialismo, relações internacionais e de alguma forma no desenvolvimento económico. A desigualdade de rendimento entre os cidadãos do mundo está de alguma forma ligada à desigualdade do poder, mas também relacionada com questões relativas ao poder das classes e com a justiça e a equidade.

Segundo a teoria de Pareto, as distribuições de rendimento são inerentemente conduzidas através de um equilíbrio convergente no tempo e entre sociedades. Assim as desigualdades são bastante impermeáveis à manipulação pública e à mudança institucional.

Um dos tipos de desigualdade que tem preocupado analistas sociais e economistas nos últimos tempos diz respeito à desigualdade de oportunidades.

“ Embora as desigualdades nos rendimentos parentais e na educação traduzam directamente as desigualdades nas oportunidades educacionais, as desigualdades de oportunidade são bem anteriores à escola. Começam nas condições que os pobres enfrentam mesmo antes e depois do nascimento, nas diferenças a nível de nutrição e da exposição a poluentes ambientais que podem ter efeitos vitalícios. É tão difícil para os que nascem pobres sair da pobreza, que os economistas chamam a esta situação a «armadilha da pobreza».” (Stiglitz, 2013:80).

A relação entre desigualdade e oportunidades sempre foi muito ambígua e confusa, uma vez que se referem a diferentes noções de igualdade.

Quando falamos de desigualdade, referimo-nos à distribuição de bem-estar, preocupando-nos primariamente com o resultado final de um processo massivo de distribuição e redistribuição.

“O problema das desigualdades económicas não é exclusivamente, nem essencialmente um problema de dispersão estatística dos diversos tipos de

rendimento. As desigualdades económicas caracterizam o tipo de desenvolvimento de cada país e alteram-se em função desse mesmo nível de desenvolvimento” (Rodrigues et al., 2012:20).

2.2.2 Contextualização Histórica

As sociedades pré - capitalistas tinham na religião a justificação e as causas da desigualdade. Os mais ricos eram-no por direito divino e vontade de Deus.

Para os gregos antigos, economistas modernos e para a ciência política, a justificação para a existência da desigualdade não era uma predestinação mas sim derivada do poder, nomeadamente o poder militar que lhe estava na base.

A teoria dominante no início da segunda metade do século XIX defendia que aqueles que tinham uma produtividade maior, com maiores rendimentos e que contribuían mais para a sociedade deveriam ser mais ricos.

O argumento da política económica liberal considera a desigualdade uma consequência dos direitos de propriedade privados e também uma condição necessária para o esforço, o risco e o empreendedorismo, para a eficiência, concorrência e inovação.

Segundo este argumento a política pública não se deve preocupar com a desigualdade de rendimento se ela resultar do processo de mercado justo, incluindo acesso a oportunidades justas de obtenção de rendimento. O que interessa para os verdadeiros liberais não é a desigualdade do rendimento mas sim a desigualdade das oportunidades. No entanto todos defendem que a redução da pobreza extrema deve ser prioritária na acção tanto nacional como internacional (Wade, 2007).

Não obstante existe uma relação entre a política e a economia, onde o mercado devia ser enquadrado por regras que deviam promover a concorrência perfeita. Evitar-se-ia, assim, as distorções endógenas ao próprio mercado, tais como o poder de monopólio, oligopólio, externalidades negativas, informação assimétrica, que diminuem a afectação óptima dos recursos, possibilitam as rendas e reforçam as desigualdades.

“ Uma vez que o sistema político é tão sensível aos interesses dos endinheirados, a crescente desigualdade económica conduz a um crescente desequilíbrio do poder político, a uma relação perversa entre a política e a economia. E as duas juntas moldam, e são moldadas por, forças sociais – costumes sociais e instituições – que ajudam a reforçar a crescente desigualdade.” (Stiglitz, 2013:45).

Pogge (2007) caracterizou a situação global actual como de uma situação de desigualdade radical concentrando-se em 5 características:

- 1 – Os mais pobres estão muito mal em termos absolutos;
- 2 – Também há muitos pobres em termos relativos, muito pior que muitos outros;
- 3 – A desigualdade é impenetrável: é difícil ou impossível para os mais pobres melhorarem substancialmente a sua condição, e a maioria dos mais ricos nunca experienciaram nem têm a mínima ideia do que é viver em condições de extrema pobreza;
- 4 – A desigualdade é penetrante: ela diz respeito a quase todos os aspectos da vida e não só ao clima ou acesso à beleza natural ou à alta cultura;

5 – A desigualdade é evitável: os que têm melhores condições podem melhorar as condições dos piores, sem grande desconforto na sua condição.

Devido ao fenômeno da globalização surge também uma maior percepção de cada um como cidadão do mundo, e inevitavelmente comparamo-nos com pessoas em outras partes do globo, aumentando o nosso interesse na distribuição do rendimento global.

Como aliviar a desigualdade global

Milanovic (2012) apresenta três vias, ou propostas para reduzir a desigualdade:

A desigualdade pode ser reduzida através de taxas de crescimento maiores dos países mais pobres. É a sua primeira via ou proposta. A sua segunda proposta baseia-se na introdução de um esquema redistributivo global e a assistência ao desenvolvimento corrente. A terceira proposta para diminuir a desigualdade e a pobreza global é através da migração. Segundo Milanovic, (2012:26) “Development is about people: either poor people have ways to become richer where they are now, or they can become rich by moving somewhere else”. Ou seja, a migração é também considerada uma consequência da desigualdade. De acordo com (Wade, 2007:119) “Migration is a function of inequality, since the fastest way for a poor person to get richer is to jump across the border from a poor country to a rich country”.

Outras recomendações para aliviar a desigualdade global incluem mudar as regras do sistema de comércio internacional para beneficiar os pobres. Democratizar mais as regras da OMC, a tomada das decisões a nível global, os direitos de voto do FMI e do

Banco Mundial (ver Milanovick, 2007; Singer, 2004; Stiglitz, 2003; Wade, 2007; Pogge, 2007).

“The global institutional rules serve not the interests of the world`s poor, but the interests of rich corporations and individuals in the affluent countries and also the interests of the ruling elites of the poorer countries” (Pogge, 2007:136)

Milanovick (2007) propõe o estabelecimento de transferências globais, onde devem ocorrer transferências de um país rico para um país pobre, satisfazendo as mesmas condições que as transferências dentro das nações supostas de satisfazer as necessidades.

Segundo o autor estas transferências devem-se seguir por três princípios:

- 1 – Progressividade: as transferências devem ocorrer de um país rico para um país pobre;
- 2 – Progressividade global: assegurar que as transferências vão de uma pessoa rica para uma pessoa mais pobre;
- 3 – Progressividade nacional: as transferências globais progressivas não devem piorar as distribuições nacionais, de forma a taxar as pessoas ricas em países ricos a favor das pessoas pobres em países pobres, de modo a melhorar a distribuição dentro das nações.

Estas condições deveriam ser geridas por uma autoridade supranacional, que distribísse a ajuda e recolhesse os impostos. O autor refere a taxa Tobin, que é uma

taxa que deveria ser paga pelos movimentos de capitais especulativos (transacções financeiras no mercado cambial e de capitais de curto prazo).

Outra sugestão que o autor apresenta, diz respeito à distribuição da ajuda internacional. A ajuda deveria ir directamente para as pessoas pobres dos países pobres sem a intermediação dos seus governos, ou seja, a ajuda ser atribuída directamente aos cidadãos. É necessário a transferência directa do poder de compra, uma vez que a ajuda através de intermediários tem falhado nas últimas décadas, devido em parte à corrupção.

“Uma redução sustentada das desigualdades exige não somente a melhoria das condições de vida dos grupos sociais mais vulneráveis, mas igualmente uma distribuição mais justa de todos os recursos gerados pela sociedade.” (Rodrigues, et al, 2012:121).

2.2.3 Medir a Desigualdade

A selecção de indicadores de desigualdade tem algumas questões e cuidados associados, uma vez que diferentes indicadores podem incorrer em resultados e evoluções díspares de desigualdade, e cada índice torna-se mais ou menos sensível a alterações que ocorrem em diferentes partes da distribuição de rendimento.

Desigualdade relativa e desigualdade absoluta

Quando falam dos efeitos da globalização na desigualdade do rendimento, os investigadores referem-se, normalmente, à desigualdade relativa. A desigualdade

relativa compara os rendimentos individuais com a média global. Assim, se todos os rendimentos crescerem na mesma proporção, a desigualdade relativa mantém-se, enquanto a desigualdade absoluta não, uma vez que depende das diferenças absolutas nos níveis de vida em vez das diferenças relativamente à média.

A percepção de que a desigualdade tem aumentado baseia-se no conceito de desigualdade absoluta. Isto não quer dizer que um conceito está certo e o outro está errado, significa só que os dois conceitos reflectem juízos de valores diferentes sobre o que significa maior desigualdade.

A análise empírica baseada em medidas relativas de desigualdade têm apontado para a diminuição da desigualdade global nas últimas décadas. No entanto, se se utilizar medidas absolutas ou intermédias de desigualdade de rendimento verifica-se o aumento da desigualdade do rendimento global (Subramanian, 2014).

Segundo Ravallion (2003) os resultados empíricos que se baseiam na desigualdade relativa e que concluíram que as alterações da desigualdade relativa têm uma correlação zero com as taxas do crescimento económico, têm pouco peso para os estudiosos que estão preocupados com a desigualdade absoluta.

O índice de gini e o coeficiente de variação são considerados medidas de desigualdade relativa enquanto o desvio padrão é um exemplo de uma medida de desigualdade absoluta.

Índices de Desigualdade

Existem vários instrumentos para medir a desigualdade como por exemplo: O rácio de dispersão decil, o índice de gini, o índice de Theil, o desvio padrão e o coeficiente de variação, entre outros.

O rácio de dispersão decil apresenta a relação entre o consumo médio ou rendimento de 10% da população mais rica dividida pelo consumo ou rendimento médio dos 10% da população mais pobre. Sendo que esta relação também pode ser calculada para outros percentis. Este rácio apresenta como principal vantagem a sua fácil interpretação, no entanto não reflecte a informação acerca do rendimento no meio da distribuição, nem dentro do grupo do decil mais rico ou do grupo do decil mais pobre. (Haughton & Khandker, 2009).

O coeficiente de Gini é o mais utilizado na literatura e pode ser calculado para o rendimento bruto (antes de impostos e subsídios), rendimento líquido (depois de impostos e transferências) e através da análise dos gastos por consumo. A base de análise pode ser ainda por indivíduos ou agregados familiares. O índice de Gini varia entre 0 e 1, identificando o valor 0 a completa igualdade e o valor 1 a total desigualdade. Assim, à medida que o índice aumenta, aumenta a desigualdade na repartição do rendimento num determinado país.

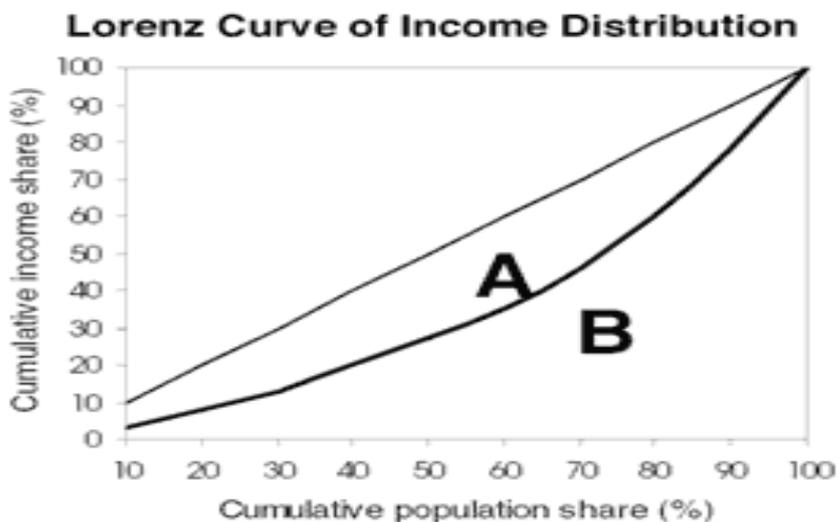
Graficamente, o coeficiente de Gini pode ser facilmente representado dividindo a área entre a curva de Lorenz e a linha de igualdade por toda a área que está abaixo dela. À medida que a área de concentração do rendimento diminui, o índice de Gini aproxima-

se de zero e quando a curva de Lorenz coincide com a recta de igual distribuição o índice de Gini é zero.

Na figura nº 2, a curva de Lorenz representa a relação entre o rendimento acumulado no eixo vertical e a distribuição da população, no eixo horizontal.

Se cada indivíduo tivesse o mesmo rendimento, a curva de distribuição do rendimento seria a recta do gráfico, e o coeficiente de Gini seria zero, calculado como a área A dividida pela soma das áreas A e B. Se um indivíduo recebesse todo o rendimento, o coeficiente de Gini seria 1, e as áreas A e B seriam semelhantes.

Figura nº 2 – Curva de Lorenz



Fonte: Banco Mundial

Quanto mais aproximada da recta de perfeita igualdade estiver a curva de Lorenz, i.e., quanto menor for a área de A, menor o grau de desigualdade.

A Curva de Lorenz representa o conceito de desigualdade relativa.

Comparando o índice de Gini e o rácio de dispersão decil (mas considerando agora os 20% mais ricos em relação aos 20% mais pobres, ou seja, 20/20) temos o seguinte exemplo:

Imaginando 5 pessoas (ou 5 grupos iguais) no ano 0 recebem todas igualmente 1 unidade monetária. O país embarca agora num processo de crescimento rápido em que no espaço de 5 anos todos vão receber 5 unidades monetárias. Cada ano um quinto da população muda de 1 unidade monetária para 5 unidades monetárias, o que implica que no primeiro ano uma pessoa ganha 5 unidades monetárias, no segundo ano 2 pessoas ganham 5 unidades monetárias e por aí adiante, até ao final do período onde todos ganham 5 unidades monetárias. O que acontece com a desigualdade no espaço de 5 anos medida por instrumentos diferentes?

Vai da total igualdade no ano 0 até à total igualdade no ano 5, mas o que acontece entretanto? Vejamos os valores de cada ano segundo o rácio de 20/20 e o índice de gini:

Figura nº3 – exemplo de diferença entre duas medidas de desigualdade: coeficiente de Gini e rácio 20/20.

Ano	0	1	2	3	4	5
Índice Gini	0	0,36	0,37	0,28	0,15	0
Rácio						
20/20	1	5	5	5	5	1

Fonte: Sutcliffe (2007:52), com tratamento próprio.

O índice de gini aumenta e baixa outra vez, apresentando uma curva em forma de U invertido, de acordo com a hipótese de Kuznets (1955).

De acordo com o índice de Gini a desigualdade é muito maior nos primeiros 2 anos que no terceiro e quarto ano, que no rácio 20/20 a desigualdade é a mesma.

E qual a melhor situação? No primeiro ano são todos pobres excepto um, no quarto ano são todos ricos excepto um. Segundo Sutcliffe (2007) a melhor situação é a do quarto ano porque se a maioria for rica, através de políticas de redistribuição podem assegurar a melhoria das condições de um pobre.

O índice de gini satisfaz apenas quatro das seis propriedades exigíveis para medir a desigualdade de rendimento: (i) *Independência em relação à média*, o que significa que no caso de todos os rendimentos duplicarem o gini não sofre qualquer alteração, pelo que satisfaz esse princípio; (ii) *Independência do tamanho da população*, se a população aumentar o indicador deve-se manter igual, propriedade que o gini também tem; (iii) *Simetria* - Quaisquer duas pessoas na distribuição que troquem de rendimentos entre elas, não altera o valor do indicador, condição que o gini respeita igualmente; (iv) *Sensibilidade ao critério de transferências de Pigou-Dalton* que estabelece que qualquer transferência de ricos para pobres deve diminuir a desigualdade. Propriedade que o índice de gini também satisfaz. (Haughton & Khandker, 2009).

As duas propriedades que o gini não satisfaz como medida de desigualdade são: (v) *decomponibilidade* – deve decompor-se de forma a ser possível diferenciar a desigualdade de rendimento intra grupo (dentro dos grupos) e inter grupo (entre os grupos) e (vi) *testabilidade estatística* - permitir testar a significância das mudanças do indicador ao longo do tempo.

O rácio de dispersão decil não obedece ao critério de Pigou-Dalton, uma vez que não é afectado por quaisquer transferências ocorridas entre os outros decis que não os dos mais ricos e os dos mais pobres.

As medidas de Entropia Generalizada satisfazem todas estas propriedades. E os indicadores mais conhecidos que pertencem a esta família são os índices de Theil (Theil _T e Theil _ L).

Apesar de satisfazerem todos os critérios das medidas de desigualdade, os índices de Theil, não têm uma representação simples nem uma interpretação atraente como o coeficiente de Gini.

No conjunto das outras medidas de desigualdade existentes e utilizadas na literatura, destaca-se o conjunto de medidas de desigualdade propostas por Atkinson (1970) que se baseiam numa medida do bem-estar social. A classe de medidas de Atkinson usa um parâmetro ponderado que mede a aversão à desigualdade.

Na medição da desigualdade, ainda existem outros aspectos que merecem alguma reflexão. Medidas como o coeficiente de Gini ou a percentagem de pobreza, por exemplo, oferecem uma noção de desigualdade em qualquer altura do tempo. No entanto, estes indicadores agrupam pessoas em diferentes fases da sua vida, de estudantes a reformados, o que implica que um aumento na pobreza pode resultar de mais estudantes a viver em agregados familiares independentes. Por outro lado, podem representar mal a desigualdade se analisados no tempo medindo em conjunto pessoas em situação transitória e persistente de rendimento baixo ou alto.

Segundo Gosta (2007), existem três grandes transformações demográficas que estão a afectar a distribuição do rendimento: os casais estão em crescente instabilidade e muitos indivíduos optam por permanecer solteiros. Isso tem afectado a estrutura dos agregados familiares, com muitos agregados uni-parentais (pais ou mães solteiros): a percentagem de crianças em agregados de mães solteiras tem aumentado em todo o lado; em segundo lugar casamentos entre pessoas culturalmente similares estão a intensificar-se, juntando pessoas com o mesmo nível de educação e o mesmo poder de compra. É expectável que as desigualdades de rendimento (medidas pelos agregados familiares) tendam a aumentar; a terceira transformação prende-se com os padrões da oferta de trabalho das mulheres. Se a participação feminina é concentrada no topo (as que têm maior nível de educação) isso vai ampliar as desigualdades entre agregados familiares. Mas se a participação feminina se concentrar entre as mulheres menos educadas, como tem acontecido nos países nórdicos, no Reino Unido e nos EUA, então, o efeito é igualitário.

Bases de Dados da Desigualdade

De acordo com vários autores como Bergh & Nilsson (2010) e Solt (2009), o maior obstáculo em medir a desigualdade tem sido a falta de bases completas de dados, o que condiciona a comparação do coeficiente de Gini geograficamente e no tempo.

Muitos investigadores consideram a base de dados do Luxembourg Income Study (LIS) a melhor opção. No entanto, esta base de dados só tem informação para 30 países, quase todos desenvolvidos e com informação completa só para anos muito recentes. Outros investigadores utilizam a base de dados de Deininger and Squire desenvolvida em 1996 para o Banco Mundial, que complementa a informação da LIS, embora com limitações, uma vez que se baseia em relatórios nacionais, e muitos deles apresentam-se com

diferentes definições de rendimento e unidades de análise não comparáveis: rendimento bruto, rendimento líquido, por indivíduos, por famílias.

Outras bases de dados como a *Povcal* desenvolvida pelo Banco Mundial, a *Income Distribution Database* (IDD) da OCDE, a *Socioeconomic database for latin American Countries* (SEDLAC) desenvolvida por um centro de investigação argentino em conjunto com o Banco Mundial, a *CEPALSTAT* produzida no Chile pela Comissão Económica das Nações Unidas para a América Latina e Caribe e a *World Top Income Database* (WTID) produzida na Paris School of Economics por Atkinson, Piketty, Saez e Alvaredo são alguns exemplos de fontes que têm sido utilizadas na literatura e constituem bases de dados baseadas em micro dados.

Existem ainda outras bases de dados que recorrem a fontes secundárias, como é o caso da *All the Ginis* (ATG) produzida por Branko Milanovic e a *World Income Inequality Database* (WIID) conduzida pela *World Institute for Development Economics Research* da *United Nations University* (UNU WIDER). Estas bases agrupam os dados das outras bases de dados. (Lustig, 2014).

A ATG é uma base de dados que inclui os índices de Gini de diversas fontes baseadas em micro dados e também de estudos de desigualdade de longo prazo. Cobre o período de 1950 a 2012 e cerca de 164 países.

A WIID desenvolvida pelo UNU WIDER é constituída por 7104 observações em 168 países, dá cobertura às várias noções de rendimento (bruto, líquido) e às unidades

(família, indivíduos) e tem sido amplamente utilizada na investigação, embora as questões da comparabilidade e da cobertura temporal ainda prevaleçam. Foi actualizada em 2014 - a versão anterior era de 2008.

Existe, ainda, outra base de dados, que tem por base a imputação através da utilização de um algoritmo para acrescentar observações em falta em todas as bases de dados que lhe servem de recurso, como por exemplo a WIID. Trata-se da *Standardized World Income Inequality Database* (SWIID) desenvolvida em 2009 por Frederick Solt.

A SWIID é actualizada sempre que as bases de dados LIS e WIID que lhe deram origem o são. A SWIID providencia índices comparáveis de desigualdade de rendimento líquido e bruto para 173 países desde 1960 até ao presente.

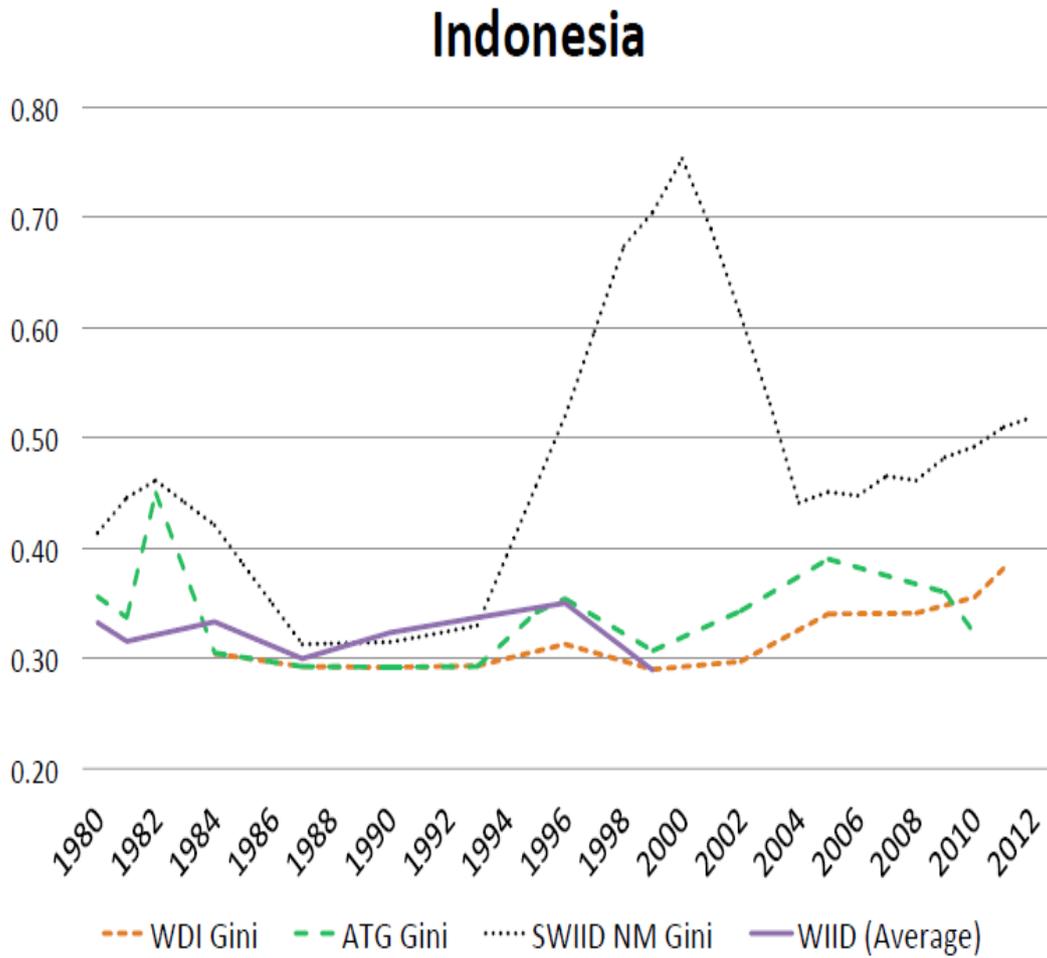
Lustig (2014) comparou algumas destas bases de dados e as suas características e concluiu que no que diz respeito à SWIID, a sua utilização acarreta um risco de erro de inferência uma vez que embora a tendência geral do índice de gini seja muito similar ao das bases de dados da ATG e da WIID, quando observamos um país/período particular existem muitas vezes diferenças importantes.

Podemos observar no gráfico 1 e 2, a evolução dos gini das várias bases de dados de dois países a título de exemplo: Indonésia e Jamaica.

Como podemos verificar o gini da base de dados estandardizada (SWIID NM gini), apresenta enormes discrepâncias em relação às outras bases, nos países analisados. Isto também se deve à falta de dados existentes, uma vez que nos PED`s existem menos

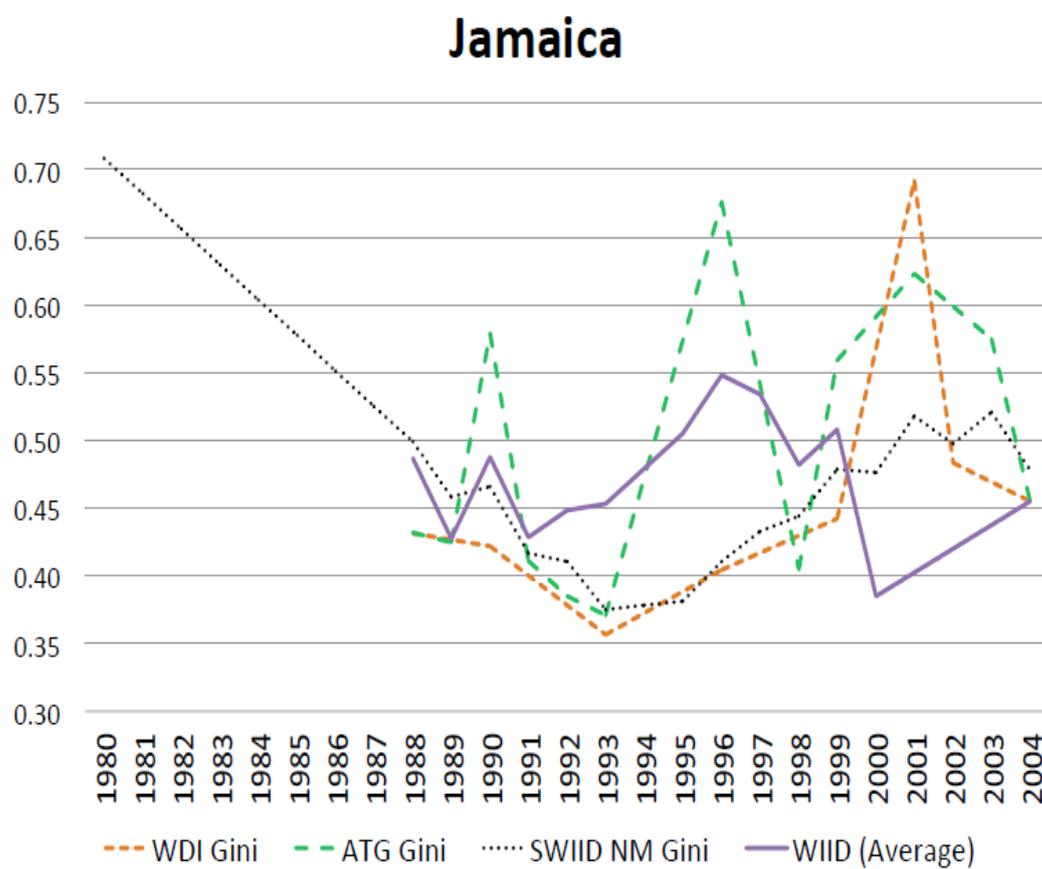
observações para os países e menor cobertura temporal, nas bases de dados que estão na origem da SWIID.

Gráfico 1. Exemplo de evolução dos Gini de diferentes bases de dados: Indonésia



Fonte: Lustig (2014:34)

Gráfico 2. Exemplo de evolução dos Gini de diferentes bases de dados: Jamaica



Fonte: Lustig (2014:35).

3. REVISÃO DE LITERATURA

Este capítulo pretende ter uma incidência sobre a revisão de literatura teórica e empírica que sustente a escolha das variáveis a utilizar nos modelos empíricos. Para cumprir esse objectivo, sintetiza-se a identificação dos principais modelos teóricos e dos principais resultados, das metodologias utilizadas e das dimensões consideradas, nas diversas investigações publicadas previamente.

Os efeitos da globalização nos países em desenvolvimento, nomeadamente na vertente da repartição do rendimento e na pobreza, tem sido vastamente debatido no meio científico e académico, no entanto as conclusões têm sido contraditórias. Se por um lado alguns autores defendem que a globalização leva à diminuição da desigualdade nos países em desenvolvimento (Celik & Basdas, 2010; Zhou et al, 2011; Heshmati & Lee, 2010; Tayebi & Ohadi, 2009, Sala-i-Martin & Pinkovskiy, 2010; Bergh & Nilsson, 2011). Outros estudos apresentam conclusões contraditórias apresentando prova empírica do aumento da desigualdade devido ao fenómeno da Globalização (Goldberg & Pavcnik, 2007; Dreher & Gaston, 2006 e Majeed & Mcdonald, 2010).

Existem ainda estudos que não encontram qualquer efeito significativo da globalização na repartição de rendimento (Bussmann et al, 2005; Solimano, 2001).

Esta diversificação de conclusões resulta de diferentes modelos empíricos utilizados com variáveis e bases de dados díspares, que nos remetem para as dificuldades inerentes à medição da globalização e da desigualdade. Para além disso, os grupos de países e o período analisado varia de estudo para estudo, e enquanto alguns autores se preocupam em analisar o comportamento da globalização perante a desigualdade dos países

desenvolvidos (Decressin 2007; Faustino & Vali, 2013), outros focam-se nos seus efeitos para países em desenvolvimento (Goldberg & Pavcnik, 2007; Sala-i-Martin & Pinkovskiy, 2010; Majeed & Macdonald, 2010).

Existem ainda análises que pretendem ser mais abrangentes e perceber se os efeitos da globalização na desigualdade variam consoante o grupo de países analisados, quer sejam desenvolvidos, emergentes ou em desenvolvimento (Tayebi & Ohadi, 2009, Celik & Basdas, 2010).

Alguns autores focam a sua investigação nas especificidades de estudos de caso, como por exemplo Hussain et al (2009) que analisa os efeitos que o comércio, o investimento directo estrangeiro (IDE) e os fluxos de remessas tiveram na desigualdade do Paquistão no período de 1972 a 2005 e Daumal (2010) que investiga sobre o efeito da abertura do comércio nas desigualdades regionais da Índia e do Brasil. Em Portugal, a evolução da desigualdade na repartição do rendimento foi estudada por Pereirinha (1988) e tem sido amplamente investigada em relação com a análise da pobreza por Rodrigues (2008, 2012).

A maior parte dos estudos utiliza a abertura ao comércio e/ou o IDE como medidas de globalização quando analisam os seus efeitos na desigualdade, segundo a teoria do comércio e do investimento internacional. Alguns autores encontram evidência empírica dos efeitos da abertura ao comércio na desigualdade. (Como Bourguignon & Morrison, 1990; Wood, 1994; Hanson & Harrison, 1999; Calderon & Chong, 2001; Dollar & Kraay, 2004; Lee, 2014). Outros, como Edwards (1997) e Li et al. (1998) não encontraram qualquer evidência de uma relação entre abertura ao comércio e a

desigualdade. Li et al (1998) investigaram a relação entre abertura ao comércio e a desigualdade entre 1960 e 1994 para intervalos de 5 anos definindo abertura ao comércio como o total das exportações em percentagem do PIB em dólares correntes, chegando à conclusão que a abertura ao comércio não tem um impacto significativo na desigualdade.

Faustino & Vali (2013) confirmaram que a liberalização do comércio diminui a desigualdade no curto e no longo prazo, e que numa análise estática, o aumento dos fluxos de IDE aumentou a desigualdade. No entanto, Tayebi & Ohadi (2009) verificaram que o efeito do IDE a longo prazo diminui a desigualdade testando a hipótese de um U invertido. Se numa primeira fase o IDE causa distorções negativas na repartição do rendimento, a partir de um certo momento a situação altera-se e tem um efeito positivo.

Ao analisar grupos de países distintos, Celik & Basdas (2010) concluíram que os fluxos de entrada de IDE melhoram a igualdade na repartição do rendimento dos PD's e agravam a desigualdade nos países emergentes.

Ao analisar o efeito da globalização na desigualdade na repartição do rendimento de 1976 a 2004 para um grupo de países desenvolvidos e em desenvolvimento Lee (2014) encontrou evidência de que a integração financeira provoca efeitos negativos na desigualdade na repartição do rendimento, significando que à medida que os países se vão integrando financeiramente na economia mundial a desigualdade de rendimento aumenta. Quanto ao comércio internacional o autor concluiu ser benéfico para a repartição do rendimento, diminuindo a desigualdade.

Alguns autores consideram que não se deve generalizar a análise dos efeitos da globalização na repartição do rendimento, uma vez que cada país tem características próprias, e existem outros factores que influenciam a desigualdade e que devem ser analisados, e são realidades diferentes em cada nação.

Exemplo disso foi o estudo de Daumal (2010) que analisou os efeitos da abertura do comércio na desigualdade regional da Índia e do Brasil, concluindo que o comércio internacional contribuiu para a redução da desigualdade no Brasil mas provocou o aumento da desigualdade na Índia. A autora encontrou explicação na composição do comércio, o Brasil exporta mais produtos agrícolas, o que favorece as regiões agrícolas mais pobres, por outro lado, a liberalização do comércio conduziu à deslocalização da indústria para a periferia, desenvolvendo zonas pobres. Na Índia, as exportações agrícolas diminuíram, aumentando as exportações da indústria transformadora e consequentemente a desigualdade.

Hussain et al. (2009) analisaram o caso do Paquistão e concluíram que a globalização medida através de comércio, IDE e fluxos de remessas estrangeiras, teve um impacto negativo na desigualdade. No entanto, este resultado não prova que todos os países em desenvolvimento tenham tido um comportamento igual.

Em relação ao IDE, enquanto alguns autores encontram evidência empírica que suporta a teoria de Mundell (1957) (ver, por exemplo, Firebaugh & Beck, 1994). Outros, como Mahler et al. (1999) não encontraram qualquer relevância empírica entre o IDE e a desigualdade na repartição do rendimento nos países em desenvolvimento. Esta divergência de conclusões também sucede devido a diferentes metodologias e definições aplicadas. Firebaugh & Beck (1994) basearam as suas conclusões em dados

de 62 países em desenvolvimento para um período de 20 anos e concluíram que o IDE favorece o crescimento e não encontraram evidência empírica da teoria da dependência.

Existem outros estudos que utilizam variáveis mais complexas do que a abertura do comércio e os fluxos do IDE e que abrangem para além das dimensões económicas da globalização, as dimensões políticas, sociais e culturais, utilizando os indicadores compósitos: KOF índice (Dreher et al, 2008) e Kearney índice (Kearney, 2003).

Dreher & Gaston (2008) argumentam que para ter estimativas significativas do impacto da globalização na desigualdade do rendimento, temos de considerar as influências sociais e políticas para além dos tradicionais aspectos económicos.

Os aspectos sociais considerados por Dreher & Gaston (2008) são aqueles ligados à interconecção social entre pessoas em todo o mundo (ver também Bergh & Nilsson, 2011; Tayebi & Ohady, 2009). Isto pode expressar-se pelo aumento das comunicações internacionais, o uso da internet e também o desenvolvimento do turismo internacional. No que diz respeito ao aspecto político da globalização, a sua definição inclui a representação nas instituições internacionais e no debate global, uma vez que as decisões tomadas pela política internacional podem também ter efeitos na desigualdade entre cidadãos vivendo em qualquer parte do mundo.

Ao aplicar uma definição multidimensional de globalização, Dreher & Gaston (2006, 2008) usaram o índice de globalização KOF na sua abordagem, para além disso a sua análise focou-se na desigualdade de rendimento medida por dois índices: o coeficiente de Gini e o índice de Theil. Os autores encontraram evidência de que a globalização leva a aumentos da desigualdade do rendimento nos países desenvolvidos e é insignificante para a desigualdade do rendimento nos países em desenvolvimento.

Dreher & Gaston (2006) foram os primeiros a propor e usar o índice de KOF para estudos sobre globalização e desigualdade. Recentemente, o índice KOF tem sido utilizado por outros autores como Tayebi & Ohadi (2009) e Berg & Nilsson (2010).

As desigualdades aumentaram nos países desenvolvidos nas últimas décadas, embora na Europa, tenha sucedido um comportamento diferente (Decressin, 2007). Enquanto nos EUA e no Reino Unido, a desigualdade aumentou, em países como a Dinamarca, França e Holanda diminuiu.

O que nos leva a concluir que existem outros factores que podem condicionar a desigualdade para além da globalização, e que devem ser analisados e introduzidos como variáveis de controlo nos modelos empíricos. Nesse sentido a revisão de literatura remete para a utilização de outras variáveis explicativas da desigualdade de forma a incorporar os seus efeitos. É exemplo disso o efeito demográfico da população (crescimento e envelhecimento), a corrupção, a literacia e os níveis de educação, a inflação, o papel do Estado na redistribuição, a taxa de desemprego, a ajuda internacional, a qualidade institucional entre outras variáveis.

O factor explicativo mais comum, da desigualdade na repartição do rendimento é o crescimento económico e tem-se defendido que é necessário um maior crescimento económico na luta contra a pobreza. No entanto e de acordo com a hipótese de Kuznets (1955), no curto prazo o crescimento económico provoca o aumento da desigualdade, chegando a um ponto onde a situação se inverte e sucede o contrário. No tempo a relação entre crescimento e desigualdade são representados graficamente em forma de um U invertido. Ou seja, para crescer os países começam por provocar desigualdade na

repartição do rendimento e só quando atingem um dado nível de crescimento económico é que a situação se inverte.

Esta hipótese do U invertido tem sido frequentemente testada, e os resultados empíricos têm sido controversos, derivado de diferentes metodologias aplicadas, bases de dados diferentes, definições e grupos de países e períodos temporais distintos.

Dreher & Gaston (2006), Tayebi & Ohadi, (2009), Deininger & Squire, (1998) e Ravallion (1995) não verificaram a hipótese de Kuznets. Faustino & Vali (2013) e Majeed & Macdonald (2010) apresentam evidência da sua existência.

Por exemplo, Faustino & Vali (2013) encontraram evidência da hipótese de Kuznets (1955) na análise que fizeram a 24 países da OCDE para o período de 1997-2007, utilizando a transformação logística do índice de Gini como variável dependente, já Tayebi & Ohadi (2009) conduziram análises regressivas para 60 países desenvolvidos e em desenvolvimento e um espaço temporal diferente (1985-2004), usando uma medida de desigualdade diferente e chegaram a outra conclusão.

Para além do crescimento outros aspectos económicos e sociais têm sido associados ao aumento da desigualdade de rendimento:

As mudanças que afectam a oferta e a procura de trabalho como a imigração, educação, participação feminina no trabalho, regimes de trabalho parcial, subsídios, especialização, aumento do comércio internacional, outsourcing, bem como as mudanças institucionais no próprio mercado de trabalho, tais como, as alterações dos valores mínimos de remuneração, a sindicalização, a lei fiscal e desregulamentação (Decressin, 2007).

A inflação, o crescimento da população, o desenvolvimento financeiro, o grau de urbanização, população activa na população total, a taxa de desemprego, o grau de industrialização e o papel do Estado na redistribuição, também são determinantes para a desigualdade do rendimento e os seus efeitos têm sido alvo de análise empírica para evitar distorções dos resultados na verificação dos efeitos da globalização na desigualdade do rendimento dos países e entre nações. (Zhou et al., 2011; Bergh & Nilsson, 2010; Faustino & Vali, 2013; Majeed & Macdonald, 2010).

Outros indicadores têm sido, também, utilizados: o Índice de Liberdade Económica do Fraser Institute, Índice de Democracia, Indicador de Percepção de Corrupção e o indicador de Governança de Kaufmann e Mastruzzi (Bergh & Nilsson, 2010; Dreher & Gaston, 2006). Estes indicadores são compósitos abrangendo diversas dimensões e componentes.

Os efeitos da globalização na desigualdade e na pobreza têm sido analisados separadamente. Bergh & Nilsson (2011) analisaram os efeitos da globalização na pobreza, e Majeed & MacDonald (2010) estudaram os efeitos da globalização na pobreza e na desigualdade, usando dois modelos empíricos distintos.

4. EFEITOS DA GLOBALIZAÇÃO NA DESIGUALDADE NA REPARTIÇÃO DO RENDIMENTO DOS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO

Neste capítulo pretende-se analisar os efeitos da globalização na desigualdade na repartição do rendimento ao nível dos países.

Referimo-nos à desigualdade dentro dos países em desenvolvimento, constituindo o tipo de análise que encontramos mais frequentemente na revisão da literatura.

Para esse efeito foi utilizado uma matriz de 139 países classificados pelo Banco Mundial em 2014 como o conjunto de países em desenvolvimento por terem um Produto Nacional Bruto (PNB) per capita igual ou inferior a 12.615 dólares.

O espaço temporal da análise é de 30 anos, correspondente ao período de 1981 a 2010. Este período foi dividido em 10 períodos de médias de 3 anos cada, de modo a minimizar os efeitos das flutuações cíclicas.

O primeiro período (período 1) agrupa a média das observações do triénio de 1981 a 1983. O segundo período (período 2) corresponde à média das observações do triénio de 1984 a 1986. E assim sucessivamente até ao décimo período (período 10) que engloba a média das observações dos anos 2008, 2009 e 2010.

Esta metodologia foi utilizada também com o intuito de responder às questões relacionadas com a falta de observações em alguns anos e alguns países, que constitui um dos grandes problemas da medição das variáveis a incorporar no modelo econométrico.

Neste capítulo iremos definir o modelo empírico e a base de dados que tiveram por base as observações de todas as variáveis do modelo bem como a definição das hipóteses explicativas e a análise de resultados.

4.1 Base de Dados

Foi construída uma matriz para 139 países (ver anexo 2, com a listagem dos países), que de acordo com o Banco Mundial são os países em desenvolvimento em 2014 com dados compreendidos entre 1981 e 2010.

A base de dados que serviu de base à construção da matriz foi na sua maioria o *World Development Indicators* do Banco Mundial (World Bank, 2013). As variáveis de Globalização (KOF) vêm da base de dados desenvolvida por Dreher (2006) e actualizada por Dreher et al (2008). As variáveis de qualidade institucional são do *The International Country Risk Guide* (ICRG, 2014) que é fornecido pelo *Political Risk Services Group* (PRS). O índice de Gini é extraído da WIID (UNU WIDER, 2014).

4.2 Variável Dependente

Esta análise utiliza o índice de Gini como medida de desigualdade do rendimento ao nível dos países. Considerado como o índice mais comumente utilizado na revisão de literatura (Foster et al, 2013), este coeficiente varia entre 0 e 1, identificando o valor 0 a completa igualdade e o valor 1 a total desigualdade. Assim, à medida que o índice aumenta, sobe a desigualdade na repartição do rendimento num determinado país.

O índice de gini pode ser calculado para o rendimento bruto (antes de impostos e subsídios), rendimento líquido (depois de impostos e transferências) e através da análise

dos gastos por consumo. A base de análise pode ser ainda por indivíduos ou agregados familiares.

O índice de gini oferece algumas vantagens em relação aos outros indicadores de desigualdade e para além da sua interpretação geométrica intuitiva. Ele satisfaz a maior parte das propriedades exigíveis para medir a desigualdade de rendimento, tais como: independência em relação à média, simetria, independência do tamanho da população e também sensibilidade ao critério de transferências de Pigou-Dalton (transferências de ricos para pobres deve diminuir a desigualdade). (Haughton & Khandker, 2009).

Um dos maiores problemas com a colecção internacional dos dados é a não existência de um sistema estandardizado de recolha estatístico. Diferentes fontes apresentam diferentes conceitos e unidades de desigualdade como por exemplo, rendimento ou consumo, indivíduos ou agregados familiares, trazendo alguns problemas de comparabilidade dos dados. Para além disso alguns relatórios fornecem informação de rendimento bruto, antes de impostos e transferências e outros dão o rendimento líquido.

A base de dados da UNU WIDER “World Income Inequality Database” (WIID) distingue toda esta informação, permitindo uma melhor interpretação quando trata com os aspectos de comparabilidade dos dados.

Alguns países apresentam múltiplas observações para os mesmos anos devido à existência de relatórios provenientes de diferentes fontes. No entanto a WIID também reporta uma avaliação da qualidade dos dados baseada num conjunto de três critérios: i) Se os conceitos que estão na base das observações são conhecidos ou não; ii) Se as observações dão cobertura a ambos os conceitos desejáveis (rendimento e consumo); iii)

avaliação da qualidade dos relatórios, nomeadamente no que diz respeito à cobertura de assuntos e metodologia da colecção de dados e questionários³.

A WIID apresenta 4 níveis de avaliação: quanto maior o número menor a qualidade das observações. Nível 1 representa a maior qualidade, nível 2 equivale a uma qualidade média, nível 3 reflecte baixa qualidade e nível 4 muito baixa qualidade.

Perante diversas observações para o mesmo país e ano, decidiu-se utilizar as observações com melhor qualificação. Sempre que houve mais do que um relatório com o mesmo nível de avaliação, optou-se por escolher aquele que provinha de uma fonte com mais anos de observações para o mesmo país.

A título de exemplo pode-se referir o tratamento dado às observações registadas na WIID referentes ao país Bangladesh no ano de 1986. De diferentes observações provenientes de diversas fontes, aquelas que apresentavam melhor qualidade foram as observações cujas fontes eram a base de dados de *Deininger & Squire, World Bank 2004* com um gini de 33,6% e o *Statistical Yearbook* cujo gini era de 38,30%. Ambas as observações apresentaram um nível de qualidade média (nível 2). Foi escolhida a observação proveniente da primeira base de dados, uma vez que a *Deininger & Squire* apresentava observações para outros anos, no que diz respeito a este país, e a *Statistical Yearbook* não.

A maior parte das observações da WIID vem na forma de rendimento e uma pequena parte em consumo. Para lidar com os gaps resultantes de observações em falta em muitos países e muitos anos, mais observações são necessárias de forma a ter resultados mais consistentes.

³. Para mais informação sobre a WIID ver os critérios da WIID no guia de utilizador e fontes de dados disponível em: http://www.wider.unu.edu/research/WIID3-0B/en_GB/WIID-documentation/

De acordo com Deininger & Squire (1996) e Niño-Zarazúa et al (2014), é possível aumentar o nosso número de observações adicionando um parâmetro às observações cuja unidade de conta é o consumo de forma a corresponder essas observações à desigualdade de rendimento.

O índice de Gini baseado no consumo é normalmente mais baixo do que o que tem por base o rendimento. Deininger & Squire (1996) calcularam a média das diferenças entre o Gini do consumo e o Gini do rendimento para todas as observações da sua base de dados e alcançaram um parâmetro de 6,6 valores, que eles sugeriram adicionar aos valores baseados no consumo para obter o correspondente Gini de rendimento. Niño-Zarazúa et al (2014) aplicaram o mesmo procedimento à WIID (versão2c de 2008) chegando a um parâmetro de 7,8.

Seguindo a mesma metodologia de Deininger & Squire (1996) e Niño-Zarazúa et al (2014), calculou-se a média das diferenças entre o rendimento e o consumo (das mesmas fontes) de todas as observações da WIID mais recente (UNU WIDER, 2014) chegando a um parâmetro de 7,77 valores, que permitiu aumentar o total de observações do rendimento na matriz de cerca de 800 para 1.100 observações.

4.3 Variáveis Independentes e Formulação de Hipóteses

A nossa variável independente é a variável que mede a globalização. No entanto, existem outras variáveis que podem afectar a desigualdade na repartição do rendimento para além da globalização e que entram no nosso modelo como variáveis independentes de forma a controlar os seus efeitos.

Globalização

Para medir a globalização vamos considerar variáveis definidoras do grau de liberalização do comércio, do Investimento Directo Estrangeiro e o índice composto KOF.

Dreher & Gaston (2008) argumentaram que para ter estimativas significativas do impacto da globalização na desigualdade na repartição do rendimento, os investigadores têm de considerar também as influências sociais e políticas para além dos aspectos económicos tradicionais.

Os aspectos sociais considerados por estes autores são também aqueles expressos pela ligação entre pessoas em todo o mundo (ver também Bergh & Nilsson, 2010; Tayebi & Ohady, 2009). Isto pode ser exposto pelos aumentos nas comunicações internacionais, o uso da internet e também o aumento do turismo internacional.

No que diz respeito aos aspectos políticos da globalização, estes incluem a representação em instituições internacionais uma vez que as decisões políticas internacionais podem afectar a desigualdade em qualquer parte do mundo.

Esta análise define a globalização como um fenómeno com efeitos em diversas dimensões – económicas, políticas e sociais.

Diversos aspectos inerentes ao processo de globalização podem ter efeito na distribuição de rendimento. Existem alguns índices de globalização compostos usados na revisão de literatura (ver Samini et al., 2012 para uma síntese das medidas de globalização compostas), mas o mais utilizado na revisão de literatura é o índice KOF de globalização (KOF), introduzido por Dreher (2006) e actualizado por Dreher et al (2008).

Este indicador combina três componentes de globalização: globalização económica, globalização social e globalização política e é calculado para 207 países por um período de 1970 a 2010⁴.

A primeira dimensão (Kofecon) representa a globalização económica e envolve a medida dos fluxos de bens, capitais e serviços a longas distâncias, os volumes correntes de comércio e investimento, assim como as restrições que cada país impõe aos fluxos de comércio e de capital.

A globalização social (Kofsoc) agrupa factores tais como os níveis de chamadas de telefone, o número de utilizadores da internet e o número de Ikeas e McDonalds per capita. A componente política do KOF (Kofpol) mede o número de embaixadas, a participação nas organizações internacionais e em missões do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Este indicador converte as observações numa escala de 1 a 100, com o número maior a indicar um maior nível de globalização.

Outros estudos usam apenas aspectos económicos para definir a globalização, tais como a abertura ao comércio e o Investimento Directo Estrangeiro (IDE). De forma a testar os nossos resultados e confrontar com os outros estudos e com a teoria do comércio internacional e do IDE, estas medidas de globalização também serão consideradas nos testes de consistência.

As variáveis utilizadas para representar a abertura ao comércio e o IDE são: total das exportações e importações como percentagem do PIB (*open2*)⁵ e entradas líquidas de IDE em percentagem do PIB (*fdi*).

⁴ O anexo 3 apresenta os componentes e subcomponentes do indicador KOF e também os seus pesos e contributo para o indicador global.

Outras variáveis explicativas

Loggdp representa o logaritmo do Produto Interno Bruto per capita (*gdp*), em paridade do poder de compra, em dólares internacionais de 2005, e a introdução do quadrado da variável *gdp* (*gdp2*) permite especificar uma função quadrática de forma a testar a hipótese de Kuznets de uma relação em forma de U invertido (parábola) entre o índice de gini e o PIB per capita. Ou seja, a desigualdade cresce na primeira fase de crescimento económico dos países e depois do país atingir um dado nível do seu PIB per capita começa a diminuir. Utilizou-se o logaritmo da variável *gdp* de forma a obter-se a elasticidade da desigualdade em relação ao PIB per capita. O *loggdp2* é o logaritmo de *gdp2*.

Nesta análise utilizamos também duas medidas de qualidade institucional: corrupção (*cor_icrg*) e responsabilidade democrática (*da_icrg*). *cor_icrg* mede a avaliação da corrupção dentro do sistema político que ameaça o investimento estrangeiro e *da_icrg* mede a relação entre o governo e o seu povo.

Valores mais altos destes indicadores indicam menor risco político e, portanto, melhor qualidade institucional.

Para a Educação utilizámos a variável *enrolter* que diz respeito à percentagem de pessoas inscritas nas universidades do grupo de pessoas que concluíram o secundário há menos de cinco anos.

⁵ Utilizou-se, também, a variável *open1*, dada pela propensão a exportar (exportações em percentagem do PIB), mas os resultados não se alteraram significativamente. Por outro lado, esta variável, *open2*, é a mais utilizada nos estudos empíricos.

Para verificar a relação entre a ajuda internacional e a desigualdade, atribuiu-se a variável *oda* que corresponde à assistência oficial ao desenvolvimento líquida em percentagem do Produto Nacional Bruto (PNB).

O efeito demográfico da população na desigualdade é estabelecido pela variável *popgrowth* que traduz a taxa de crescimento anual da população. A variável *rural* é a percentagem da população rural no total da população.⁶

FORMULAÇÃO DAS HIPÓTESES

H1. Quanto maior a globalização medida pelo indicador KOF menor será a desigualdade.

Para a globalização medida através do KOF e das suas componentes, não sabemos ao certo o sinal a esperar desta hipótese uma vez, que os estudos empíricos que têm utilizado este indicador têm apresentado conclusões contraditórias. Tayebi & Ohadi (2009) concluem que a globalização é benéfica e diminui a desigualdade. Já Dreher & Gaston (2006), analisando através das três componentes: económica, política e social, chegam à conclusão que a globalização aumenta a desigualdade.

⁶Ver o anexo 4 para a definição das variáveis e a fonte da sua definição.

H2. Quanto maior a globalização económica medida pelo grau de abertura da economia (*open2*), menor será a desigualdade na repartição do rendimento nos países em desenvolvimento.

De acordo com o modelo de Heckscher-Ohlin (HO) e o teorema de Stolper Samuelson (S-S) a liberalização do comércio conduz à redução da desigualdade na repartição do rendimento nos países em desenvolvimento, pelo que se espera que a variável do grau de abertura (*open2*) tenha um coeficiente negativo.

H3. Quanto maior a globalização económica medida pelo Investimento Directo Estrangeiro, menor será a desigualdade.

Esta hipótese baseia-se na teoria de Mundell (1957), segundo a qual se espera que o aumento dos fluxos de investimento directo estrangeiro (*fdi*) e a introdução de novas tecnologias das multinacionais, beneficie os trabalhadores dos PED`s levando a um aumento da dotação de capital com efeitos positivos na produtividade marginal do trabalho, conduzindo ao aumento salarial e à qualificação (a médio e longo prazo) destes trabalhadores.

Assim, segundo Mundell (1957), espera-se que o coeficiente da variável *fdi* seja negativo. No entanto há outra argumentação teórica que vai em sentido oposto (por exemplo, Stringer, 2006), pelo que o sinal teoricamente esperado para esta variável tanto pode ser o negativo (diminuição da desigualdade) como positivo (aumento da desigualdade).

H4. A relação entre a desigualdade medida pelo índice de Gini e o PIB *per capita* tem a forma de um U invertido.

Esta suposição pretende verificar a hipótese de Kuznets (1955) que sugere que no curto prazo existe uma correlação positiva entre a desigualdade e o crescimento económico, logo teremos um sinal positivo para o coeficiente da variável PIB per capita (*gdp*) nos países com menor rendimento. Esta situação inverter-se-á quando estes países atingirem um dado nível do GDP per capita, e o crescimento do PIB passa a ser benéfico para a diminuição da desigualdade de rendimento. O teste da hipótese de Kuznets implica a especificação de uma função quadrática, ou seja, considerando no lado direito da equação a variável *gdp* e o quadrado desta variável. Espera-se que o coeficiente da variável *gdp* seja positivo e que (*gdp*²) seja negativo (a segunda derivada é negativa), refletindo uma parábola côncava em relação à origem (daí a designação de U-invertido).

H5. Quanto melhor a qualidade institucional nos países em desenvolvimento, menor a desigualdade na repartição do rendimento.

Chong & Grandstein (2007) argumentam que os países com uma qualidade institucional pobre têm maiores níveis de desigualdade na repartição do rendimento. Estes autores exploraram a relação entre instituições e desigualdade usando um índice de qualidade institucional construído através da soma de cinco indicadores de risco político

provenientes do *International Country Risk Guide* (ICRG): estabilidade governamental; corrupção; lei e ordem; responsabilidade democrática e qualidade burocrática⁷.

Quanto maior estes indicadores, menor o risco político e conseqüentemente melhor qualidade institucional. Pelo que é espectável que as variáveis percepção da corrupção (*cor_icrg*) e responsabilidade democrática (*da_icrg*) apresentem coeficientes com sinais negativos: um aumento destas variáveis leva à diminuição do índice de gini, diminuindo a desigualdade.

H6. Quando aumenta o número de pessoas a frequentar a educação terciária nos PED's, a desigualdade na repartição do rendimento aumenta.

Mamoon & Murshed (2012) sugerem que as políticas da educação dos países em desenvolvimento tendem a beneficiar os níveis mais altos de educação à custa da educação primária, o que sugere que quanto maior são os níveis de educação nos PED's mais aumenta a desigualdade na repartição do rendimento. Espera-se, então, que a variável *enrolter* tenha coeficiente positivo.

H7 à medida que aumenta a ajuda internacional aumenta a desigualdade nos países em Desenvolvimento.

Os efeitos da ajuda externa (*oda*) na desigualdade do rendimento têm sido controversos. Calderon & Chong (2006) não encontraram forte evidência que a ajuda internacional

⁷ Cinco dimensões institucionais mais comuns usadas na literatura (Chong & Grandstein, 2007)

diminuísse a desigualdade na repartição do rendimento dos países receptores, mesmo controlando a qualidade institucional. Herzer & Nunnenkamp (2012), por outro lado, concluíram que a ajuda internacional provoca desigualdade, devido aos interesses de elites locais e conseqüente desvio de valores para benefício próprio. Esta hipótese irá ser testada esperando uma correlação positiva entre a variável *oda* e o índice de gini (*gini*).

H8. O crescimento da população leva ao aumento da desigualdade na repartição do rendimento.

Majeed & Macdonald (2010) utilizaram o factor crescimento da população como variável explicativa da desigualdade, pelo que iremos testar esta hipótese também, esperando um valor positivo do coeficiente da variável *popgrowth*.

H9 Quanto maior a percentagem da população rural na população total maior os níveis de desigualdade.

Alguns autores concluem que a dicotomia entre população urbana e rural afeta a desigualdade e uma população mais rural que urbana é propensa a ter maiores níveis de desigualdade. Bergh & Nilsson (2010) e Zhou et al (2011) argumentam nesse sentido. Espera-se um sinal positivo do coeficiente da variável *rural*.

4.4 Especificação dos Modelos Econométricos

Para analisar os efeitos da globalização na desigualdade foi estimada a seguinte equação:

$$Y_{it} = \alpha + X'_{it} \beta + \eta_i + \delta_t + \varepsilon_{it} \quad i = 1, \dots, n; t = 1, \dots, T$$

Com, $E(\varepsilon_{it}) = 0$ e $\text{Var}(\varepsilon_{it}) = \sigma^2 > 0$.

Onde i refere-se aos países e t ao tempo. Y_{it} é a variável dependente (índice de desigualdade), X_{it} é um vector ($k \times 1$) de variáveis explicativas, α é a ordenada na origem, β é o vector ($k \times 1$) dos coeficientes desconhecidos, δ_t é um efeito do período que afecta todos os países ao mesmo tempo e ε_{it} é o erro de distribuição normal. O termo η_i captura a heterogeneidade não observada através dos indivíduos, neste caso os países - reflecte os factores que têm um impacto diferente em cada país ao longo do tempo (efeitos fixos no tempo mas diferentes de país para país).

Dependente desses efeitos serem convertidos numa série de constantes desconhecidas (parâmetros) ou num grupo de variáveis aleatórias, podemos adoptar o modelo de efeitos fixos (Fixed effects-FE) ou modelo de efeitos aleatórios (Random effects-RE). Mesmo considerando que os efeitos fixos são aleatórios, com recurso ao teste de Hausman é possível decidir sobre o modelo melhor e mais apropriado a ser aplicado, sob a decisão de uma hipótese nula de ambos os modelos serem consistentes mas apenas o estimador RE ser eficiente (H_0 : RE vs. FE).

Todas as equações de efeitos fixos neste capítulo foram sujeitas ao teste de Hausman, e rejeitada a hipótese nula optando-se pelo estimador de efeitos fixos, assumindo que todas as variáveis explicativas são exógenas e independentes do termo residual para todo o i e todo o t .

A revisão de literatura evidência causalidade reversiva entre globalização e desigualdade, pelo que a equação anterior foi modificada incluindo a variável dependente diferida no lado direito da equação.

O modelo dinâmico é o seguinte:

$$Y_{it} = \alpha + \gamma Y_{it-1} + X'_{it} \beta + \eta_i + \delta_t + \varepsilon_{it} \quad i = 1, \dots, n; t=1, \dots, T$$

Nesta segunda equação foi utilizado o método generalizado dos momentos (GMM) e o estimador GMM-SYS de dois passos (Arellano & Bover, 1995; Blundell & Bond, 1998, 2000), que inclui a correção de Windmeijer (2005) para amostras finitas. Este estimador é um sistema que usa as primeiras diferenças como instrumentos para a equação em níveis e os instrumentos em níveis para a equação às diferenças. A combinação das equações às diferenças com as equações em níveis pressupõe as seguintes condições dos momentos (ver Baltagi, 2008):

$$E(Y_{i,t-s}, \Delta \varepsilon_{it}) = 0; t=2, \dots, T; s=0, \dots, t-1$$

$$E(\Delta Y_{i,t-1}, \Delta \varepsilon_{it}) = 0; t=3, \dots, T.$$

Este estimador é utilizado para dados em painel com muitos países e poucos períodos de tempo. Diferenciar elimina a endogeneidade da componente de efeitos fixos, η_i . As dummies individuais utilizadas na estimação de efeitos fixos não resolvem o problema da endogeneidade pois a $\Delta Y_{i,t-1}$ é endógena (está correlacionada com $\epsilon_{i,t-1}$). Contudo, variáveis com mais defasamentos podem ser utilizadas como instrumentos, caso não haja autocorrelação.

Neste modelo dinâmico, a variável dependente e a variável que mede a globalização foram consideradas endógenas e as outras variáveis explicativas como variáveis exógenas. Os instrumentos utilizados foram os defasamentos das variáveis endógenas. As primeiras diferenças destas variáveis, com defasamentos, são utilizadas como instrumentos para as equações em níveis e estas variáveis em níveis, com defasamentos, são como instrumentos para as equações às diferenças. Os instrumentos verificaram a condição de não estarem correlacionados com o erro e de estarem correlacionados com a variável que é instrumentada. O teste de Hansen comprovou a validade dos instrumentos utilizados.

A consistência do estimador GMM-SYS depende da validade dos instrumentos utilizados e de não haver autocorrelação de segunda ordem. Por essa razão foram feitos dois testes: o teste de Hansen que testa a hipótese nula da validade dos instrumentos usados e a exogeneidade das variáveis explicativas; o teste AR (2) que testa a hipótese nula da inexistência de correlação de segunda ordem no termo de erro.

Na análise dinâmica foram também utilizados dummies regionais e de grupos de rendimento para controlar níveis de efeitos fixos incluídos.

4.5 Estatística Descritiva

Através do recurso à estatística descritiva, podemos analisar algumas características importantes das variáveis do nosso modelo, como o número de observações, a média, o máximo, o mínimo e o desvio padrão.

Tabela 1. Estatística Descritiva

Variáveis	Obs.	Média	Desv. Padrão	Min	Max
<i>gini</i>	628	45.99306	10.83596	20.13333	81.67
<i>kof</i>	1248	40.36118	12.49211	14.23833	86.9291
<i>kofecon</i>	988	44.69059	14.90146	9.872762	89.17874
<i>kofsoc</i>	1248	31.72817	14.34524	5.974151	80.99803
<i>kofpol</i>	1306	48.43183	21.63413	1.550383	93.67574
<i>open2</i>	1183	76.15106	38.57572	.4283971	343.3816
<i>fdi</i>	1156	3.536557	10.55488	-27.73289	270.427
<i>loggdp</i>	1165	3.43358	.4054958	2.068848	4.308285
<i>loggdp2</i>	1165	11.95376	2.768364	4.280132	18.56132
<i>cor_icrg</i>	746	2.454535	.9845864	0	6
<i>da_icrg</i>	746	3.206323	1.393419	0	6
<i>enrolter</i>	934	14.62417	15.23944	.04688	109.2259
<i>oda</i>	1139	9.623005	12.21186	-.1444027	129.1405
<i>popgrowth</i>	1384	1.860422	1.309502	-5.423089	8.052616
<i>rural</i>	1242	57.21243	19.70678	6,9666	95.3082

Fonte: Compilação do autor

Pela tabela 1 podemos concluir que existem poucas observações para três variáveis, em contraste com as outras. Para a variável dependente *gini*, encontramos apenas 628 observações, num universo de 1.390 possibilidades (139 países x 10 períodos de tempo). Esta falta de observações também tem impacto sobre as variáveis explicativas *cor_icrg* e *da_icrg*, com 746 observações cada uma.

O Índice de Gini apresenta valores entre 20,13 e 81,67. Isto significa que a desigualdade dentro dos países varia muito de um país para outro. O mesmo acontece quando se

analisa as medidas multidimensionais da Globalização (*KOF*, *kofecon*, *kofsoc* e *kofpol*) e as outras medidas da Globalização (*Open2* e *fdi*). Todos eles parecem indicar que alguns países apresentam altos níveis de globalização, enquanto outros não. O Gini, e todas as medidas de globalização apresentam os desvios padrões mais elevados.

Além disso, a variável educação (*enrolter*), a variável de ajuda internacional (*oda*) e a variável do nível de urbanização (*rural*) mostram que, entre os países existem variações do número de alunos que frequentam a educação terciária e também que a ajuda ao desenvolvimento é muito alta em alguns países em desenvolvimento e muito baixa em outros. Constatou-se também que há países com uma alta percentagem da população a viver em áreas rurais e outros com baixos índices de pessoas a viver em zonas rurais.

4.6 Análise de Resultados

Este subcapítulo pretende fazer a análise de resultados de ambas as abordagens empíricas: estática e dinâmica, do modelo econométrico concebido no subcapítulo prévio.

4.6.1 Análise Estática: Estimador de efeitos fixos

A Tabela 2 dá-nos a estimação por efeitos fixos (análise estática) utilizando o indicador KOF (coluna I), os subcomponentes do KOF (coluna II), o *fdi* (coluna III) e o *open2* (coluna IV) como variáveis explicativas da globalização. As outras variáveis explicativas mantêm-se nas quatro equações.

A variável dependente é o índice de gini.⁸

Tabela 2. Estimação: efeitos fixos

Variáveis	I	II	III	IV
kof	-0.08119 (0.481)			
kofecon		0.02774 (0.782)		
kofsoc		0.13628 (0.217)		
kofpol		-0.11628* (0.073)		
fdi			0.14019 (0.351)	
open2				0.01696 (0.601)
loggdp	32.84022 (0.606)	38.16765 (0.515)	18.57258 (0.733)	14.44999 (0.800)
loggdp2	-3.88134 (0.656)	-5.17692 (0.526)	-2.11297 (0.784)	-1.64815 (0.837)
cor_icrg	1.00924 (0.175)	1.00967 (0.159)	1.11179 (0.119)	1.15098 (0.107)
da_icrg	-0.57922 (0.233)	-0.68253 (0.176)	-0.71289 (0.143)	-0.75520 (0.154)
enrolter	-0.02982 (0.680)	-0.04826 (0.483)	-0.05344 (0.454)	-0.05024 (0.474)
oda	0.19268 (0.218)	0.18069 (0.264)	0.20102 (0.221)	0.17339 (0.283)
popgrowth	-0.16389 (0.906)	0.25719 (0.854)	-0.03465 (0.980)	0.01418 (0.992)
rural	-0.24418 (0.160)	-0.25955* (0.090)	-0.17433 (0.307)	-0.19899 (0.233)
Constante	-2.65739 (0.981)	-6.55605 (0.947)	17.87627 (0.850)	27.24561 (0.786)
Observações	299	294	298	297
R ² - ajustado	0.060	0.094	0.062	0.059
Países	68	65	68	67

Notas: Variável Dependente: Gini. P-values entre parêntesis
(*** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1)

Fonte: Compilação do autor

⁸ Utilizou-se, também, a transformação logística do índice de Gini (logistic Gini =Log Gini /(1-Gini)), que geralmente é utilizada para dados binários, também, nos estudos em que a variável independente é um índice que varia entre zero e um (ver Faustino & Vali, 2013), mas os resultados não se alteraram substancialmente.

Os resultados da estimação utilizando o estimador de efeitos fixos são pouco significativos. Só a componente política da globalização (variável *koffpol*) se revela estatisticamente significativa, levando o seu aumento à diminuição da desigualdade. A variável *rural* é significativa só na segunda equação, sendo o seu coeficiente negativo. Ou seja, o aumento da percentagem da população rural nestes países levaria à diminuição da desigualdade.

4.6.2 Análise Dinâmica: Estimador GMM – SYS

A Tabela 3 apresenta a estimação GMM usando as mesmas variáveis descritas na tabela anterior. Esta análise pretende complementar a anterior de forma a verificar se os resultados se alteram e se têm evidência estatística significativa que permita tirar conclusões mais robustas.

As variáveis do índice de gini e da globalização foram tratadas como sendo endógenas e as outras variáveis como exógenas. Os instrumentos utilizados foram as variáveis desfasadas das variáveis endógenas.

As colunas I a IV apresentam as equações que só se alteram no que diz respeito às variáveis de globalização.

Foram, também, utilizadas dummies regionais e de grupos de rendimento para controlar níveis de efeitos fixos incluídos. Como os resultados das variáveis não sofreram alterações não serão apresentados para não duplicar a análise e a informação.

Tabela 3. Estimação GMM-SYS

Variáveis	I	II	III	IV
kof	-0.32248* (0.081)			
kofecon		0.17379*** (0.001)		
kofsoc		-0.33877*** (0.000)		
kofpol		-0.10094*** (0.001)		
fdi			0.54370*** (0.000)	
open2				0.01738 (0.726)
loggdp	-5.84433 (0.979)	-71.48683* (0.072)	992.10889*** (0.006)	352.36904 (0.108)
loggdp2	-0.17318 (0.996)	8.32248 (0.147)	-141.63578*** (0.005)	-45.46236 (0.118)
cor_icrg	0.70428 (0.735)	-0.27606 (0.614)	2.52309* (0.074)	-1.90078 (0.126)
da_icrg	0.14481 (0.919)	-0.58121** (0.032)	1.54437 (0.327)	-0.72021 (0.501)
enrolter	-0.13091 (0.603)	-0.23548*** (0.007)	-0.31708 (0.169)	-0.61009** (0.014)
oda	0.28939 (0.708)	-0.24384 (0.297)	-1.06602 (0.214)	-0.03886 (0.944)
popgrowth	2.06601 (0.493)	-0.09602 (0.874)	10.55133*** (0.008)	4.33041 (0.113)
rural	-0.77615 (0.132)	-0.80544*** (0.000)	-0.89220* (0.052)	-0.31212 (0.462)
L.gini	0.31672 (0.217)	0.36082*** (0.000)	-0.07153 (0.730)	0.14354 (0.584)
Constante	105.06949 (0.810)	237.05844*** (0.002)	-1,644.05901** (0.012)	-603.76172 (0.139)
Arelano Teste (AR2) p(value)	0.443	0.227	0.779	0.934
Hansen teste p(value)	0.613	0.928	0.267	0.988
Observações	208	206	208	207
Países	55	53	55	54

Notas: Variável Dependente: Gini. P-values entre parêntesis
(*** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1).

Instrumentos: Variável dependente e variáveis de globalização desfasadas por dois e subsequentes períodos.

Fonte: Compilação do autor

No que diz respeito à estimação utilizando o estimador GMM – SYS, os resultados evidenciam que o aumento da globalização medida pelo índice kof (coluna I) leva a uma diminuição da desigualdade medida pelo índice de Gini. As outras variáveis de controlo não têm qualquer relevância estatística.

Ao desagregar o índice KOF nos seus três componentes (económico, social e político) na coluna II, encontramos uma relação significativa entre a globalização económica, social e política e o índice de gini. Quanto à globalização social e à globalização política os coeficientes negativos destas duas variáveis explicativas sugerem que o aumento da globalização social e da globalização política levam à diminuição da desigualdade nestes países. O oposto acontece com a variável globalização económica cujo aumento tem levado ao aumento da desigualdade nos países em desenvolvimento.

A segunda equação estimada evidência, também, que uma melhor qualidade institucional - expressa pelo aumento da percepção da corrupção e da responsabilidade democrática - leva a uma diminuição da desigualdade nestes países. No entanto, só a variável que reflecte a responsabilidade democrática (*da_icrg*) é estatisticamente significativa. Quanto à variável *enrolter*, o seu coeficiente negativo estimado significa que quanto maior o número de pessoas que frequenta o ensino superior menor a desigualdade nestes países. Da mesma forma, o coeficiente negativo da variável *rural* significa que quanto maior a extensão da população que vive em áreas rurais no total da população, menor os níveis de desigualdade nestes países.

Na coluna III, os resultados sugerem que o aumento do IDE aumenta a desigualdade na repartição do rendimento dos países em desenvolvimento, ao contrário do que foi teorizado por Mundell (1957).

Quanto à hipótese de Kuznets (1955) os resultados confirmam a sua validade na terceira equação (coluna III).

Em relação às outras variáveis de controlo na equação da coluna III, encontramos evidências de que o crescimento da população leva ao aumento da desigualdade na repartição do rendimento como era esperado.

A abertura ao comércio (*open2*) não se revelou estatisticamente significativa na explicação da desigualdade (coluna IV). Os resultados sugerem, também, que ter mais alunos matriculados em universidades faz diminuir a desigualdade nos países em desenvolvimento.

4.7 Efeitos da Globalização na Desigualdade na Repartição do Rendimento dos Países Menos Desenvolvidos.

Ao analisarmos o conjunto dos Países em Desenvolvimento temos que ter em conta que os países são muito diferentes, uns em relação aos outros. Será que se tivermos um grupo mais pequeno de países (os menos desenvolvidos por exemplo) os resultados das hipóteses formuladas na secção 4.3 se mantêm?

Para testar esta questão, foi utilizada a mesma matriz, a mesma metodologia e o mesmo modelo econométrico mas com observações de apenas 36 países considerados como os menos desenvolvidos de acordo com o Banco Mundial em 2014, com um PNB per capita igual ou inferior a 1.035 dólares (ver anexo 5 com o conjunto dos países menos desenvolvidos).

4.7.1 Estatística Descritiva

Ao alterarmos o nosso universo de observações para o conjunto de países menos desenvolvidos, as variáveis em análise também sofrem alterações.

Para os países menos desenvolvidos temos menos observações em todas as variáveis, como podemos verificar na Tabela 4.

Tabela 4. Estatística Descritiva grupo dos 36 países menos desenvolvidos

Variáveis	Obs.	Média	Desv. Padrão	Min	Max
gini	123	48.75769	11.02068	24.3	76.57144
kof	320	30.9208	8.662757	14.23833	55.75208
kofecon	267	33.11613	11.58671	9.872762	62.44834
kofsoc	320	18.57023	7.891127	5.974151	48.48805
kofpol	340	45.75408	15.92449	7.862637	84.20891
open2	304	55.54537	26.8105	.4283971	159.8693
fdi	289	2.23659	4.808266	-10.56614	38.44539
loggdp	290	2.93727	.19954	2.068848	3.592019
loggdp2	290	8.667231	1.167373	4.280132	12.9026
cor_icrg	198	2.191498	1.118902	0	5
da_icrg	198	2.46654	1.357306	0	5.5
enrolter	256	4.179161	6.97788	.0907333	44.33596
oda	298	16.7379	13.93629	.2095989	119.7973
popgrowth	360	2.496798	1.331678	-4.820497	8.052616
rural	340	73.0854	13.01943	28.8802	95.3082

Fonte: Compilação do autor

Como podemos observar através da estatística descritiva das variáveis do nosso modelo, ao considerarmos apenas os países menos desenvolvidos as nossas observações passam a ser menos do que quando consideramos um universo de países maior, não só em

termos absolutos como também em termos relativos, o que vai de acordo com o que era esperado, uma vez que os países mais pobres têm menos dados que o conjunto dos outros países.

Em relação ao índice de gini, de cerca de 360 possíveis observações (36 países vezes 10 períodos de tempo) só conseguimos recolher cerca de um terço de observações correspondente a 123, o que condicionará a robustez dos resultados obtidos na aplicação do modelo a este conjunto de países. Mesmo neste número pequeno de observações podemos observar que existem índices de desigualdade muito baixos de cerca de 24,3% (Kyrgyz Republic no período 1 correspondente a 1981-1983) e de desigualdade muito elevada de cerca de 76,57% (Burkina Faso no período 6 correspondente ao triénio de 1996 a 1998).

No que diz respeito aos indicadores de globalização KOF bem como os seus subcomponentes existem dados suficientes para este universo de países. Por exemplo, para o KOF só três países não têm qualquer informação sobre os níveis de globalização (República Democrática da Coreia, Somália e Sudão Sul).

No entanto, também, podemos observar que mesmo neste conjunto mais restrito de países (os menos desenvolvidos) existem uns que apresentam níveis de globalização na ordem dos 50% enquanto outros não, revelando disparidades muito grandes entre eles.

O valor mínimo de globalização observado medido pelo Kof é de 14,24% (corresponde ao período 4, ou seja ao triénio de 1990-1992 no Tajikistan, e neste país no mesmo período também foi registado o mínimo do indicador de globalização política *kofpol* de cerca de 7,86%). O máximo do Kof foi cerca de 55,75% o que não corresponde um nível de globalização muito expressivo. (valor observado para o período 10, triénio

2008-2010, na Kirgыз Republic. O máximo de globalização política observado, 84,21%, sucedeu no Kenia no último triénio).

Em todas as outras variáveis podemos verificar que apesar de um número considerável de observações para todas as variáveis, só a variável relativa ao crescimento da população (*popgrowth*) atinge os 100% das observações (36 países x 10 períodos de tempo). No entanto os valores mínimos e máximos de todas as variáveis são sugestivos das grandes disparidades existentes, mesmo tendo em conta uma amostra menor de países. Há países em que 95% da população vive em zonas rurais e outros onde só cerca de 24%. Existem países com taxas de crescimento da população altas e outros onde a taxa de crescimento da população é negativa.

A ajuda internacional ao desenvolvimento é muito expressiva para uns países enquanto para outros não o é. Os níveis de qualidade institucional são muito altos para uns países enquanto para outros países em determinado período foram nulos.

4.7.2 Análise Estática: Estimador de efeitos fixos

A Tabela 5 apresenta os resultados da estimação do modelo de efeitos fixos para o conjunto dos países menos desenvolvidos. Na coluna I temos o índice de globalização KOF, os subcomponentes deste indicador são apresentados na coluna II, a coluna III e a coluna IV apresentam os resultados para as variáveis explicativas da globalização, *fdi* e *open2* respectivamente. As outras variáveis explicativas mantêm-se nas quatro equações. A variável dependente é o índice de gini.

Tabela 5. Estimação efeitos fixos grupo dos 36 países menos desenvolvidos

Variáveis	I	II	III	IV
kof	0.68595* (0.067)			
kofecon		0.43553** (0.030)		
kofsoc		-1.63760* (0.057)		
kofpol		0.35215* (0.079)		
fdi			0.58511 (0.287)	
open2				0.22507 (0.167)
loggdgdp	-572.82307 (0.343)	-958.44085* (0.095)	-682.83022 (0.200)	-703.03193 (0.201)
loggdgdp2	106.76959 (0.304)	171.43758* (0.089)	129.91422 (0.157)	131.32752 (0.169)
cor_icrg	3.72400 (0.186)	2.87647 (0.240)	3.42179 (0.271)	2.99605 (0.261)
da_icrg	-2.42196 (0.294)	-0.70497 (0.730)	-1.28470 (0.570)	-1.67274 (0.451)
enrolter	-1.54141 (0.192)	0.05438 (0.948)	-1.43348 (0.236)	-1.68182 (0.109)
oda	-0.51377 (0.146)	-0.34025 (0.336)	-0.26526 (0.362)	-0.40339 (0.171)
popgrowth	2.68389** (0.041)	0.31582 (0.823)	2.65830** (0.044)	2.70419** (0.028)
rural	3.26070*** (0.002)	2.69400* (0.063)	2.52707*** (0.000)	2.49777*** (0.000)
Constante	541.42590 (0.517)	1,170.42954 (0.120)	736.70895 (0.328)	780.54239 (0.308)
Observações		54	52	54
R ² - ajustado		0.492	0.551	0.460
Países		15	14	15

Notas: Variável Dependente: Gini. P-values entre parêntesis

(*** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1)

Fonte: Compilação do autor

Ao analisarmos os resultados da estimação pelos efeitos fixos, podemos concluir o seguinte:

A globalização medida pelo indicador kof leva ao aumento da desigualdade nos países menos desenvolvidos. Este resultado contraria as conclusões obtidas para o universo dos 139 países em desenvolvimento. No entanto, há que ter em conta o número de

observações (de 52 a 54) e os países em análise (14 a 15 de um universo de 36) o que restringe a robustez dos resultados. Os países para os quais existem dados são poucos: cerca de 1/3 de países e de 15% de observações possíveis.

Quando analisamos os subcomponentes do KOF, verificamos que só a globalização social leva à diminuição da desigualdade na repartição do rendimento nos países mais pobres.

Quanto à hipótese de Kuznets (1955) só a equação II apresenta significância estatística para as variáveis *loggdp* e *loggdp2*. Nesta equação a hipótese de Kuznets não é confirmada. Em vez da relação em forma de U invertido entre desigualdade e crescimento económico, temos uma relação em forma de U - num primeiro estágio o aumento do crescimento económico leva à diminuição da desigualdade, e num segundo estágio, quando o PIB per capita atinge um dado nível temos o aumento da desigualdade. Ou seja, o oposto da hipótese de Kuznets (1955).

O crescimento da população (*popgrowth*) e uma maior percentagem da população destes países a viverem em zonas rurais (*rural*), levam ao aumento da desigualdade nos países mais pobres, como era teoricamente esperado.

4.7.3 Análise Dinâmica: Estimador GMM-SYS

A tabela 6 apresenta a análise dinâmica utilizando o estimador GMM-SYS. Cada coluna apresenta uma variável específica da globalização, para além das outras variáveis explicativas.

Embora o conceito de globalização defendido na dissertação seja o que reflecte a globalização como um fenómeno multidimensional (com a utilização dos indicador compósito kof e os seus subcomponentes), a utilização de medidas da globalização clássicas, *fdi* e *open2* são igualmente utilizadas para a comparação de resultados.

As variáveis consideradas endógenas foram o índice de gini e a globalização e as outras variáveis foram consideradas exógenas. As variáveis diferidas das variáveis endógenas constituem os instrumentos utilizados neste modelo.

Tabela 6. Estimação efeitos dinâmicos grupo dos 36 países menos desenvolvidos

variáveis	I	II	III	IV
kof	0.22285 (0.635)			
kofecon		0.29366 (0.414)		
kofsoc		0.76372 (0.191)		
kofpol		-0.48326 (0.158)		
fdi			-1.28316** (0.016)	
open2				0.06408 (0.858)
loggdp	-133.13300 (0.339)	0.00000 (.)	-191.13570*** (0.009)	1,783.18680 (0.258)
loggdp2	27.77139 (0.351)	0.00000 (.)	49.98071*** (0.008)	-301.76667 (0.260)
cor_icrg	2.96659 (0.663)	-2.36113 (0.591)	3.90914 (0.502)	-5.53542 (0.406)
da_icrg	-2.90887 (0.364)	-11.84185 (0.120)	-5.01839 (0.252)	-1.75805 (0.753)
enrolter	-1.96512 (0.634)	-0.03443 (0.989)	-1.21912 (0.674)	-1.91034 (0.487)
oda	-1.82879*** (0.006)	-3.12470 (0.139)	-2.63536*** (0.002)	-2.69315 (0.267)
popgrowth	5.32487 (0.631)	11.08013 (0.234)	-2.94661 (0.628)	-2.06451 (0.831)
rural	1.89218 (0.218)	0.62884** (0.033)	2.00386*** (0.004)	0.25369 (0.603)
L.gini	1.12035* (0.089)	0.96151* (0.059)	1.43045** (0.045)	1.95166** (0.017)
Constante	0.00000 (.)	0.00000 (.)	0.00000 (.)	-2,643.01413 (0.252)
Arelano Teste (AR2) p(value)	0.389	0.406	0.213	1.000
Hansen teste p(value)	0.979	1.000	1.000	1.000
Observações	24	23	24	24
Países	11	10	11	11

Notas: Variável Dependente: Gini. P-values entre parêntesis
(*** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1)

Instrumentos: Variável dependente e variáveis de globalização desfasadas por dois e subsequentes períodos.

Fonte: Compilação do autor

Relativamente às variáveis da globalização os resultados da estimação dinâmica não apresentam significância estatística destas variáveis. Mas quando utilizamos os fluxos de IDE (*fdi*) como medida da globalização os resultados são significativos e o aumento desta variável leva à diminuição do índice de gini, ou seja, diminui a desigualdade. Ao contrário do que aconteceu quando se analisou o conjunto de países em desenvolvimento (139 países), o aumento do IDE nestes 36 países mais pobres contribui para a diminuição da desigualdade, o que confirma a teoria de Mundell (1957). No entanto há que ter em conta que este resultado tem apenas em consideração 24 observações (menos de 7% do universo possível de observações (36 x 10 períodos) e 11 países (corresponde a cerca de 31% do universo dos 36 países). O que significa que estes resultados podem estar a ser influenciados por um micro grupo de países que não sejam representativos dos restantes países em causa.

Como aconteceu na estimação por efeitos fixos, a estimação com o estimador GMM-SYS não confirma a hipótese de Kuznets (1955). Ou seja, os resultados sugerem que a hipótese de Kuznets não se aplica aos países mais pobres.

De acordo com os resultados, o aumento da ajuda internacional ao desenvolvimento diminui a desigualdade nestes países mais pobres. Este resultado contraria a posição dos que defendem que a ajuda internacional aumenta a desigualdade dos países menos desenvolvidos por não ser bem direccionada e servir apenas as minorias e os interesses das elites neste grupo de países.

Quanto á variável *rural* os resultados revelam que neste grupo de países (menos desenvolvidos) quanto maior for o nível de população rural maior a desigualdade, como era teoricamente esperado.

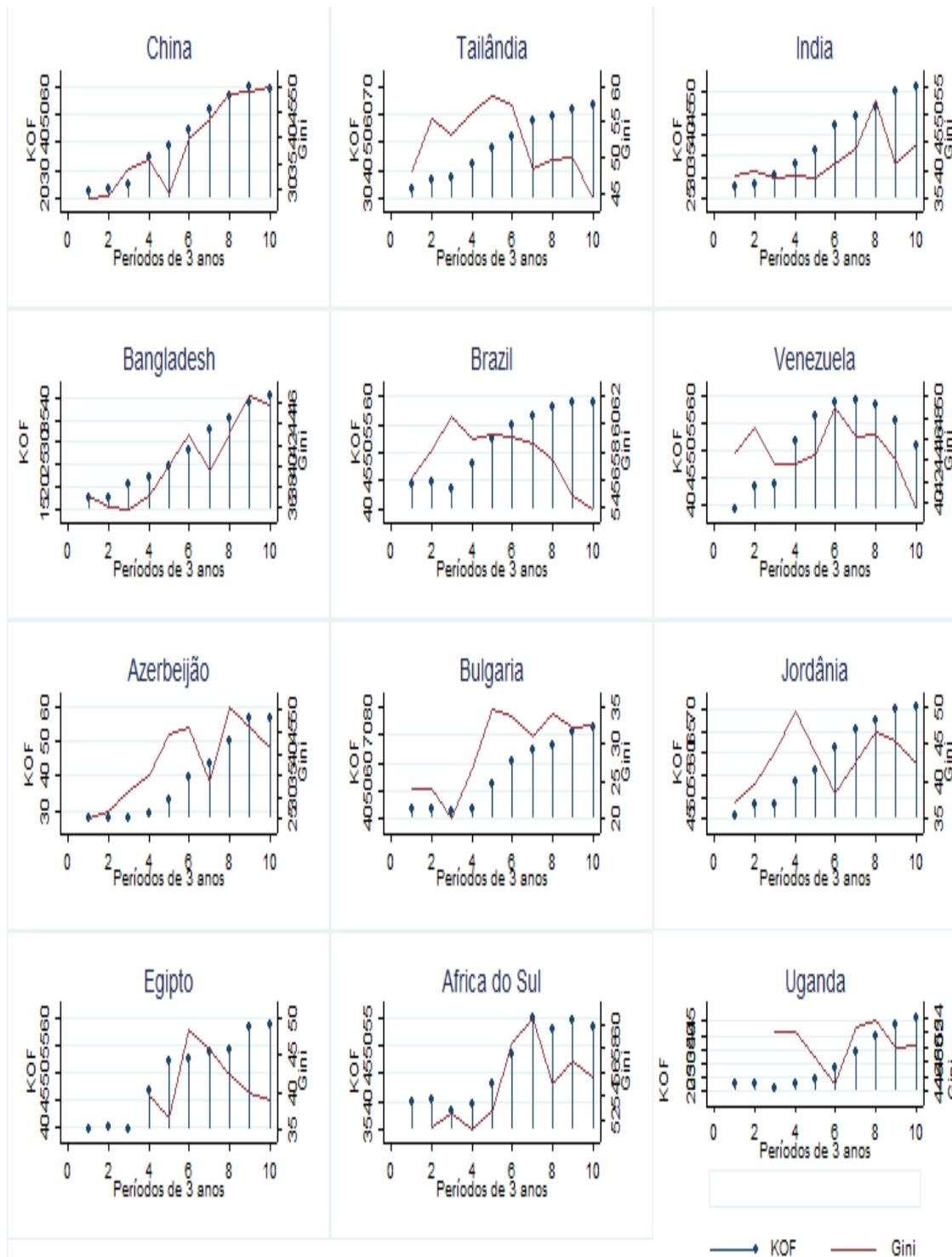
4.8 Evolução da globalização e da desigualdade de alguns países em desenvolvimento entre 1981 e 2010.

Como verificado nos subcapítulos prévios, da análise de grupos de países diferentes (primeiro os 139 PED`s e depois os 36 países menos desenvolvidos), os países têm características diferentes e comportam-se de maneira diferente perante a globalização.

Alguns autores consideram mesmo que a especificidade de cada país, deveriam remeter a análise da globalização e os seus efeitos para estudos de caso, uma vez que os países diferem muito uns dos outros. Interessa entender como é que alguns países têm evoluído nos últimos anos em termos de globalização e desigualdade. Para esse efeito foi desenvolvido o gráfico nº 3, que contém a evolução da desigualdade e da globalização para 12 países pertencentes a 6 regiões diferentes.

A China e a Tailândia pertencem à região da Ásia e Pacífico, a Índia e o Bangladesh estão no Sul Asiático, o Brasil e a Venezuela encontram-se na zona da América Latina e Caraíbas, o Azerbaijão e a Bulgária fazem parte da área da Europa e Ásia Central, a Jordânia e o Egipto do Norte de África e Médio Oriente e por último a África do Sul e o Uganda da região da África Subsariana.

Gráfico 3. Evolução da Globalização e da desigualdade do rendimento dentro de alguns países em desenvolvimento, entre 1981-2010 em períodos com médias de 3 anos.



Fonte: Compilação do autor

Como podemos observar, mesmo dentro da mesma região o comportamento dos países pode ser diferente entre si. Se por exemplo compararmos a China e a Tailândia, que pertencem à mesma região da Ásia e do Pacífico, podemos constatar que enquanto a China quase que duplicou os seus níveis de desigualdade (de 28,4% no período 1 triénio de 1981 a 1983, para 50,03% no período 10 correspondente a 2008-2010) de uma forma linear, a Tailândia apresentou um comportamento diferente no decorrer do período, diminuiu de 48,3% para 44,54%. Contudo esta diminuição não foi linear, tendo apresentado aumentos de desigualdade até ao período 5 (triénio 1993-1995) atingindo cerca de 58,7% de desigualdade nesse período e de acordo com os dados da WIID (UNU WIDER, 2014).

Ao analisarmos os gráficos individuais desta amostra de países em desenvolvimento, uma das conclusões que se pode retirar é de que quase todos os países têm-se tornado mais globalizados ao longo dos 30 anos em análise de acordo com o indicador KOF, a Venezuela é o único país do conjunto desta amostra, que assistiu a um período de maior globalização nos primeiros 21 anos (equivalente ao período de 1 a 7) seguido de um período de menor globalização desde 2002 e nos períodos seguintes (8 a 10), mas que se devem a especificidades de natureza política e social.

Quando analisamos os níveis de globalização também encontramos disparidades entre países da mesma região, como é o caso do Brasil e da Venezuela, que apesar de pertencerem ambos à área da América Latina e Caraíbas, têm apresentado níveis e evoluções de globalização diferentes.

O Brasil nos últimos anos regista uma percentagem de globalização de cerca de 58,78% tendo vindo a aumentar os seus níveis de globalização no período em análise. A Venezuela apresenta apenas 50,86% no último triénio.

5. EFEITOS DA GLOBALIZAÇÃO NA DESIGUALDADE DO RENDIMENTO ENTRE OS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO

Neste capítulo pretende-se abordar os efeitos da globalização na desigualdade internacional ponderada do rendimento do grupo de países em desenvolvimento. De acordo com esta abordagem a desigualdade é ponderada pela população de cada país.

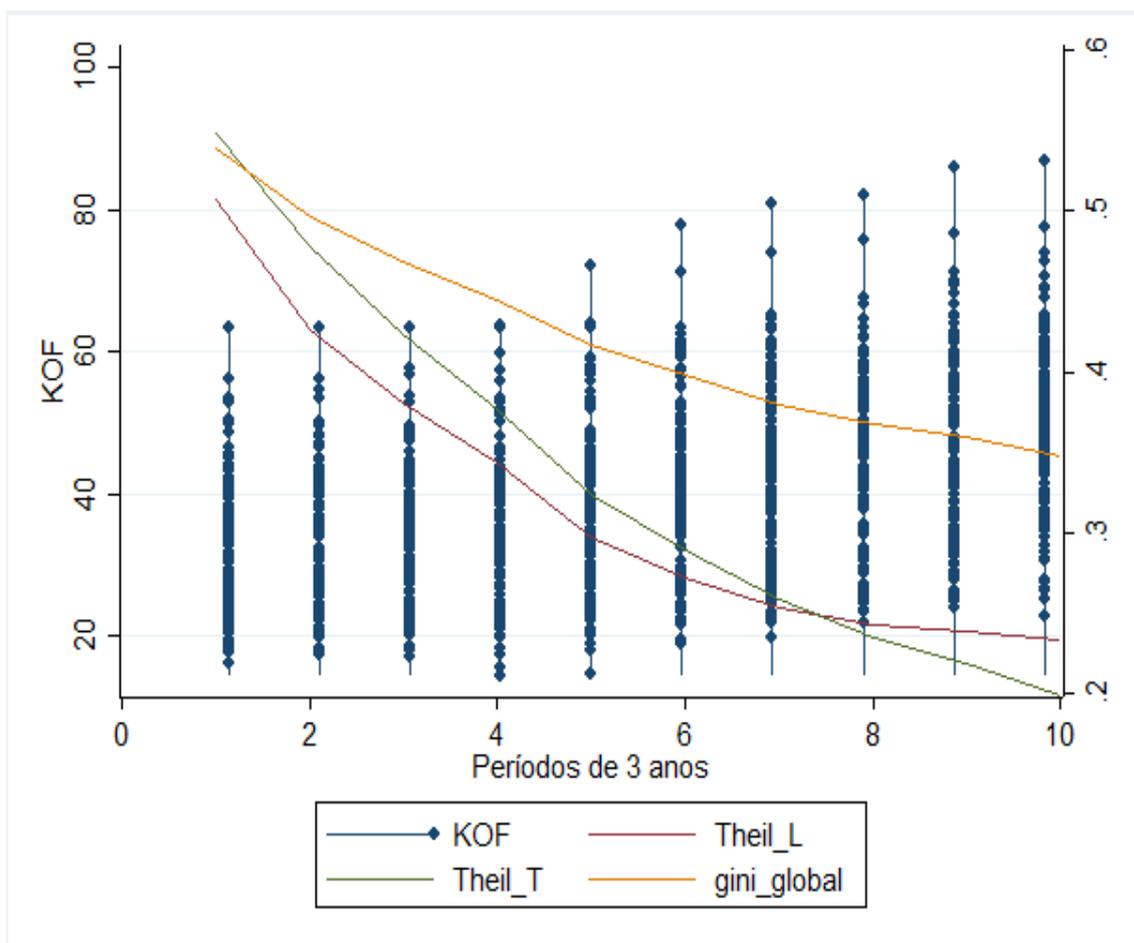
Nesta perspectiva é possível utilizar vários indicadores de desigualdade para além do índice de Gini tais como os índices de Theil. A computação destes indicadores foi efectuada pelo programa estatístico *Stata*, através da aplicação *ineqdeco* desenvolvida por Jenkins (2008), permitindo testar uma convergência ou divergência entre os efeitos da globalização e a desigualdade entre os países em desenvolvimento.

Para esse efeito foi utilizada a mesma matriz de 139 países em desenvolvimento de acordo com a classificação do Banco Mundial em 2014, para um período de 30 anos (1981 a 2010). Este período foi dividido em 10 períodos de médias de 3 anos cada, de modo a minimizar os efeitos das flutuações cíclicas.

A evolução da desigualdade internacional ponderada (tendo em conta a população de cada país), nos países em desenvolvimento, tem tido uma tendência decrescente desde a década de 80. Em parte devido à evolução de países como a Índia e a China.

Ao mesmo tempo, os países em desenvolvimento têm aumentado os seus níveis de globalização, como pode ser observado no seguinte gráfico:

Gráfico 4. Evolução da Globalização e da desigualdade do rendimento internacional ponderada nos países em desenvolvimento entre 1981-2010 em períodos com médias de 3 anos.



Fonte: Compilação do autor.

Nos últimos anos o país mais globalizado dos 139 países em desenvolvimento e segundo o KOF foi a Hungria, seguida pela Malásia, Bulgária, Jordânia e Romania. O menos globalizado no período entre 2008-2010 foi Timor-Leste. Antes do 5º período, o país menos globalizado tinha sido a Eritreia.

A China começou a primeira década apenas 23% globalizada, actualmente já atinge um índice de globalização de cerca de 60%.

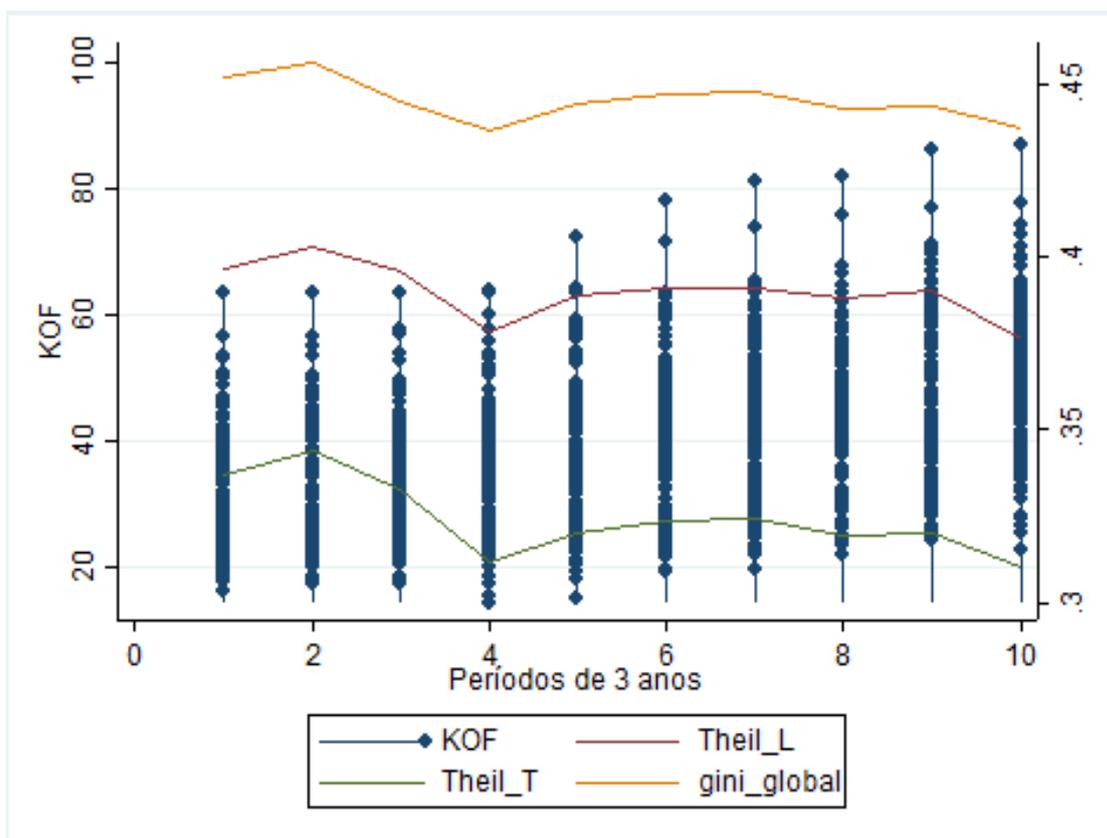
O mesmo sucedeu com a Índia que de acordo com o KOF, começou na década de 80 com 28% e atinge cerca de 52% nos dias de hoje.

Milanovic (2012) calculou a desigualdade global em intervalos de 5 anos de 1988 a 2008, e concluiu que entre 2002 e 2008 o Gini global (de todos os países) decresceu 1,4 pontos depois de um período longo de aumento da desigualdade.

A maior razão para esta tendência foi o crescimento muito rápido de países relativamente pobres como a China e a Índia, constituídos por uma grande população e este crescimento reflectiu o aumento do rendimento da sua população. (Milanovic, 2012; Ravallion 2003)

Como podemos observar no gráfico 5, ao retirarmos a China e a Índia do conjunto dos países em desenvolvimento em análise, a evolução da globalização e da desigualdade altera-se um pouco. Embora ainda exista uma tendência de descida da desigualdade internacional (para este universo de países), já não é tão evidente como quando consideramos a China e a Índia. Uma vez que são países muito populosos com grandes taxas de crescimento que se manifestam com grande diminuição da desigualdade em relação aos outros países em desenvolvimento.

Gráfico 5. Evolução da Globalização e da desigualdade do rendimento internacional ponderada nos países em desenvolvimento, sem considerar a China e a Índia entre 1981-2010 em períodos com médias de 3 anos.



Fonte: Compilação do autor

Milanovic (2012) estudou a desigualdade global de todos os países (desenvolvidos e em desenvolvimento) e concluiu que os maiores beneficiários da globalização foram o top 1% dos mais ricos e a classe média das economias de mercado emergente, particularmente Índia, China, Brasil, Indonésia e Egito. Os 1% mais ricos aumentaram o seu rendimento real em mais de 60% entre 1980 e 2000.

Para além disso os 1/3 mais pobres também tiveram ganhos significativos entre 40 e 70%, a única excepção foram os 5% mais pobres cujo rendimento real se manteve igual.

Mas os maiores perdedores da globalização foram os chamados classe média alta global (situam-se entre o percentil 75 e 90 da distribuição de rendimento global), e que incluem muitos de países formalmente comunistas e América latina assim como cidadãos de países ricos, cujos rendimentos estagnaram.

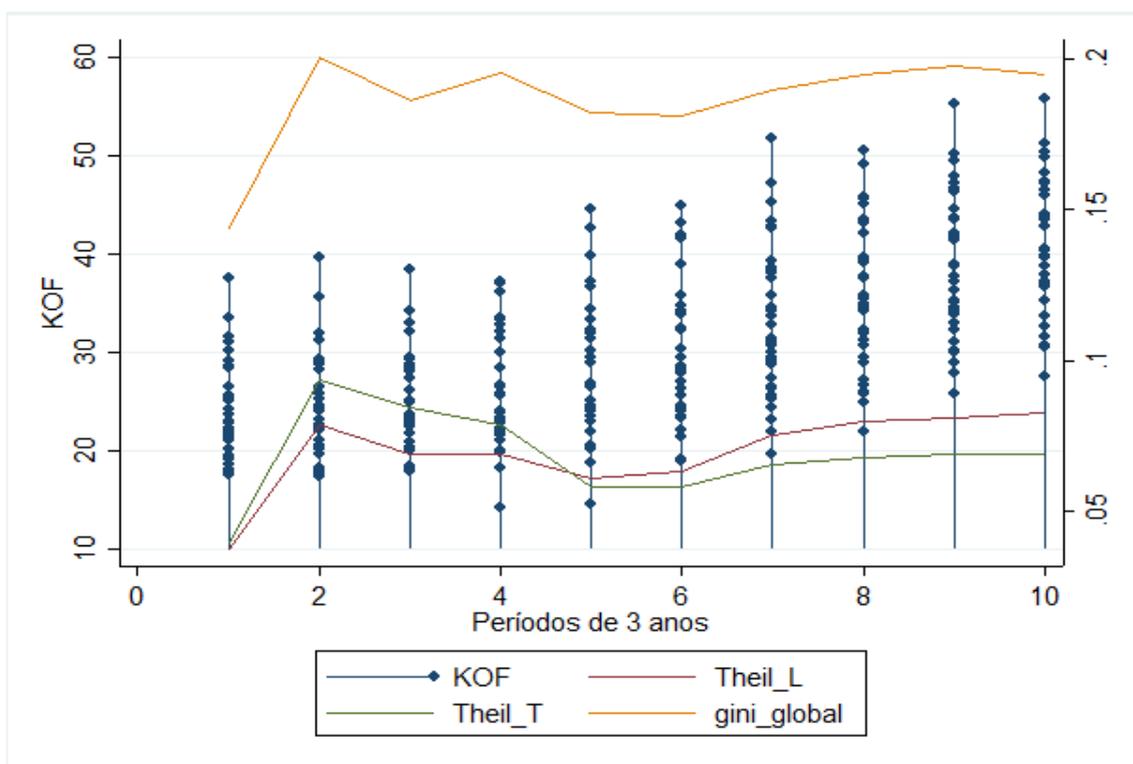
Entre 1998 e 2008 quem perdeu com a globalização foram a maior parte das pessoas em África, alguns na América Latina e países pós-comunistas.

Em África, um africano com o rendimento médio do continente tinha um rendimento igual a 2/3 da média global, em 2008 essa proporção era de menos de uma metade.

Dois terços da população em 2008 recebiam 12,7 por cento do rendimento global, contra 9,3 % em 1998. No entanto o top 1% recebeu em 2008 quase 15% do rendimento global, enquanto em 1998 só recebia 11,5%.

Se compararmos os países menos desenvolvidos uns com os outros, podemos concluir que a desigualdade internacional ponderada não sofreu muitas oscilações e as taxas de desigualdade grupal mantiveram-se muito baixas, o que significa que apesar dos países menos desenvolvidos serem considerados os maiores perdedores da globalização na conjuntura global (em comparação com o resto do mundo), existe uma certa homogeneidade entre estes países em termos de rendimento per capita, como revela o gráfico 6.

Gráfico 6. Evolução da Globalização e da desigualdade ponderada do rendimento entre os 36 países menos desenvolvidos, entre 1981-2010 em períodos com médias de 3 anos.



Fonte: compilação do autor

Os dados apresentados pelos diversos autores referenciados (Milanovic, 2012; Ravallion, 2003) são reflexo do cálculo da desigualdade internacional, ou global ponderada tendo em conta todos os países do mundo. A análise desenvolvida nesta tese pretende apenas comparar os países em desenvolvimento entre si, pelo que a desigualdade internacional ponderada apresentada nos gráficos e nas tabelas deste capítulo referem-se à desigualdade grupal dos países que o constituem tendo em conta a sua população.

5.1 Base de Dados

Foi utilizada a mesma matriz dos 139 países classificados pelo Banco Mundial como os países em desenvolvimento em 2014 (ver anexo 2, com a listagem dos países) por terem um PNB per capita igual ou inferior a 12.615 dólares americanos.

Os dados que servem de base à matriz foram extraídos na sua maioria do World Development Indicators (WDI, 2013), do Banco Mundial. As variáveis de Globalização (KOF) derivam da base de dados desenvolvida por Dreher (2006) e actualizada por Dreher et al (2008). As variáveis de qualidade institucional foram retiradas da base de dados do “the International Country Risk Guide” (ICRG) que é fornecido pelo grupo PRS. O índice de Gini é extraído da World Income Inequality Database (UNU WIDER, 2014).

5.2 Variável Dependente

A variável dependente do modelo é o índice de Theil_L. Este indicador representa a diferença do logaritmo da média do rendimento do grupo de referência e a média dos logaritmos de todos os rendimentos dentro do grupo. O Theil_L também é conhecido como o Desvio médio logarítmico (em inglês: mean log deviation – MLD) e pertence à família das medidas de entropia generalizada (Haughton & Khandker, 2009).

Segundo Rodrigues et al. (2012), o coeficiente de Gini é muito sensível às transformações que ocorrem no meio da distribuição. O desvio Médio logarítmico é um índice mais sensível à parte inferior da distribuição e tem a vantagem de permitir decompor a desigualdade por grupos socio económicos.

Para a compilação do índice de Theil_L seguiu-se a metodologia proposta por Haughton & Khandker (2009, p.108) usando os dados da WDI (World Bank, 2013) para atribuir as observações do total da população e do produto interno bruto, em paridade do poder de compra (ppc) em dólares internacionais constantes.

Para isso utilizou-se a seguinte fórmula:

$$T_L = \frac{1}{N} \sum_{i=1}^N \left(\ln \frac{\bar{x}}{x_i} \right)$$

Onde x representa o rendimento per capita e N o total da população de um país.

O programa informático utilizado *Stata13* tem um comando *ineqdeco* desenvolvido por Jenkins (2008) que permite calcular várias medidas de desigualdade.

Calculou-se o índice de Theil_L e Theil_T através da construção das fórmulas e posteriormente verificou-se os resultados com os provenientes da aplicação. Os índices de Theil, tal como o índice de Gini, variam entre zero e um.

Para os testes de consistência vamos utilizar diferentes medidas de desigualdade, tais como o índice de gini global e o índice Theil_T para verificar se os resultados são os mesmos com diferentes medidas de desigualdade.

O índice de Theil_T também pertence à família das medidas de entropia generalizada e na sua computação foi efectuada a mesma metodologia que para o índice de Theil_L, calculado sobre a seguinte fórmula:

$$T_T = \frac{1}{N} \sum_{i=1}^N \left(\frac{x_i}{\bar{x}} \cdot \ln \frac{x_i}{\bar{x}} \right)$$

O gini global foi extraído do programa *stata13* e do resultado do comando *ineqdeco* (jenkins, 2008) directamente.

A fórmula do gini global é a seguinte:

$$IG = \frac{\sum_{i=1}^{n-1} (\text{cum } f_i - \text{cum } y_i)}{\sum_{i=1}^{n-1} \text{cum } f_i} = \frac{\sum_{i=1}^{n-1} (p_i - q_i)}{\sum_{i=1}^{n-1} p_i}$$

Onde $\text{cum } f_i$ é igual à proporção acumulada da variável “população” e $\text{cum } y_i$ é igual à proporção acumulada da variável “rendimento”.

5.3 Variáveis Independentes, Formulação de Hipóteses e Modelo

Econométrico.

As variáveis Independentes, as hipóteses formuladas e os sinais teoricamente esperados das variáveis explicativas são exactamente as mesmas do capítulo anterior, difere apenas o tipo de desigualdade que estamos a analisar neste capítulo: desigualdade internacional ponderada, tendo em conta o universo de 139 países em desenvolvimento para o cálculo deste tipo de desigualdade e utilizando três medidas de desigualdade diferentes: Theil_L; Theil_T e gini global, de forma a testar os resultados.

O modelo econométrico especificado é o seguinte:

$$Y_{it} = \alpha + X'_{it} \beta + \eta_i + \delta_t + \varepsilon_{it} \quad i = 1, \dots, n ; t=1, \dots, T$$

Onde Y_{it} corresponde à desigualdade de rendimento internacional ponderada (do universo dos 139 países em desenvolvimento), no período t (sendo que t está entre 1 e 10 e cada período de tempo equivale a uma média de 3 anos de observações, ou seja, a $t=1$ equivale à média do período de 1981 a 1983, a $t=2$ são atribuídos os anos entre 1984

a 1986 e assim sucessivamente até ao período $t=10$ que corresponde ao período de 2008 a 2010, perfazendo 10 períodos e 30 anos temporais);

X_{it} é um vector das variáveis explicativas no país i e no período t , como foram definidas no capítulo anterior, β é um vector de coeficientes desconhecidos, a serem estimados, α é a ordenada na origem, δ_t é o efeito ao longo do tempo e comum para todos os países (agrupa os factores que afectam todos os países no mesmo período de tempo, no mesmo ano), η_i é o efeito específico a cada país e invariante no tempo e ε_{it} é a variável residual aleatória assumida como normal e identicamente distribuída (IID) com $E(\varepsilon_{it})=0$ e $\text{Var}(\varepsilon_{it}) = \sigma^2 > 0$.

Todas as equações de efeitos fixos neste capítulo também foram sujeitas ao teste de Hausman, optando-se pelo estimador de efeitos fixos, assumindo que todas as variáveis explicativas são exógenas e independentes do termo residual para todo o i e todo o t .

Para lidar com a possível endogeneidade de algumas variáveis, foi introduzido na equação do lado direito a variável dependente da desigualdade desfasada de um período.

O modelo dinâmico é o seguinte:

$$Y_{it} = \alpha + \gamma Y_{t-1} + X'_{it} \beta + \eta_i + \delta_t + \varepsilon_{it}$$

Na sequência do que sucedeu no capítulo anterior foi também utilizada nesta segunda equação o estimador GMM-SYS de dois passos (Arellano & Bover, 1995; Blundell & Bond, 1998, 2000), que inclui, no segundo passo, a correcção de Windmeijer (2005) para amostras finitas. A variável dependente e a variável de globalização são tratadas como sendo endógenas e as outras variáveis como exógenas e os instrumentos utilizados foram as variáveis desfasadas das variáveis endógenas.

A consistência do estimador GMM foi sujeita igualmente ao teste de Hansen e ao teste de Arellano de autocorrelação de segunda ordem (AR2).

As dummies regionais e de grupos de rendimento foram utilizadas no controlo dos níveis de efeitos fixos incluídos. Não havendo alterações nos sinais dos coeficientes das variáveis, e por essa razão não se apresentam aqui esses resultados.

5.4 Estatística Descritiva

Ao analisarmos a tabela 7 podemos verificar algumas características nas variáveis introduzidas de desigualdade internacional ponderada (índices de Theil_L e Theil_T e Gini global).

Tabela 7. Estatística Descritiva

Variáveis	Obs.	Média	Desv. Padrão	Min	Max
Theil_L	1390	.319495	.0883036	.2331194	.5072184
Theil_T	1390	.3349871	.1117752	.1997498	.547657
gini_global	1390	.421794	.0605767	.34713	.53875
kof	1248	40.36118	12.49211	14.23833	86.9291
kofecon	988	44.69059	14.90146	9.872762	89.17874
kofsoc	1248	31.72817	14.34524	5.974151	80.99803
kofpol	1306	48.43183	21.63413	1.550383	93.67574
open2	1183	76.15106	38.57572	.4283971	343.3816
fdi	1156	3.536557	10.55488	-27.73289	270.427
loggdp	1165	3.43358	.4054958	2.068848	4.308285
loggdp2	1165	11.95376	2.768364	4.280132	18.56132
cor_icrg	746	2.454535	.9845864	0	6
da_icrg	746	3.206323	1.393419	0	6
enrolter	934	14.62417	15.23944	.04688	109.2259
oda	1139	9.623005	12.21186	-.1444027	129.1405
popgrowth	1384	1.860422	1.309502	-5.423089	8.052616
rural	1242	57.21243	19.70678	6,9666	95.3082

Fonte: Compilação do autor

Esta tabela difere da tabela número 1 da secção 4.5, do capítulo 4, na medida em que a variável dependente de desigualdade é diferente. Theil_L, Theil_T e o gini-global, substituem o índice de Gini cuja base de dados era a WIID (UNU WIDER, 2014).

Neste modelo, as medidas de desigualdade procuram identificar a desigualdade internacional ponderada para o conjunto de países em desenvolvimento, e são calculados com base em fórmulas especificadas que permitem com a informação do PIB per capita e da População dos 139 países, calcular o valor de cada indicador para cada período de tempo (1 a 10 períodos). Em cada período os índices de desigualdade têm valor igual para os 139 países.

Para o índice de Theil_L e no decorrer dos 10 períodos, o valor mínimo e máximo varia entre 23 e 51%. O índice de Theil_T tem uma diferença maior entre 20 e 54% e o índice de gini global apresenta uma variação menor de entre 35% e 54%.

O período cujos índices de desigualdade se mostraram maiores foi o primeiro que corresponde à media dos anos entre 1981 e 1983. E os valores mínimos de desigualdade foram registados no último período, equivalente a 2008-2010. O que significa que de 1981 a 2010 a desigualdade internacional ponderada tendo em conta só os países em desenvolvimento diminuiu para cerca de metade, independentemente da medida de desigualdade utilizada ser os índices de Theil ou o índice de gini.

5.5 Análise dos Resultados

Ao proceder à análise dos modelos estático e dinâmico verificámos alguns resultados estatisticamente relevantes que permitiram tirar algumas conclusões sobre o efeito da globalização na desigualdade internacional ponderada dos países em desenvolvimento.

5.5.1 Análise Estática: Estimador de efeitos fixos

A estimação por efeitos fixos (análise estática) encontra-se na tabela 8 e utiliza como variável dependente o índice de Theil_L. Cada coluna apresenta uma equação que diferencia as medidas de globalização utilizadas: o indicador KOF (coluna I), os subcomponentes do KOF (coluna II), o fdi (coluna III) e o open2 (coluna IV), seguindo a metodologia utilizada previamente.

Como podemos observar na tabela 8, os resultados da estimação dos efeitos fixos suportam a hipótese de que a globalização medida pelo índice de globalização KOF (coluna I) leva à diminuição da desigualdade internacional ponderada do rendimento nos países em desenvolvimento medida pelo indicador Desvio Médio Logarítmico (Theil_L).

A mesma conclusão é feita quando analisamos os três subcomponentes do KOF (coluna II). A globalização económica, a globalização social e a globalização política levam à diminuição da desigualdade entre os países em desenvolvimento.

Tabela 8. Estimação utilizando o estimador de efeitos fixos: variável dependente

Theil_L

Variáveis	I	II	III	IV
kof	-0.00650*** (0.000)			
kofecon		-0.00172*** (0.002)		
kofsoc		-0.00308*** (0.000)		
kofpol		-0.00195*** (0.000)		
fdi			-0.00189** (0.023)	
open2				-0.00077*** (0.000)
loggdp	0.32845* (0.094)	0.23945 (0.231)	0.00729 (0.985)	0.07877 (0.828)
loggdp2	-0.03046 (0.312)	-0.01580 (0.605)	-0.00429 (0.940)	-0.01289 (0.807)
cor_icrg	-0.00301 (0.457)	-0.00399 (0.298)	0.00018 (0.973)	0.00225 (0.647)
da_icrg	-0.00409 (0.230)	-0.00299 (0.426)	-0.00921** (0.035)	-0.01010** (0.011)
enrolter	0.00002 (0.978)	0.00004 (0.947)	-0.00113** (0.047)	-0.00087* (0.089)
oda	-0.00039 (0.359)	-0.00053 (0.242)	-0.00072 (0.173)	-0.00035 (0.571)
popgrowth	0.00202 (0.536)	0.00311 (0.455)	0.00790 (0.214)	0.00977 (0.107)
rural	0.00465*** (0.000)	0.00468*** (0.000)	0.00896*** (0.000)	0.00837*** (0.000)
Constante	-0.41530 (0.192)	-0.28664 (0.384)	-0.13105 (0.851)	-0.20322 (0.751)
Observações	471	452	461	465
R ² - ajustado	0.783	0.788	0.643	0.674
Países	74	69	74	73

Notas: Variável Dependente: Theil_L. P-values entre parêntesis
(*** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1)

Fonte: Compilação do autor

Na coluna III e IV, as variáveis KOF e as variáveis que representam os seus subcomponentes foram substituídos pelas medidas tradicionais de globalização: as variáveis Investimento Directo Estrangeiro e abertura ao comércio de forma a testar as hipóteses derivadas da teoria do comércio e do investimento internacional.

Utilizando as variáveis *fdi* e *open2* como medidas da globalização verificamos que tanto o IDE como a abertura ao comércio provocam diminuições na desigualdade internacional ponderada do rendimento, quando medidas pelo Theil_L e de acordo com o teorema de HO e a teoria de Mundell (1957).

Em todas as quatro equações, os sinais estimados dos coeficientes das variáveis *loggdp* e *loggdp2* são os esperados, mas estas variáveis, à excepção do *loggdp* na primeira equação, não são estatisticamente significativas. Logo não podemos tirar qualquer conclusão em relação à hipótese de Kuznets (1955) - da existência de uma relação entre crescimento e desigualdade na forma de um U invertido, onde numa fase do crescimento ocorre um aumento da desigualdade (o sinal esperado de *loggdp* é positivo) e numa segunda fase do crescimento sucede o contrário e há uma diminuição da desigualdade (o sinal esperado de *loggdp2* é negativo).

Quando analisamos as outras variáveis de controlo concluímos que em termos das variáveis de qualidade institucional (*cor_icrg* e *da_icrg*), só existe relevância estatística na variável *da_icrg* (responsabilidade democrática) nas equações das colunas III e IV, evidenciando sinais de acordo com o teoricamente esperado, i.e. quanto maior a qualidade institucional medida pela responsabilidade democrática, menor a desigualdade entre os países em desenvolvimento.

No que diz respeito à variável da educação *enrolter*, quando utilizamos o IDE e a abertura do comércio como medidas da globalização, quanto maior o número de pessoas a frequentar universidades melhor para os países em desenvolvimento em termos da diminuição da desigualdade na repartição do rendimento, ao contrário do que era teoricamente esperado. A aposta no ensino superior nos países em desenvolvimento não provoca desigualdade entre eles, pelo contrário contribui para a diminuição da desigualdade. Um resultado que merece discussão.

A variável *rural* apresenta um coeficiente estimado com o sinal teoricamente esperado, o que significa que quanto maior a população a viver em zonas rurais nos países em desenvolvimento maiores são as desigualdades ponderadas do rendimento neste grupo de países. Isto acontece também pelas diferenças existentes entre os países, onde uns têm uma população maioritariamente rural, e outros países que são quase totalmente urbanos, provocando níveis de desenvolvimento muito diferentes entre eles.

No entanto temos que ter em conta que estes resultados são obtidos a partir de cerca de metade dos países em análise. A falta de observações acaba por limitar a robustez das conclusões.

5.5.2 Análise Dinâmica: Estimador GMM – SYS

Na Tabela 9 podemos observar os resultados do modelo dinâmico quando utilizamos o Theil_L como variável dependente. Esta estimação GMM-SYS usa as mesmas variáveis para a globalização descritas na tabela prévia, e organizadas igualmente por colunas (I a IV).

Tabela 9. Estimação GMM-SYS: variável dependente Theil_L

Variáveis	I	II	III	IV
kof	-0.00503*** (0.000)			
kofecon		-0.00060*** (0.001)		
kofsoc		-0.00215*** (0.000)		
kofpol		-0.00095*** (0.000)		
fdi			-0.00120* (0.064)	
open2				-0.00046 (0.152)
loggdp	0.76876** (0.041)	0.49359*** (0.000)	4.37224*** (0.001)	2.68110*** (0.005)
loggdp2	-0.08359 (0.126)	-0.05858*** (0.003)	-0.60829*** (0.001)	-0.36642*** (0.008)
cor_icrg	-0.01819*** (0.000)	-0.01579*** (0.000)	0.00015 (0.977)	-0.01114 (0.159)
da_icrg	0.00371 (0.477)	-0.00492*** (0.010)	0.00730 (0.161)	-0.00155 (0.801)
enrolter	0.00058 (0.359)	0.00115*** (0.000)	-0.00153 (0.119)	-0.00020 (0.879)
oda	0.00112 (0.138)	-0.00021 (0.511)	0.00030 (0.780)	-0.00025 (0.877)
popgrowth	0.00667 (0.479)	0.01333*** (0.002)	0.02254 (0.145)	0.05130 (0.142)
rural	0.00082 (0.512)	-0.00027 (0.630)	0.00333 (0.179)	0.00500 (0.218)
L.Theil_L	0.53561*** (0.000)	0.58466*** (0.000)	0.55085*** (0.000)	0.46409*** (0.000)
Constante	-1.33869** (0.049)	-0.70572** (0.010)	-7.84282*** (0.001)	-4.99073*** (0.003)
Arelano Teste (AR2) p(value)	0.779	0.050	0.053	0.901
Hansen teste p(value)	0.125	0.052	0.077	0.274
Observações	470	451	451	461
Países	74	69	74	73

Notas: Variável Dependente: Theil_L. P-values entre parêntesis
(*** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1)

Instrumentos: Variável dependente e variáveis de globalização desfasadas por dois e subsequentes períodos.

Fonte: Compilação do autor

Na secção anterior a estimação utilizando o estimador de efeitos fixos foi feita assumindo que todas as variáveis são exógenas. No entanto algumas variáveis podem ser endógenas o que põe em causa a consistência das estimativas. Ao desenvolver-se a estimação dinâmica, pelo sistema GMM constatou-se que os resultados da estimação estática (efeitos fixos) se mantêm, no que respeita à variável KOF. Ou seja, o aumento da globalização, medida por este indicador multidimensional, conduz à diminuição da desigualdade nos países em vias de desenvolvimento. O mesmo acontece quando substituímos o indicador KOF (coluna I) pelos seus subcomponentes (coluna II).

Quando substituímos os indicadores kof pelo IDE (coluna III) como medida de globalização verificamos que a variável *fdi* tem um impacto negativo no índice de Theil_L, levando à diminuição da desigualdade dos PED`s de acordo com o previsto pela teoria de Mundell (1957). Enquanto a globalização medida pelo grau de abertura do comércio não se revelou estatisticamente significativa.

Com a excepção da primeira equação, os resultados das estimações sugerem a confirmação da hipótese de Kuznets (1955).

Neste modelo dinâmico foram, também, utilizadas dummies regionais e de grupos de rendimento. Os sinais dos coeficientes das variáveis explicativas mantiveram-se iguais em todas as equações estimadas.

Quanto às outras variáveis explicativas, a 2ª equação (coluna II) apresenta quatro variáveis significativas: *cor_icrg*; *da_icrg*, *enrolter* e *popgrowth* confirmando-se os sinais teoricamente esperados, i.e. melhor qualidade institucional medida por um menor nível de risco político devido à percepção da corrupção e à responsabilidade democrática, conduzem a menores níveis de desigualdade entre os países em

desenvolvimento. No que diz respeito a *enrolter* e *popgrowth* sucede o contrário. Quanto maior o número de alunos nas universidades e quanto maior for o nível de crescimento das populações dos países em desenvolvimento maiores são os níveis de desigualdade entre os países.

5.5.3 Análise Utilizando Outras Medidas de Desigualdade

Uma das razões para que a revisão de literatura seja tão contraditória em termos de resultados empíricos dos efeitos da globalização na desigualdade na repartição do rendimento deve-se a diferentes conceitos de desigualdade utilizadas. Pelo que importa analisar o comportamento das variáveis do modelo com outras variáveis dependentes.

Assim, e de forma a comparar os resultados de uma das nossas equações principais (coluna II da tabela 8 e da tabela 9) acrescentamos duas equações distintas (coluna II e coluna III da tabela 10 e da tabela 11) substituindo a variável utilizada Theil_L por Theil_T e o gini_global respectivamente.

5.5.3.1 Estimação Estática: Estimador de efeitos fixos

A tabela 10 revela-nos os resultados da estimação por efeitos fixos, onde cada coluna representa uma medida de desigualdade diferente.

Tabela 10. Estimação efeitos fixos com diferentes medidas de desigualdade

Variáveis	I	II	III
kofecon	-0.00172*** (0.002)	-0.00243*** (0.001)	-0.00130*** (0.001)
kofsoc	-0.00308*** (0.000)	-0.00412*** (0.000)	-0.00226*** (0.000)
kofpol	-0.00195*** (0.000)	-0.00271*** (0.000)	-0.00144*** (0.000)
loggdp	0.23945 (0.231)	0.37012 (0.175)	0.19439 (0.184)
loggdp2	-0.01580 (0.605)	-0.03302 (0.416)	-0.01695 (0.434)
cor_icrg	-0.00399 (0.298)	-0.00340 (0.485)	-0.00170 (0.511)
da_icrg	-0.00299 (0.426)	-0.00466 (0.335)	-0.00240 (0.355)
enrolter	0.00004 (0.947)	-0.00052 (0.531)	-0.00033 (0.446)
oda	-0.00053 (0.242)	-0.00050 (0.391)	-0.00023 (0.450)
popgrowth	0.00311 (0.455)	0.00265 (0.622)	0.00131 (0.644)
rural	0.00468*** (0.000)	0.00604*** (0.000)	0.00320*** (0.000)
Constante	-0.28664 (0.384)	-0.47008 (0.304)	-0.00183 (0.994)
Observações	452	452	452
R ² - ajustado	0.788	0.836	0.841
Países	69	69	69

Notas: Variáveis Dependentes: (I) Theil_L; (II) Theil_T; (III) Gini_Global. P-values entre parêntesis.

(*** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1)

Fonte: Compilação do autor

Como podemos observar na tabela 10, quando estamos a analisar o efeito da globalização nos países em desenvolvimento, utilizando medidas de desigualdade diferentes, os sinais das variáveis explicativas não se alteram.

Para além das variáveis de globalização, também a variável *rural* é significativa nas três equações do modelo, indicando que quanto maior a percentagem de população rural nos países em desenvolvimento maior é a desigualdade de rendimento internacional ponderada independentemente da variável de desigualdade utilizada ser o Theil_L, o Theil_T ou o Gini.

Independentemente da medida de desigualdade utilizada a globalização medida pelos três subcomponentes do KOF provoca efeitos positivos para a igualdade na repartição do rendimento, entre os países em desenvolvimento, no sentido em que contribuem para a diminuição da desigualdade nestes países (coeficientes negativos destas 3 variáveis em todas as três equações).

5.5.3.2 Estimação Dinâmica: Estimador GMM-SYS

Os resultados da análise dinâmica são apresentados na tabela 11, onde a cada coluna corresponde uma medida de desigualdade ponderada diferente. Coluna I (equação base, onde a desigualdade é medida pelo índice de Theil_L; coluna II o índice de Theil_T e coluna III o índice de gini global).

Tabela 11. Estimação GMM-SYS com diferentes medidas de desigualdade

VARIÁVEIS	I	II	III
kofecon	-0.00060*** (0.001)	-0.00037*** (0.000)	-0.00030*** (0.002)
kofsoc	-0.00215*** (0.000)	-0.00106*** (0.000)	-0.00165*** (0.000)
kofpol	-0.00095*** (0.000)	-0.00059*** (0.000)	-0.00059*** (0.000)
loggdp	0.49359*** (0.000)	0.19792** (0.012)	0.15628* (0.054)
loggdp2	-0.05858*** (0.003)	-0.02317** (0.035)	-0.01425 (0.206)
cor_icrg	-0.01579*** (0.000)	-0.01297*** (0.000)	-0.01195*** (0.000)
da_icrg	-0.00492*** (0.010)	-0.00191 (0.229)	0.00109 (0.464)
enrolter	0.00115*** (0.000)	-0.00004 (0.842)	-0.00059*** (0.002)
oda	-0.00021 (0.511)	-0.00030** (0.047)	-0.00005 (0.517)
popgrowth	0.01333*** (0.002)	0.00361* (0.097)	-0.00180 (0.352)
rural	-0.00027 (0.630)	-0.00077** (0.026)	-0.00105*** (0.002)
L.Theil_L	0.58466*** (0.000)		
L.Theil_T		0.78701*** (0.000)	
L.gini_global			0.72365*** (0.000)
Constante	-0.70572** (0.010)	-0.20378 (0.198)	-0.07119 (0.655)
Arellano Test (AR2) p(value)	0.050	0.041	0.272
Hansen test p(value)	0.052	0.006	0.053
Observações	451	451	451
Países	69	69	69

Notas: Variável Dependente: Theil_L; Theil_T e Gini. P-values entre parêntesis

(*** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1)

Instrumentos: Variável dependente e variáveis de globalização desfasadas por dois e subsequentes períodos.

Fonte: Compilação do autor

Quando efectuamos a comparação entre a utilização de diversas medidas de desigualdade de rendimento concluímos que os resultados da estimação dinâmica são semelhantes, não sofrendo alterações relevantes.

5.6 Efeitos da Globalização na Desigualdade Ponderada do Rendimento dos Países em Desenvolvimento Excluindo a Índia e a China.

A Índia e a China são muito populosos e têm taxas de crescimento económico muito altas quando comparadas com os restantes países em desenvolvimento. A China e a Índia devido à sua dimensão e às taxas de crescimento podem ser considerados *outliers* (observações extremas). Interessa, por isso, analisar os resultados do modelo econométrico, aplicado a um universo de países em desenvolvimento que excluísse estes dois países. Por isso, os resultados apresentados nesta secção dizem respeito ao conjunto dos países em desenvolvimento excluindo a Índia e a China num total de 137 países.

5.6.1 Estatística Descritiva

Embora tenhamos alterado o universo das nossas observações, apenas excluimos dois países, a China e a Índia, pelo que não temos alterações substanciais nas variáveis utilizadas conforme podemos observar pela Tabela 12. O universo possível de observações era de 1390 (139 países vezes 10 períodos de tempo). Excluindo os dois

países passámos a ter um universo de observações possíveis de 1370 (137 países vezes 10 triénios).

Tabela 12. Estatística Descritiva países em desenvolvimento excepto Índia e China

Variáveis	Obs.	Média	Desv. Padrão	Min	Max
Theil_L	1370	.389719	.0076338	.3760175	.4027435
Theil_T	1370	.3243416	.0100258	.3103532	.3436801
gini_global	1370	.445531	.0058797	.43639	.45629
kof	1228	40.36386	12.50394	14.23833	86.9291
kofecon	968	44.91701	14.88834	9.872762	89.17874
kofsoc	1228	31.86867	14.31159	5.974151	80.99803
kofpol	1286	48.04249	21.48704	1.550383	93.67574
open2	1136	3.567665	10.64232	-27.73289	270.427
fdi	1163	76.8961	38.42689	.4283971	343.3816
loggdp	1145	3.437168	.4067099	2.068848	4.308285
loggdp2	1145	11.97939	2.776754	4.280132	18.56132
cor_icrg	728	2.448813	.9877229	0	6
da_icrg	728	3.199653	1.381958	0	6
enrolter	914	14.76069	15.35454	.04688	109.2259
oda	1119	9.788046	12.25739	-.1444027	129.1405
popgrowth	1364	1.866805	1.316489	-5.423089	8.052616
rural	1222	56.99927	19.77634	6.9666	95.3082

Fonte: Compilação do autor

5.6.2 Análise Estática: estimador de efeitos fixos

Os resultados da estimação utilizando o estimador de efeitos fixos são apresentados na tabela 13, onde a cada coluna é atribuída uma medida de globalização diferente.

Tabela 13. Estimação usando o estimador de efeitos fixos: países em desenvolvimento excepto Índia e China

Variáveis	I	II	III	IV
kof	-0.00022*** (0.002)			
kofecon		-0.00001 (0.851)		
kofsoc		0.00007 (0.447)		
kofpol		-0.00019*** (0.000)		
fdi			-0.00012 (0.189)	
open2				-0.00002 (0.434)
loggdp	0.00297 (0.899)	0.02403 (0.328)	-0.00025 (0.993)	0.00162 (0.955)
loggdp2	-0.00147 (0.680)	-0.00450 (0.241)	-0.00177 (0.696)	-0.00176 (0.686)
cor_icrg	-0.00160*** (0.003)	-0.00188*** (0.000)	-0.00165*** (0.005)	-0.00149*** (0.009)
da_icrg	0.00071* (0.079)	0.00071* (0.097)	0.00063 (0.166)	0.00057 (0.188)
enrolter	-0.00011 (0.119)	-0.00013 (0.102)	-0.00014* (0.050)	-0.00014* (0.056)
oda	-0.00031*** (0.000)	-0.00030*** (0.000)	-0.00029*** (0.000)	-0.00033*** (0.000)
popgrowth	-0.00088 (0.167)	-0.00114 (0.185)	-0.00081 (0.251)	-0.00074 (0.300)
rural	0.00063*** (0.000)	0.00062*** (0.000)	0.00076*** (0.000)	0.00078*** (0.000)
Constante	0.37907*** (0.000)	0.34463*** (0.000)	0.37750*** (0.000)	0.37087*** (0.000)
Observações	453	434	443	447
R ² - ajustado	0.286	0.298	0.275	0.280
Países	72	67	72	71

Notas: Variável Dependente: Theil_L. P-values entre parêntesis.

(*** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1)

Fonte: Compilação do autor

O estimador de efeitos fixos, tendo em conta os países em desenvolvimento e excluindo a China e a Índia, revela, que o efeito da globalização na desigualdade não se altera ao excluirmos os países com maior população e maiores taxas de crescimento no período

em análise. O aumento da globalização, medida pelo indicador kof, conduz a uma menor desigualdade de rendimento entre os países em desenvolvimento (sem a China e a Índia).

A qualidade institucional associada a uma maior percepção da corrupção conduz igualmente à diminuição da desigualdade (coeficiente negativo da variável cor_icrg, que é estatisticamente significativa), o que era teoricamente esperado.

A ajuda internacional (oda) é estatisticamente significativa e o seu aumento conduz à diminuição da desigualdade, quando consideramos os países em desenvolvimento, mas excluindo da amostra a China e a Índia. Já o aumento do peso da população rural provoca um aumento na desigualdade destes 137 países.

Na leitura dos resultados tem que se ter em atenção que o número de observações (434 a 453) e o número de países envolvidos (67 a 72) estão muito aquém do número de observações (1370) e países (137) possíveis de observar no universo total em análise dos países em desenvolvimento exceptuando China e a Índia, o que corresponde a cerca de metade de observações e de países. Pelo que as conclusões aqui expostas merecem essa ressalva.

5.6.3 Análise Dinâmica: Estimador GMM-SYS

Nesta secção interessa-nos comparar os resultados da estimação estática (efeitos fixos) com os resultados da estimação dinâmica (GMM-SYS).

Interessa-nos verificar, também, se ao excluirmos a China e a Índia obtemos os mesmos resultados que verificámos anteriormente quando analisámos os 139 países.

.

Tabela 14. Estimação usando o GMM-SYS: PED`s excepto Índia e China

Variáveis	I	II	III	IV
kof	-0.00285*** (0.003)			
kofecon		-0.00069*** (0.000)		
kofsoc		-0.00033 (0.530)		
kofpol		-0.00076*** (0.000)		
fdi			-0.00049 (0.348)	
open2				0.00033 (0.280)
loggdp	0.25084 (0.616)	0.09199 (0.626)	0.97587 (0.365)	-0.83039 (0.432)
loggdp2	-0.02599 (0.722)	-0.00569 (0.833)	-0.13210 (0.368)	0.11657 (0.413)
cor_icrg	-0.01827*** (0.001)	-0.01767*** (0.000)	-0.00763 (0.110)	-0.01399*** (0.000)
da_icrg	0.01578** (0.035)	0.00661** (0.038)	0.02361*** (0.000)	0.02471*** (0.000)
enrolter	-0.00136 (0.131)	-0.00183*** (0.000)	-0.00270** (0.024)	-0.00171 (0.194)
oda	-0.00143 (0.105)	-0.00154*** (0.000)	-0.00267** (0.010)	-0.00300** (0.021)
popgrowth	-0.01076 (0.246)	-0.00524 (0.238)	-0.00528 (0.356)	0.01097 (0.528)
rural	-0.00016 (0.883)	-0.00043 (0.504)	0.00252** (0.019)	0.00364* (0.061)
L.Theil_L	-0.49397*** (0.001)	-0.46082*** (0.000)	-0.07803 (0.675)	0.05904 (0.807)
Constante	0.20834 (0.807)	0.50241 (0.177)	-1.48166 (0.441)	1.58484 (0.386)
Arelano Teste (AR2) p(value)	0.025	0.059	0.063	0.060
Hansen teste p(value)	0.002	0.050	0.469	0.104
Observações	452	433	433	443
Países	72	67	72	71

Notas: Variável Dependente: Theil_L. P-values entre parêntesis.

(*** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1)

Instrumentos: Variável dependente e variáveis de globalização desfasadas por dois e subsequentes períodos.

Fonte: Compilação do autor

Ao analisarmos os resultados expressos na tabela 14 concluímos o seguinte:

A primeira equação (coluna I) não passa no teste de Arellano de autocorrelação de segunda ordem (AR2) nem no teste de Hansen sobre a validade dos instrumentos utilizados. No entanto, as outras equações (coluna II, III e IV) dão-nos resultados robustos.

Quando excluímos a Índia e a China na análise da desigualdade ponderada entre os países em desenvolvimento, a globalização económica e a globalização política têm um coeficiente negativo, revelando que um aumento destes dois tipos de globalização leva à diminuição da desigualdade neste grupo de países. Ou seja, têm efeitos benéficos, tal como se concluiu para o conjunto de todos os países em desenvolvimento (ver análise dinâmica, secção 5.5.2). Não existe suficiente evidência estatística para verificar a hipótese de Kuznets (1955) neste modelo.

No que diz respeito às variáveis de qualidade institucional. Melhor qualidade institucional medida pela variável *cor_icrg* (percepção da corrupção) conduz a menores níveis de desigualdade internacional neste grupo de países como já tinha sido observado para o grupo de países sem excluir a Índia e a China. No entanto em relação à qualidade institucional medida pela responsabilidade democrática, o resultado é o oposto, aumentando a desigualdade do rendimento dos países em desenvolvimento excluindo a Índia e a China. Este resultado não era teoricamente esperado.

O aumento do número de pessoas a frequentar o ensino superior (*enrolter*) bem como maiores níveis de ajuda internacional e assistência ao desenvolvimento (*oda*) conduzem

à diminuição da desigualdade no grupo dos países em desenvolvimento sem a Índia e a China.

5.7 Efeitos da Globalização na Desigualdade do Rendimento Ponderada dos Países Menos Desenvolvidos.

Da mesma forma que sucedeu no capítulo anterior, interessa analisar a desigualdade internacional ponderada do rendimento (ou, simplesmente, desigualdade ponderada) para um universo menor de países, de forma a perceber, se os resultados para os 139 países em desenvolvimento se mantêm quando analisados apenas o grupo com menor rendimento.

As observações consideradas nesta subsecção dizem respeito a apenas 36 países considerados como os menos desenvolvidos de acordo com o Banco Mundial em 2014 (ver anexo 5 com o conjunto de países).

5.7.1 Estatística Descritiva

Para um conjunto menor de Países (36 países) a estatística descritiva das variáveis sofre alterações e o número de observações é menor. A tabela 15 dá-nos a informação sobre o número de observações, valores máximos e mínimos para cada variável, a média e o desvio padrão.

Tabela 15. Estatística Descritiva países menos desenvolvidos

Variáveis	Obs.	Média	Desv. Padrão	Min	Max
Theil_L	360	.0695112	.012972	.0371925	.0824213
Theil_T	360	.0682124	.0143218	.0395682	.0933696
gini_global	360	.186693	.0156297	.14377	.20062
kof	320	30.9208	8.662757	14.23833	55.75208
kofecon	267	33.11613	11.58671	9.872762	62.44834
kofsoc	320	18.57023	7.891127	5.974151	48.48805
kofpol	340	45.75408	15.92449	7.862637	84.20891
open2	304	55.54537	26.8105	.4283971	159.8693
fdi	289	2.23659	4.808266	-10.56614	38.44539
loggdp	290	2.93727	.19954	2.068848	3.592019
loggdp2	290	8.667231	1.167373	4.280132	12.9026
cor_icrg	198	2.191498	1.118902	0	5
da_icrg	198	2.46654	1.357306	0	5.5
enrolter	256	4.179161	6.97788	.0907333	44.33596
oda	298	16.7379	13.93629	.2095989	119.7973
popgrowth	360	2.496798	1.331678	-4.820497	8.052616
rural	340	73.0854	13.01943	28.8802	95.3082

Fonte: Compilação do Autor

Previamente já foi desenvolvida a análise da estatística descritiva para a maior parte das variáveis do nosso modelo (ver secção 4.7.1, tabela 4). Nesta secção, a tabela tem apenas a substituição da variável *gini* (que é a medida de desigualdade dentro dos países de acordo com a média dos triénios das observações recolhidas da WIID) pelas variáveis *Theil_L*, *Theil_T* e *gini_global* que medem a desigualdade internacional ponderadas tendo só em conta o universo dos países menos desenvolvidos.

Aparentemente, ao longo dos anos não houve alterações expressivas na desigualdade do rendimento internacional ponderada dentro deste grupo de países. Com os índices de Theil e *gini_global* a variarem ligeiramente no decorrer dos 30 anos em análise. Os

países entre si não apresentam taxas de desigualdade muito expressivas (média *gini_global* é de 18,7%).

Há que ter em conta de que o que é analisado aqui é a desigualdade dentro do grupo de países menos desenvolvidos, e não a desigualdade comparada mundialmente (com o conjunto de todos os países existentes), pelo que o que se conclui com índices de desigualdade baixo, é que o grupo dos países menos desenvolvidos é mais homogéneo em termos de desigualdade de rendimento, do que o conjunto dos países em desenvolvimento (ver tabela 7, subcapítulo 5.4 com média *gini_global* de 42,18%).

5.7.2 Análise Estática: Estimador de efeitos fixos

A Tabela 16 apresenta os resultados da estimação do modelo de efeitos fixos para o conjunto dos países menos desenvolvidos, tendo em conta o conceito de desigualdade de rendimento ponderada para o universo dos 36 países menos desenvolvidos. No seguimento do que tem sido feito, a tabela apresenta quatro colunas onde cada uma expressa os resultados utilizando medidas de globalização diferentes. Na coluna I temos o índice de globalização KOF, na coluna II os seus componentes, a coluna III e a coluna IV apresentam os resultados para as variáveis explicativas da globalização, *fdi* e *open2* respectivamente. As outras variáveis explicativas mantêm-se nas quatro equações. A variável dependente é o índice de *Theil_L*.

Tabela 16. Estimação efeitos fixos grupo dos 36 países menos desenvolvidos

Variáveis	I	II	III	IV
kof	0.00084*** (0.001)			
kofecon		0.00017 (0.353)		
kofsoc		0.00147*** (0.005)		
kofpol		0.00002 (0.853)		
fdi		0.00055*** (0.004)		
open2			0.00018*** (0.007)	
loggdp	-0.23610* (0.062)	-0.14221 (0.304)	-0.42587*** (0.003)	-0.44265*** (0.002)
loggdp2	0.04131* (0.067)	0.02543 (0.310)	0.07739*** (0.003)	0.07969*** (0.002)
cor_icrg	-0.00215** (0.017)	-0.00219** (0.018)	-0.00254*** (0.010)	-0.00274*** (0.003)
da_icrg	-0.00123* (0.067)	-0.00066 (0.257)	0.00005 (0.955)	-0.00082 (0.269)
enrolter	0.00117*** (0.002)	0.00104*** (0.007)	0.00147*** (0.001)	0.00115* (0.056)
oda	-0.00020** (0.019)	-0.00019** (0.016)	-0.00010 (0.248)	-0.00026*** (0.006)
popgrowth	0.00020 (0.765)	0.00078 (0.350)	0.00019 (0.813)	0.00034 (0.796)
rural	0.00074* (0.096)	0.00119** (0.011)	-0.00011 (0.710)	-0.00012 (0.694)
Constante	0.33406* (0.080)	0.15398 (0.476)	0.66617*** (0.002)	0.69423*** (0.001)
Observações	116	110	113	114
R ² - ajustado	0.574	0.633	0.513	0.529
Países	17	15	17	17

Notas: Variável Dependente: Theil_L. P-values entre parêntesis.

(*** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1)

Fonte: Compilação do autor

Como podemos observar pela análise da tabela 16, a globalização medida pelo kof leva ao aumento da desigualdade internacional ponderada nos países menos desenvolvidos ou seja, torna-os mais desiguais em termos de repartição de rendimento, entre eles.

Este resultado pode dever-se em parte ao facto dos países mais pobres estarem preparados de maneira diferente entre eles para os desafios da globalização. Quando substituímos o indicador Kof pelas variáveis de IDE e de abertura do comércio, a mesma conclusão torna-se evidente. No que diz respeito à hipótese de Kuznets, de uma relação em forma de U invertido entre a desigualdade e o PIB per capita, os resultados foram controversos. Em todas as equações estimadas a relação entre a desigualdade e o PIB per capita é uma relação em forma de U e não de U invertido, significando que a desigualdade diminui quando os países estão na primeira fase dos seu crescimento económico e aumenta a partir de um certo nível do seu crescimento económico.

Estes resultados devem ser analisados à luz da evidência em termos da dificuldade em obter 100% das observações para todos os países menos desenvolvidos (36 países).

Na tabela podemos verificar que o número de observações e o número de países que originaram estes resultados está aquém do que seria desejável.

Quanto às outras variáveis explicativas do modelo, A qualidade institucional medida pelo menor risco político associado às variáveis *cor_icrg* e *da_icrg* (aumento da percepção da corrupção e aumento da responsabilidade democrática) levam à diminuição da desigualdade entre estes países como é teoricamente esperado. O aumento de universitários também provoca desigualdade na comparação do rendimento entre países. A ajuda internacional e assistência ao desenvolvimento resultam na diminuição dessa desigualdade.

5.7.3 Análise Dinâmica: Estimador GMM-SYS

Na análise estática assume-se que as variáveis são exógenas. Esta hipótese pode ser pouco realista se houver o problema da endogeneidade – omissão de variáveis no modelo; erros de medição das variáveis e simultaneidade entre as variáveis. A análise

dinâmica permite lidar com essa questão. De modo a comparar resultados foi feita a estimação das mesmas equações utilizando o estimador GMM-SYS. Os resultados são apresentados na tabela 17.

Tabela 17. Análise Dinâmica dos 36 países menos desenvolvidos

Variáveis	I	II	III	IV
kof	0.00070 (0.233)			
kofecon		0.00099** (0.011)		
kofsoc		0.00328 (0.252)		
kofpol		0.00005 (0.959)		
fdi			-0.00237 (0.195)	
open2				-0.00020 (0.229)
loggdp	4.03664* (0.062)	3.35888* (0.074)	0.14880* (0.072)	-0.42823 (0.438)
loggdp2	-0.66221* (0.074)	-0.59726* (0.073)	-0.02818 (0.165)	0.09959 (0.286)
cor_icrg	0.00405 (0.422)	-0.00730* (0.100)	-0.01875*** (0.000)	-0.00365 (0.300)
da_icrg	0.00767** (0.039)	-0.00621 (0.624)	-0.00554* (0.070)	-0.00018 (0.953)
enrolter	0.00139 (0.510)	0.00527* (0.077)	0.00428** (0.049)	-0.00013 (0.764)
oda	0.00034 (0.591)	-0.00121* (0.097)	-0.00018 (0.591)	0.00006 (0.885)
popgrowth	0.00598 (0.243)	0.01901* (0.068)	0.00215** (0.044)	0.00389 (0.329)
rural	0.00463*** (0.008)	0.00458 (0.193)	-0.00087 (0.304)	0.00008 (0.891)
L.Theil_L	-0.40417*** (0.001)	-0.03337 (0.795)	-0.06058 (0.427)	-0.20786*** (0.000)
Constante	-6.44360** (0.047)	-5.08811* (0.071)	0.00000 (.)	0.49329 (0.555)
Arelano Teste (AR2) p(value)	0.663	.	0.150	0.113
Hansen teste p(value)	0.894	1.000	0.355	0.271
Observações	116	110	109	112
Países	17	15	17	17

Notas: Variável Dependente: Theil_L. P-values entre parêntesis.

(*** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1)

Instrumentos: Variável dependente e variáveis de globalização desfasadas por dois e subsequentes períodos.

Fonte: Compilação do autor

Através dos resultados podemos concluir que o efeito da globalização na desigualdade ponderada dos países em desenvolvimento não é estatisticamente significativa, à exceção da globalização económica (coluna II) que tem um coeficiente estimado positivo, logo, aumenta a desigualdade do rendimento entre os países mais pobres.

Ao contrário do que sucedeu na análise estática (estimativa com o estimador de efeitos fixos), na análise dinâmica a hipótese de Kuznets (1955) é confirmada nas primeiras duas equações (coluna I e II).

Os resultados dos coeficientes estimados das outras variáveis confirmam algumas conclusões da estimação estática, nomeadamente no que se refere ao comportamento das variáveis *cor_icrg*, *enrolter* e *rural*. Aqui também se ressalva o número limitado de observações e dos países: 109 a 116 observações, de 15 a 17 países.

6. RELAÇÃO ENTRE CRESCIMENTO, DESIGUALDADE E POBREZA NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO

O debate científico aborda o tema da desigualdade e da pobreza como factores interrelacionados, onde o crescimento económico é encarado como aspecto fundamental para a redução da pobreza e com pouca influência para a desigualdade. No entanto defende-se que os seus efeitos podem ser potenciados, se conjuntamente com o crescimento houver políticas redistributivas devidamente direccionadas.

“Rising inequality threatens growth and poverty reduction targets. In order to meet the global targets for reducing poverty, it will be essential to make pro-growth policies more distributional favorable” (Cornia & Court, 2001:1).

Barreto (2005) considera que a desigualdade não pode ser dissociada na análise que se faz dos efeitos do crescimento económico sobre a pobreza, considerando que o crescimento favorece os pobres (crescimento pró pobre) quando a participação do rendimento da população mais pobre cresce mais do que a proporção do rendimento médio, e consequentemente a desigualdade diminui.

De facto, é comum o entendimento de que o crescimento económico opera mais efeitos na luta contra a pobreza em economias com baixas taxas de desigualdade, com menor efeito nas sociedades mais desiguais, uma vez que estas provocam maior instabilidade sociopolítica, provocando menor acumulação de capital devido à falta de segurança e incerteza, pelo que neste tipo de sociedades o crescimento deve ser acompanhado de políticas redistributivas.

Os dados sobre a pobreza e sobre a desigualdade são sujeitos a diferentes interpretações originando conclusões díspares. Para além disso, a pobreza nos países menos desenvolvidos é mais visível e recorrente que nos países ocidentais e tende a ser interpretada de forma diferente nos dois tipos de países.

De acordo com alguns autores o crescimento mundial foi pró pobre no decorrer da década de 80 e 90, embora 90% desse crescimento tenha ocorrido na Índia e na China (ver Bhalla, 2002).

Não se pode estabelecer uma relação entre pobreza e desigualdade sem especificar os diferentes conceitos de pobreza e quais os aspectos da desigualdade a ter em conta.

Um dos maiores objectivos da teoria e das políticas de desenvolvimento tem sido a redução da pobreza e da desigualdade. No entanto, o objectivo das políticas direccionadas para o bem-estar social tem encontrado dificuldades em serem bem-sucedidas. Segundo Beteille (2003) a relação entre pobreza e desigualdade é ambígua diferindo analiticamente, variando independentemente uma da outra, não ao mesmo tempo, e em algumas circunstâncias em sentidos opostos.

As diferentes teorias da relação entre desigualdade e pobreza devem-se aos diferentes conceitos de pobreza e diferentes tipos de desigualdade, existindo um conceito relativo e absoluto de pobreza, e outros tipos de desigualdade para além da desigualdade de rendimento.

O objectivo deste capítulo é o de rever por um lado os conceitos inerentes à relação entre desigualdade, pobreza e crescimento e contextualizar a sua interligação perante o fenómeno da globalização e por outro lado analisar empiricamente os efeitos da

globalização, da pobreza e do crescimento económico na desigualdade da repartição do rendimento dos 139 países em desenvolvimento, no período de 1981 a 2010.

6.1 Conceito de Pobreza

“What is poverty? At its most general level, poverty is the absence of acceptable choices across a broad range of important life decisions - a severe lack offered on to be or to do what one wants. The inevitable outcome of poverty is insufficiency and deprivation across many of the facets of a fulfilling life.” (Foster et al, 2013:1)

Segundo Chen & Ravallion (2012) As definições de pobreza divergem, consoante analisadas do ponto de vista dos países ricos e dos países pobres.

A definição que mais se adequa ao mundo em desenvolvimento é o de pobreza absoluta, onde todos os países utilizam linhas de pobreza com o mesmo valor real independentemente de aspectos temporais ou geográficos, e esta linha constitui uma base de sobrevivência ancorada em determinados requisitos nutricionais.

Os países mais desenvolvidos tendem a adoptar padrões de vida mais altos na definição da pobreza devido por um lado às normas sociais que nos países mais ricos implicam um maior nível referencial de bem-estar, e, por outro lado, devido aos efeitos sociais, aos efeitos da privação relativa ou ao aumento dos custos de inclusão social.

O conceito de pobreza absoluta tem uma vantagem óbvia como guia para as políticas e testes das mesmas. Ao definir uma linha de pobreza constante procura-se identificar se num período de tempo as políticas conduziram à redução da pobreza ou não. No entanto

a política económica não pode ser vista como o único factor que conduz à diminuição da pobreza.

A mesma linha de pobreza não pode ser utilizada em todos os países, mesmo com o ajustamento de preços, porque o conceito das necessidades de vida básicas não são iguais em todos os países, e indivíduos considerados pobres em países desenvolvidos podem não ser considerados pobres em países mais pobres.

Outra questão prende-se com o facto de que a mesma linha de pobreza não poder ser utilizada em diferentes períodos de tempo, uma vez que diferentes gerações vivem em diferentes condições, e adoptam conceitos diferentes do que são necessidades básicas e essenciais de vida.

Os relativistas defendem que a pobreza é um conceito normativo e a utilização do mesmo padrão de pobreza para todos os locais e em todo o tempo é irrealista e injustificável.

A maioria dos estudos que utilizam o conceito de pobreza absoluta usa os indivíduos ou o agregado familiar como unidade. No entanto, em muitas sociedades não há só desigualdades entre indivíduos mas também entre grupos, baseados na raça, casta e etnia, e a pobreza não se manifesta igual nessas divisões.

Aqueles que adoptam o conceito de pobreza absoluta perseguem o objectivo de identificar o número e a proporção de pobres de acordo com padrões pré definidos.

Os que adoptam o conceito de pobreza relativa têm em conta que as sociedades mudam e por essa razão os parâmetros de pobreza também mudam.

No conceito relativista a pobreza está muito ligada à desigualdade, acentuando-se a privação relativa uma vez que enquanto a pobreza absoluta se refere a uma linha mínima que estabelece um poder de compra determinado para assegurar as necessidades

básicas, a pobreza relativa consiste numa proporção fixa em relação ao rendimento médio da população. Se a definição relativa da pobreza for usada em vez da definição absoluta, então a desigualdade torna-se relevante na medição da pobreza.

Segundo Beteille (2003), a utilização de um conceito absoluto de pobreza torna mais clara a diferença de pobreza e desigualdade de rendimento, os que usam o conceito de pobreza relativa tendem a demonstrar uma relação muito próxima entre as duas realidades, pobreza e desigualdade. Enquanto o conceito de pobreza absoluta é demasiado restritivo, o conceito de pobreza relativa é demasiado vago e subjectivo.

Um dos objectivos do Fórum Millennium das Nações Unidas ratificado por 193 países em 2000, constituía na redução em metade da proporção de pessoas a viver com menos de 1,25\$ por dia até 2015 e o objectivo aparenta já ter sido alcançado, no entanto e apesar da diminuição da extrema pobreza a performance variou de região para região. A Ásia cresceu bem e reduziu a pobreza, enquanto a África Subsariana teve um crescimento negativo nos últimos anos. Se a situação continuar a pobreza global vai crescentemente concentrar-se em África (ver Dollar, 2007; Chandi & Gertz, 2011).

O programa de desenvolvimento das nações unidas, citado por Pogge (2007) estimava em 2005 que 850 milhões de habitantes estavam cronicamente desnutridos, 1.037 milhões não tinham acesso a água potável, 1.000 milhões não tinham abrigo adequado, 2.000 milhões viviam sem electricidade e cerca de 876 milhões de adultos eram iletrados. Para além destas estatísticas, existiam 250 milhões de crianças entre os 5 e os 14 anos a trabalhar muitas vezes em condições duras e cruéis, como soldados, prostitutas, empregados domésticos, ou na agricultura, na construção e na produção têxtil.

Perto de 1/3 de todas as mortes humanas deve-se a causas relacionadas com a pobreza, evitáveis através de uma melhor nutrição, água potável, pacotes baratos de reidratação, vacinas, antibióticos e outros medicamentos.

Os pobres não sofrem só por as suas necessidades básicas, como a nutrição, água, abrigo, cuidados mínimos de saúde, educação mínima, não serem satisfeitas. De acordo com Pogge (2007) eles também sofrem de exclusão social.

6.2 Medir a Pobreza

De acordo com a literatura, é muito difícil medir a pobreza global devido aos desafios da colecção de informação da base de dados nacionais e a sua conversão em termos comparáveis internacionalmente. Para além disso, o processo de recolha de dados é raro e muito moroso, tornando-se desactualizado para servir de base à política social. Por exemplo, o Banco Mundial só publica estimativas da pobreza actualizadas cada 3, 4 anos.

Rodrigues (1999, 2008) apresenta três medidas da pobreza: percentagem da pobreza, que é o rácio entre o número de pessoas pobres e o total da população, o gap da pobreza que é uma medida da severidade da pobreza e traduz-se pela soma total das pessoas pobres, das diferenças entre os seus rendimento e a linha da pobreza e por último a medida da intensidade da pobreza, onde a seriedade da situação de privação aumenta mais do que a proporção da distância do rendimento à linha da pobreza.

Rodrigues & Andrade (2012) defendem que a utilização de indicadores meramente monetários para a medida da pobreza e desigualdade devem ser utilizados conjuntamente com índices de privação introduzindo o conceito de taxa de pobreza consistente, que é a proporção da população que se encontra simultaneamente numa situação de pobreza monetária e de privação material.

No entanto, os autores criticam os indicadores de privação material aplicados pela União Europeia (UE), porque consideram que as premissas não têm o mesmo valor entre si, uma vez que o impacto de cada uma delas nas condições de vida das pessoas é diferente.

Estas premissas da UE baseiam-se num conjunto de 9 pressupostos, de entre os quais pode-se destacar: ter um televisor a cores; poder pagar uma semana de férias por ano; ter aquecimento adequado em casa; possuir um veículo, entre outros.

Segundo estas premissas, as famílias devem ter 6 dos 9 itens para não serem consideradas como em estado de privação material.

6.3 Relação entre Crescimento, Desigualdade e Pobreza

O debate sobre as estratégias de redução da pobreza tem-se centrado na contribuição do crescimento económico para a redução da pobreza.

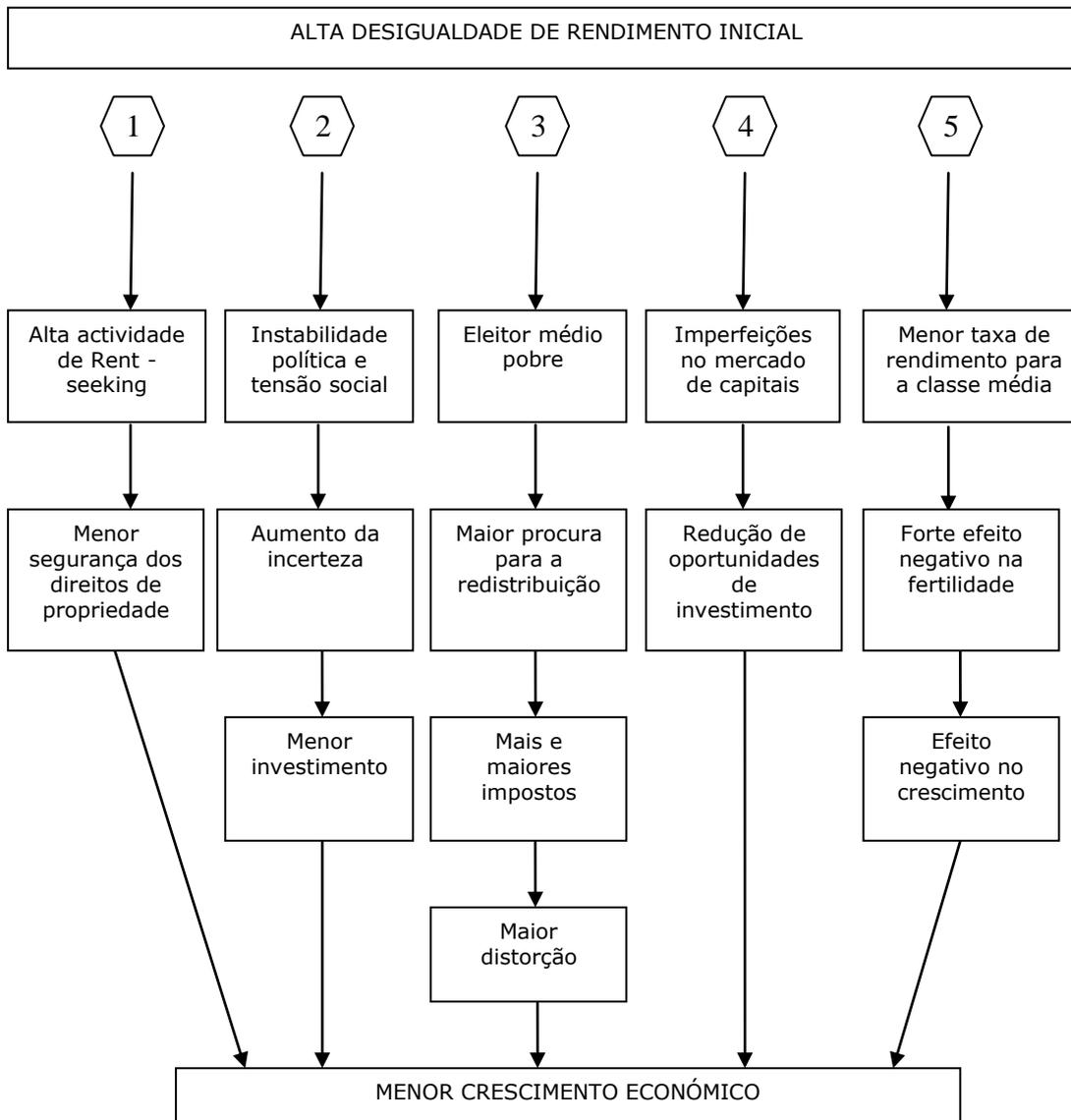
Segundo Nissanke & Thorbecke (2005) existem duas teorias contraditórias na relação da desigualdade de rendimento e crescimento. A teoria clássica que defende que um aumento da propensão marginal para ajudar os mais pobres por parte dos mais ricos justifica um grau de desigualdade de rendimento inicial maior. Essa desigualdade no período inicial levará ao aumento da poupança, do investimento e do crescimento

económico. E a teoria político-económica recente que contrasta com a clássica na medida que defende que maior desigualdade reduz o crescimento através de diversos canais dos quais se destacam:

- Actividades de *rent seeking* improdutivas que reduzem a segurança da propriedade;
- A difusão da instabilidade política e social que conduz a uma maior incerteza e por consequência a menor investimento;
- Políticas redistributivas encorajadas pela desigualdade de rendimento impõem desincentivos aos ricos para investir e acumular recursos;
- Mercados de crédito imperfeitos resultam no subinvestimento, particularmente em capital humano;
- Uma menor parte do rendimento atribuído à classe média tem como consequência menores taxas de natalidade e consequentemente menor crescimento.

A figura número 4 apresenta um resumo da forma como estes canais de desigualdade afectam o crescimento económico.

Figura nº 4: Canais através dos quais a desigualdade afecta o crescimento



Fonte: Nissanke e Thorbecke (2005:8) com tratamento próprio.

Thorbecke (2014) argumenta que a globalização juntamente com a estratégia de desenvolvimento tem efeitos positivos no crescimento económico e também na distribuição do rendimento, favorecendo a relação triangular do crescimento, desigualdade e pobreza – teoria conhecida como a teoria triangular de Bourguignon (2004). O efeito final seria a redução da pobreza.

6.4 Modelo Econométrico

O objectivo desta secção é o de analisar o impacto da globalização, do crescimento económico e da pobreza na desigualdade na repartição do rendimento nos países em desenvolvimento.

Com esse propósito foi utilizada a mesma matriz de 139 países e o mesmo período de 30 anos (1981 a 2010) que nos capítulos prévios.

A mesma metodologia foi aplicada, dividindo o tempo de 30 anos em 10 períodos de médias de 3 anos cada, de modo a minimizar os efeitos das flutuações cíclicas.

6.4.1 Estimação do modelo

Para a nossa análise estática foi utilizada a seguinte equação onde i se refere aos países e t ao tempo:

$$Y_{it} = \alpha + X'_{it} \beta + \eta_i + \delta_t + \varepsilon_{it}$$

com $E(\varepsilon_{it}) = 0$ e $\text{Var}(\varepsilon_{it}) = \sigma^2 > 0$.

Y_{it} é a variável dependente (índice de Gini), X_{it} é um vector de variáveis explicativas. δ_t é um efeito do período que afecta todos os países ao mesmo tempo, o termo η_i reflecte os factores que têm um impacto diferente em cada país ao longo do tempo (efeitos fixos no tempo mas diferentes de país para país) e ε_{it} é um erro de distribuição normal. Todas as equações desta secção foram sujeitas ao teste de Hausman, para escolher entre o estimador de efeitos fixos e o estimador de efeitos aleatórios, optando-se pelo estimador

de efeitos fixos. Assume-se que todas as variáveis explicativas são exógenas e independentes do termo residual para todo o i e todo o t .

A revisão de literatura evidência causalidade reversiva entre globalização, desigualdade e pobreza, pelo que a equação anterior foi modificada incluindo a variável dependente diferida no lado direito da equação.

A equação dinâmica passou a ser a seguinte:

$$Y_{it} = \alpha + \gamma Y_{it-1} + X'_{it} + \eta_i + \delta_t + \varepsilon_{it}$$

Seguindo a mesma metodologia dos capítulos prévios, foi utilizado o estimador GMM-SYS em dois passos (Arellano & Bover, 1995; Blundell & Bond, 1998, 2000), que inclui, no segundo passo, a correção de Windmeijer (2005) para amostras finitas.

A variável dependente, a variável de globalização e a variável da pobreza são tratadas como sendo endógenas e as outras variáveis como exógenas.

Os instrumentos utilizados foram as variáveis desfasadas por dois ou mais períodos das variáveis endógenas.

Também foram conduzidos dois testes de consistência do estimador GMM: O teste de Hansen que testa a hipótese nula da validade das condições dos momentos de forma a validar os instrumentos usados e a exogeneidade das variáveis explicativas e o teste AR(2) que testa a hipótese nula da inexistência de correlação de segunda ordem séria no termo de erro.

Na análise dinâmica foram também utilizados dummies regionais e de grupos de rendimento para controlar níveis de efeitos fixos incluídos.

6.4.2 Dados, Variáveis e Estatística Descritiva

As bases de dados utilizadas são as mesmas que nos capítulos anteriores.

A variável dependente é o índice de gini da base de dados da WIID mais actualizada (UNU WIDER, 2014) com as devidas adaptações justificadas na secção 4.2.

Variáveis Explicativas Fundamentais: Globalização e Pobreza

Globalização

A variável que será utilizada no modelo é o índice multidimensional *kof* bem como os seus subcomponentes (*kofecon*, *kofsoc* e *kofpol*).

De forma a testar os resultados e a confrontá-los com outros estudos e a testar a teoria do comércio internacional e do IDE, outras medidas de globalização serão consideradas nos testes de consistência em substituição do indicador KOF.

As variáveis utilizadas para representar a abertura do comércio e o IDE são: *open2* e *fdi*.

De acordo com os teoremas de Heckscher-Ohlin (HO) e de Stolper Samuelson (S-S) a liberalização do comércio conduz à redução da desigualdade do rendimento nos países em desenvolvimento, pelo que se espera que a variável *open2* tenha um coeficiente negativo. No que diz respeito ao IDE, a teoria é indecisa quanto ao sinal do coeficiente esperado para *fdi*. O sinal esperado é uma questão de evidência empírica, pois há justificação teórica tanto para o sinal positivo como para o sinal negativo.

Pobreza Absoluta

Abspov1 é a variável referente à pobreza absoluta, e representa o número de pessoas a viver com menos de 1,25 dólares por dia paridade poder de compra (em percentagem da população).

De acordo com Bourguignon (2004) existe uma relação triangular entre a pobreza, a desigualdade e o crescimento que estabelece um ciclo virtuoso, onde a redução da pobreza leva a um maior crescimento inclusivo e a uma menor desigualdade que por sua vez leva à redução da pobreza e assim consecutivamente.

Nesta condição, é esperado que o coeficiente da variável de pobreza absoluta apresente um sinal positivo, significando que quanto maior é a pobreza absoluta, maior é a desigualdade.

Para além disso a variável de pobreza absoluta é considerada endógena no nosso modelo dinâmico manifestando uma causalidade reversiva com a desigualdade de rendimento de acordo com a teoria do triângulo de Bourguignon (2004), que estabelece uma bicausalidade entre estes dois fenómenos e o crescimento.

Outras variáveis explicativas

O vector das variáveis explicativas, *Xit*, inclui as seguintes variáveis: *loggdp*; *loggdp2*; *labourrate* (percentagem da população activa); *Taxincome* (impostos sobre o rendimento, lucros e ganhos do capital em relação ao total das receitas) e *Pube* (despesa pública em percentagem do PIB)⁹. Como já foi definido anteriormente, *loggdp* é o logaritmo do PIB per capita, em paridade do poder de compra, em dólares

⁹Ver o anexo 6 para a definição das variáveis e a fonte da sua definição.

internacionais de 2005. Assim, espera-se um sinal positivo do coeficiente da variável *loggdp* enquanto para *loggdp2*, esperamos um coeficiente negativo, reflectindo uma parábola côncava em relação à origem (U invertido).

Faustino & Vali (2013) testaram a hipótese do desemprego aumentar a desigualdade. Nesta dissertação ir-se-á testar a hipótese do aumento de pessoas empregadas diminuir a desigualdade. Espera-se um sinal negativo do coeficiente da variável *Labourrate*, porque aumentando o rendimento dos que antes estavam desempregados, espera-se uma diminuição do índice de Gini.

De acordo com Iradian (2005) a política fiscal é importante para reduzir a pobreza mas nem sempre o aumento dos gastos públicos é benéfico para aliviar a pobreza e diminuir a desigualdade, uma vez que pode estar direccionado para programas públicos ineficientes.

As variáveis *Taxincome* e *Pube* foram introduzidas no nosso modelo de forma a avaliar o impacto do papel redistributivo do Estado nos países em desenvolvimento no período em análise.

Estatística Descritiva

Recorrendo à estatística descritiva, podemos analisar algumas características importantes das variáveis do nosso modelo, tais como o número de observações, a média, os valores mínimos e máximos e o desvio padrão. A tabela 18 apresenta-nos as características das variáveis utilizadas na análise.

Tabela 18. Estatística Descritiva

Variáveis	Obs.	Média	Desvio padrão	Min	Max
Gini	628	45.99306	10.83596	20.13333	81.67
kof	1248	40.36118	12.49211	14.23833	86.9291
kofecon	988	44.69059	14.90146	9.872762	89.17874
kofsoc	1248	31.72817	14.34524	5.974151	80.99803
kofpol	1306	48.43183	21.63413	1.550383	93.67574
open2	1183	76.15106	38.57572	.4283971	343.3816
fdi	1156	3.536557	10.55488	-27.73289	270.427
abspov1	489	24.19637	24.47621	0	92.55
loggdp	1165	3.43358	.4054958	2.068848	4.308285
loggdp2	1165	11.95376	2.768364	4.280132	18.56132
labourrate	882	66.4952	11.05446	39.56667	91
taxincome	434	20.22466	11.46591	.5091004	60.22419
pube	405	21.68041	8.843925	3.350782	52.11166

Fonte: Compilação do autor

Na tabela 18, verifica-se que existem muito poucas observações para quatro variáveis em contraste com as demais. A variável dependente *gini* só tem 628 observações num universo de 1390 possíveis observações. Esta ocorrência acontece também com a variável explicativa da pobreza absoluta *abspov1* com apenas 489 observações e também com as variáveis de controlo *taxincome* e *pube* com 434 e 405 observações respectivamente.

O índice de gini apresenta valores compreendidos entre 20,13 e 81,67, o que significa que a desigualdade ao nível dos países varia imenso de país para país nos países em desenvolvimento.

O mesmo acontece quando analisamos as medidas multidimensionais da globalização (kof, kofecon, kofsoc e kofpol) e também as medidas tradicionais de globalização económica (open2 e fdi)

Todas estas medidas parecem indicar que alguns países mostram altos níveis de globalização e outros não.

O índice de pobreza absoluta em alguns países é muito alto enquanto em outros é nulo ou quase nulo.

Pelo que podemos concluir que para além de haver falta de dados para variáveis importantes neste estudo, os países considerados também apresentam muitas diferenças entre si com grandes disparidades em todas as variáveis analisadas.

6.4.3 Resultados Empíricos

6.4.3.1 Resultados da análise estática: Estimador de efeitos fixos

Os resultados da estimação por efeitos fixos não nos permitem tirar conclusões muito significativas uma vez que os coeficientes que as variáveis apresentam não são estatisticamente significativos. Este facto sucede, devido essencialmente ao baixo número de observações das variáveis do nosso modelo.

A tabela 19 dá-nos os resultados da nossa equação principal usando o estimador de efeitos fixos. A tabela está dividida em 6 colunas e cada uma delas corresponde a uma

diferente especificação. Como podemos observar, à medida que introduzimos variáveis o número de observações diminui bem como o número de países em análise.

Tabela 19. Estimação de Efeitos Fixos

Variáveis	I	II	III	IV	V	VI
kof	0.13104*** (0.004)	0.19885*** (0.000)	0.15723** (0.011)	0.06801 (0.357)	-0.05294 (0.677)	0.06313 (0.550)
loggdp		17.22743 (0.709)	65.40017 (0.151)	10.95919 (0.791)	35.79446 (0.592)	-63.12840 (0.374)
loggdp2		-3.95828 (0.520)	-9.07685 (0.134)	-1.49117 (0.796)	-3.86121 (0.656)	7.77706 (0.416)
abs pov1			0.17253*** (0.002)	0.19395*** (0.005)	0.05985 (0.367)	0.12115 (0.142)
labourrate				-0.35751** (0.041)	-0.24064 (0.348)	-0.18011 (0.328)
taxincome					-0.12769*** (0.005)	-0.10990* (0.072)
pube						-0.00899 (0.933)
Constante	40.97747*** (0.000)	26.58247 (0.758)	-80.65774 (0.342)	44.04941 (0.563)	-10.95785 (0.932)	180.23788 (0.177)
Observações	592	573	430	371	232	214
R² - ajustado	0.040	0.061	0.079	0.110	0.065	0.173
Países	118	115	101	98	76	72

Notas: Variável dependente: índice de Gini
P-values entre parêntesis. (* p < 0.05, ** p < 0.01, *** p < 0.001)
Fonte: Compilação do Autor

Na estimação de efeitos fixos, a única conclusão significativa que podemos obter é a de que quanto maior são as receitas dos estados provenientes de impostos de rendimentos, lucros e capitais (variável *taxincome*), menor é a desigualdade nos países em desenvolvimento, conforme o teoricamente esperado.

6.4.3.2 Resultados da estimação dinâmica: Estimador GMM-SYS

Na secção anterior, o estimador de efeitos fixos foi utilizado assumindo que todas as variáveis eram exógenas. No entanto, algumas variáveis podem ser endógenas.

Nesta análise utilizou-se a estimação em dois passos do GMM-SYS, que inclui a correcção de Windmeijer (2005) para pequenas amostras. Encontrou-se significância estatística relevante na maioria das variáveis do modelo.

A tabela 20 apresenta os resultados da estimação dinâmica. Controlaram-se os efeitos fixos a nível dos países e introduziram-se dummies regionais e dummies de grupos de rendimento. Os sinais dos coeficientes mantiveram-se em todas as regressões pelo que não serão aqui apresentados, para evitar duplicações de tabelas e análises.

Tabela 20. Estimação Dinâmica: GMM-SYS

VARIÁVEIS	I	II	III	IV	V	VI
kof	-0.00003 (0.999)	-0.14447*** (0.000)	-0.13447*** (0.000)	-0.10923*** (0.001)	-0.07392*** (0.000)	-0.15210*** (0.000)
loggdp		4.26143 (0.861)	58.49013*** (0.000)	49.75060** (0.035)	18.34227*** (0.001)	60.02843*** (0.000)
loggdp2		0.53931 (0.873)	-7.05220*** (0.000)	-6.02591* (0.055)	-2.63787*** (0.000)	-7.70453*** (0.000)
abs pov1			0.09705*** (0.000)	0.10127*** (0.000)	0.03527* (0.056)	0.09775*** (0.000)
labourrate				-0.07752** (0.048)	-0.25695*** (0.000)	-0.20611*** (0.000)
taxincome					-0.00268 (0.836)	-0.05015*** (0.000)
pube						0.06676* (0.090)
L.Gini	0.71480*** (0.000)	0.74321*** (0.000)	0.73647*** (0.000)	0.73007*** (0.000)	0.75639*** (0.000)	0.80000*** (0.000)
Constante	13.06382*** (0.000)	-3.46290 (0.936)	-100.96646*** (0.000)	-78.72658* (0.088)	0.18257 (0.987)	-86.62647*** (0.000)
AR2 teste p(value)	0.818	0.944	0.314	0.640	0.682	0.337
Hansen teste p(value)	0.080	0.192	0.533	0.320	0.336	0.430
Observações	370	360	242	228	155	146
Países	83	80	60	59	49	48

Notas: Variável dependente: índice de Gini

P-values entre parêntesis. (* $p < 0.05$, ** $p < 0.01$, *** $p < 0.001$)

Instrumentos: Variável dependente, variáveis de globalização e variável de pobreza absoluta desfasadas por dois e subsequentes períodos.

Fonte: Compilação do autor

No modelo dinâmico, os resultados apontam para um efeito positivo da globalização sobre a desigualdade na repartição do rendimento, i.e. quanto maior é a globalização, medida pelo índice Kof, menor é a desigualdade. A hipótese de Kuznets (1955) tem, também, confirmação empírica. Os resultados sugerem, também, que a pobreza influencia a desigualdade na medida em que quanto maior o número de pessoas a viver em pobreza absoluta, maior é a desigualdade na repartição do rendimento nos países em desenvolvimento. O efeito do emprego na desigualdade reflecte que à medida que aumenta a percentagem de trabalhadores no total da população, a desigualdade diminui. O mesmo acontece em relação à carga fiscal: quanto maior for a carga fiscal sobre os rendimentos e capitais, menor a desigualdade, de acordo com o teoricamente esperado. Em relação aos gastos públicos, os resultados sugerem que quanto maior são os gastos públicos maior será a desigualdade, o que está de acordo com a hipótese de que as políticas publicas nos países em desenvolvimento podem estar a ser mal direccionadas. Estes resultados contrariam os resultados obtidos pelo estudo de Iradian (2005) que concluiu que quanto maior os gastos públicos em percentagem do PIB, menor é a desigualdade.

6.4.4 Testes de Consistência: Utilização de outros indicadores de globalização

Nesta secção a variável kof é substituída pela sua desagregação nos seus 3 componentes, económico, social e político e também pelas tradicionais medidas de globalização - IDE e abertura ao comércio - de forma a verificar a consistência dos resultados. Ambas as estimações, com efeitos fixos e GMM-SYS, foram efectuadas.

6.4.4.1 Resultados da análise estática: Estimador de efeitos fixos

A tabela 21 apresenta a análise feita através da estimação por efeitos fixos. Na coluna I apresentamos a nossa equação principal, com o Kof como medida de globalização, na coluna II o Kof é substituído pelos seus três subcomponentes (económico, social e político) e na coluna III consideramos o IDE e a abertura de comércio, como fizemos anteriormente.

Tabela 21. Estimação de Efeitos Fixos - substituição das variáveis de globalização.

VARIÁVEIS	I	II	III
kof	0.06313 (0.550)		
kofecon		0.10660 (0.187)	
kofpol		-0.07931 (0.153)	
kofsoc		0.07382 (0.432)	
open2			-0.00728 (0.749)
fdi			-0.04388 (0.579)
loggdp	-63.12840 (0.374)	-62.77563 (0.338)	-55.88145 (0.431)
loggdp2	7.77706 (0.416)	7.62094 (0.392)	7.47251 (0.439)
abs pov1	0.12115 (0.142)	0.08800 (0.261)	0.12200 (0.144)
labourrate	-0.18011 (0.328)	-0.26018 (0.125)	-0.17324 (0.330)
taxincome	-0.10990* (0.072)	-0.12285** (0.024)	-0.11602** (0.050)
pube	-0.00899 (0.933)	-0.01361 (0.900)	-0.03930 (0.718)
Constante	180.23788 (0.177)	187.62352 (0.124)	162.57668 (0.218)
Observações	214	208	214
R² - ajustado	0.173	0.185	0.171
Países	72	68	72

Notas: Variável dependente: índice de Gini

P-values entre parêntesis. (* p < 0.05, ** p < 0.01, *** p < 0.001)

Fonte: Compilação do autor

Perante os resultados do estimador de efeitos fixos, não podemos retirar conclusões consistentes uma vez que a maioria das variáveis não são estatisticamente significativas. Mesmo quando substituímos a variável de globalização da nossa 1ª equação pelos três subcomponentes do KOF (coluna II) e pelas medidas tradicionais de globalização económica, FDI e abertura do comércio (coluna III), a única variável que apresenta significância estatística é *taxincome* (impostos sobre os rendimentos do capital e outros ganhos em percentagem das receitas), revelando, em todas as equações (colunas I, II e III) que quanto maior é o peso dos impostos sobre o rendimento, lucros e capitais nas receitas do estado, menor é a desigualdade nos países em desenvolvimento.

6.4.4.2 Resultados da análise dinâmica: Estimador GMM-SYS

Nesta secção procedemos à análise dinâmica das equações propostas na secção anterior. A tabela 22 apresenta os resultados da estimação das equações formuladas anteriormente (coluna I, II e III) utilizando o estimador GMM-SYS.

Tabela 22. Estimação Dinâmica (GMM-SYS) - substituição das variáveis de globalização.

VARIÁVEIS	I	II	III
kof	-0.15210*** (0.000)		
kofecon		-0.06022*** (0.001)	
kofesoc		-0.01896 (0.453)	
kofpol		-0.02721*** (0.002)	
fdi			-0.21639*** (0.000)
open2			-0.00953*** (0.000)
loggdp	60.02843*** (0.000)	75.97263*** (0.000)	44.49584*** (0.000)
loggdp2	-7.70453*** (0.000)	-9.96950*** (0.000)	-4.95266*** (0.000)
abs pov1	0.09775*** (0.000)	0.08165*** (0.000)	0.13628*** (0.000)
labourrate	-0.20611*** (0.000)	-0.05828* (0.072)	-0.10636*** (0.000)
taxincome	-0.05015*** (0.000)	0.00950 (0.437)	-0.14844*** (0.000)
pube	0.06676* (0.090)	0.05091 (0.144)	-0.18755*** (0.000)
L.gini	0.80000*** (0.000)	0.81994*** (0.000)	0.74524*** (0.000)
Constante	-86.62647*** (0.000)	-128.07462*** (0.000)	-70.77691*** (0.000)
AR2 teste p(value)	0.337	0.341	0.386
Hansen teste p(value)	0.430	1.000	0.730
Observações	146	144	145
Países	48	46	48

Notas: Variável dependente: índice de Gini

P-values entre parêntesis. (* p < 0.05, ** p < 0.01, *** p < 0.001)

Instrumentos: Variável dependente, variáveis de globalização e variável de pobreza absoluta desfasadas por dois e subsequentes períodos.

Fonte: Compilação do autor

Ao substituímos a variável Kof pelos seus 3 componentes, kofecon, kofsoc e kofpol verificamos que os resultados se mantêm e quanto maior é o nível de globalização, menor é a desigualdade de rendimento nos países em desenvolvimento.

Todas as conclusões referentes à nossa equação principal e expressos na coluna I se mantêm na coluna II, à excepção da variável *Pube* (despesa pública em percentagem do PIB), cujo sinal do coeficiente se altera mas não apresenta significância estatística, pelo que não nos permite tirar conclusões sobre o seu efeito na desigualdade.

A coluna III reflecte os resultados da equação, ao substituir o indicador multidimensional da globalização pelas medidas tradicionais de globalização, IDE e abertura ao comércio.

Pela análise dos resultados, conclui-se que tanto o IDE como a abertura ao comércio têm um coeficiente negativo pelo que fazem diminuir o índice de gini, ou seja, fazem diminuir a desigualdade na distribuição do rendimento. Este resultado está de acordo com a teoria do comércio internacional e do IDE, confirmando o teorema de HO e o teorema de Stolper-Samuelson quanto ao efeito da abertura ao comércio, bem como a teoria do IDE de Mundell (1957), no que respeita ao efeito da globalização via IDE através das firmas multinacionais.

Este resultado, também, se verifica nas três colunas I, II e III. A hipótese de Kuznets (1955) que postula que a desigualdade cresce em estágios iniciais de industrialização e declina num determinado estágio posterior, é, também, confirmada. Os nossos resultados em relação à hipótese de Kuznets estão de acordo com os resultados de

alguns autores que também testaram esta hipótese ao analisar a desigualdade (ver, por exemplo, Faustino & Vali, 2013; Majeed & Macdonald, 2010; Iradian, 2005).

No que diz respeito à variável pobreza absoluta, todas as equações demonstram que quanto maior é a percentagem da população a viver com menos de 1,25\$ ppc por dia no total da população maior é a desigualdade de rendimento nos países em desenvolvimento independentemente da medida de globalização utilizada. Pelo que, se teoricamente o aumento da desigualdade afecta a diminuição da pobreza, o contrário também acontece, havendo uma causalidade reversiva entre estas duas dimensões e que vai ao encontro da teoria triangular de Bourguignon (2004) entre desigualdade, crescimento e redução da pobreza.

A conclusão em relação às outras variáveis na coluna III é semelhante à análise dos resultados da coluna I e II, a única excepção diz respeito aos gastos públicos em percentagem do PIB. Quando utilizamos o IDE e a abertura do comércio como medidas da globalização, a variável *Pube* apresenta um coeficiente negativo, o que significa que quanto maior são os gastos públicos em percentagem do PIB, menor a desigualdade nos países em desenvolvimento. Este resultado está de acordo com os resultados obtidos por Iradian (2005), mas difere dos resultados obtidos na nossa equação principal, pelo que não poderemos tirar nenhuma conclusão robusta sobre o efeito desta variável sobre a desigualdade.

6.4.4.3 Outros Testes efectuados

Todas as estimações efectuadas nas secções anteriores foram feitas novamente substituindo a variável *abspov1* por outra variável de pobreza absoluta, *abspov2* que representa o número de pessoas a viver em pobreza absoluta abaixo de 2\$ ppc por dia (em vez de 1,25\$ ppc) em percentagem da população total. Todas as equações estimadas evidenciam os mesmos resultados que os obtidos anteriormente, pelo que as tabelas de resultados das estimações de efeitos fixos e das estimações dinâmicas não são apresentadas porque não trazem valor acrescentado, para além de evidenciar que os resultados não são sensíveis à mudança de variável - neste caso à medida usada para a pobreza.

7. ÉTICA DA GLOBALIZAÇÃO

Segundo Stiglitz (2013) não está em causa se o fenómeno da globalização é benéfico ou não mas sim a forma como tem sido gerido em prol dos interesses das elites. A integração das economias e dos cidadãos tornou-se num fenómeno capaz de promover igualmente tanto o desenvolvimento como a miséria.

Este capítulo pretende revisitar algumas das questões éticas que se têm colocado na literatura em relação ao fenómeno da globalização e o impacto real para os países mais pobres (Kaizeler & Faustino, 2008).¹⁰

Para esse efeito abordam-se os efeitos reais da abertura do comércio e do IDE para os países em desenvolvimento, o papel das organizações internacionais tais como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Organização Mundial do Comércio (OMC) no processo de globalização e ainda questões éticas associadas ao ambiente e aos direitos humanos.

7.1 Os países mais pobres face à globalização

A globalização constitui um desafio muito importante para os países em desenvolvimento (PED`s), uma vez que estes apresentam maiores dificuldades na adaptação à realidade actual. As suas economias domésticas e as suas estruturas sociopolíticas são mais frágeis em relação às dos países desenvolvidos (PD`s). Os PED`s também carecem de poder negocial nas relações comerciais e de uma falta de actuação concertada e organizada nos fóruns internacionais.

¹⁰ Este capítulo constitui parte integrante de um working paper já publicado e disponível em: <http://pascal.iseg.utl.pt/~socius/publicacoes/wp/WP12008.pdf> com algumas actualizações e adaptações.

A liberalização do comércio mundial e dos mercados financeiros tem custos e benefícios para os PED`s, no entanto, seja qual for a teoria do comércio internacional que utilizemos, concluímos sempre pela restrição importante para os PED`s que é a escassez relativa de trabalhadores altamente qualificados (capital humano). A liberalização do comércio aumenta a pressão competitiva e a necessidade do aumento da produtividade ou de salários baixos para se poder entrar no mercado global.

Rodrick (1998) defende que existem três tipos de tensões criadas pela globalização entre os mercados globais e a estabilidade social:

Em primeiro lugar provoca alterações nas relações de empregabilidade ao existir uma maior percepção de que os trabalhadores são facilmente substituíveis por outros para além das fronteiras nacionais. Este factor provocou alterações dos acordos sociais entre trabalhadores e empregados alcançados no período pós guerras, no que diz respeito a aumento de salários e benefícios, bem como à segurança de emprego provocando uma crescente rivalidade e atrito entre grupos de pessoas que têm a capacidade de se mover além-fronteiras e aqueles que não possuem essa vantagem.

A segunda causa de tensão atribuída por Rodrick (1998) baseia-se nas tensões que a globalização cria entre os países e dentro deles devido ao conflito entre leis e normas domésticas e internacionais, que leva ao enfraquecimento das instituições domésticas.

A terceira causa de tensão apontada e provocada pela globalização é devida à crescente dificuldade dos governos levarem a cabo uma das suas funções centrais, a de prover segurança social aos seus cidadãos.

A liberalização dos movimentos de capitais leva à volatilidade das taxas de câmbio nos países que deixam flutuar as suas moedas ou que “ligam” a sua moeda a uma moeda

forte (dólar ou euro). Na ausência de um sistema financeiro forte – que pressupõe a independência do banco central em relação ao governo - as crises cambiais e monetárias provocam crises económicas e desemprego nos PED`s.

A qualidade de resposta das políticas domésticas interessa face a choques externos adversos. O tempo de resposta dos países muitas vezes aumenta ou diminui o efeito dos choques externos (Solimano, 2001).

Outra questão relacionada com as dificuldades dos PED`s em se adequarem ao processo de globalização prende-se com o desenvolvimento tecnológico.

Sendo os PED`s caracterizados por baixas taxas de alfabetização e trabalho pouco qualificado, não conseguem potenciar os benefícios das novas tecnologias de produção e informação. Para além disso, encontram-se mais susceptíveis a influências externas, por via da imitação dos padrões de consumo, sofrendo a influência cultural externa divulgada através dos média e das telecomunicações internacionais que conduzirão, eventualmente, a uma homogeneização de valores, e à perda de alguns valores culturais e identidade própria.

7.2 O papel das firmas multinacionais e do IDE face à globalização

O papel das firmas multinacionais e do IDE no desenvolvimento económico dos PED`s é um tema que tem sido alvo de análise exaustiva. Se por um lado alguns autores acusam algumas multinacionais de exploração humana e de recursos na sua busca incessante de mão-de-obra barata, outros autores defendem a importância destas firmas como mais-valia para os países de destino, se elas privilegiarem a utilização de mão-de-

obra qualificada, boas infraestruturas, forte procura interna, em detrimento de baixos custos salariais.

O comércio internacional é um dos veículos importantes da globalização. O papel das firmas multinacionais (FMN) através do IDE é o outro veículo da globalização económica.

As FMN têm como objectivo fundamental maximizar os seus lucros, e a maioria não incorpora nos seus planos estratégicos a componente social e ética, tão necessária para o desenvolvimento dos países onde se implantam.

O IDE e a transferência internacional de conhecimento e tecnologia também constituem vias importantes de globalização, e da mesma forma que o comércio internacional, os fluxos de IDE são mais frequentes e de maior dimensão entre países desenvolvidos.

7.3 O papel das instituições internacionais no processo de globalização.

O sucesso ou insucesso na riqueza das nações e na erradicação da pobreza dependem de factores locais e globais. Entre os globais destacam-se as regras que estruturam a economia mundial. As regras institucionais globais têm uma influência directa nas oportunidades dos países pobres bem como nas suas empresas e nos seus cidadãos, e um impacto indirecto nas regras institucionais nacionais e nas políticas dos seus governos. (Pogge, 2007).

Vários autores analisam o papel das instituições internacionais no processo de globalização, criticando a parcialidade de instituições como o FMI, o Banco Mundial e

a Organização Mundial do Comércio (OMC). (Ver por exemplo Pogge, 2007; Wade, 2007; Stiglitz, 2003; Singer, 2004).

“The global institutional rules serve not the interests of the world`s poor, but the interests of rich corporations and individuals in the affluent countries and also the interests of the ruling elites of the poorer countries” (Pogge, 2007:136)

O FMI tem como objectivo a supervisão do sistema financeiro internacional de forma a evitar crises graves da economia mundial. No entanto o voto no FMI é calculado num sistema “um dólar, um voto”, e a contribuição de cada país membro para o Fundo depende do seu Produto Interno Bruto (PIB). Conclui-se que são os países mais ricos os que detêm maior número de votos no seio desta instituição.

Stiglitz (2003) afirma que as decisões do FMI reflectem as perspectivas e interesses de quem as toma, de quem vota e também de quem fala em nome dos países, que neste caso são os ministros das finanças e os governadores dos bancos centrais.

Este autor também faz referência ao desajustamento das exigências macroeconómicas do pacote FMI face à realidade económica de cada país. Cada caso é um caso, que deve ser analisado isoladamente, sob pena de aprofundar as crises em vez de as atenuar.

As funções do Banco Mundial são essencialmente a de reconstrução em virtude de desastres naturais e resultados de conflitos, ampliando a sua actuação a projectos sociais e de desenvolvimento dos países menos desenvolvidos, assumindo como bandeira a luta contra a pobreza.

O sistema de voto do Banco Mundial é igual ao do FMI o que permite, segundo Stiglitz (2003), que a ajuda internacional não seja adequada, uma vez que reflecte os interesses e experiência de quem ajuda e muitas vezes não tem em conta as necessidades daqueles a quem se destina, em especial os países em vias de desenvolvimento.

Dados apresentados por Wade (2007) justificam que 40% dos votos no banco Mundial se concentram em 5 países: USA, Japão, Alemanha, França e Reino Unido. 42 Países subsarianos somam apenas 5,2% dos votos, sendo também pesadamente dependentes dos empréstimos do Banco. Para além disso 2/3 dos gestores seniores do Banco são de nacionalidade dos 5 países com maior peso de voto.

Segundo (Pogge, 2007) O Banco Mundial que se considera o protector dos pobres é controlado pelos governos dos países ricos, o mundo pobre sofre de falta de influência e voz e ninguém com influência é incentivada a ter em conta as suas necessidades.

A OMC é o organismo que regula o comércio internacional e que tem como objectivos questões relacionadas com o aumento das condições e níveis de vida, o pleno emprego e o nível crescente do rendimento real e da procura efectiva.

Esta organização tem estado no centro da polémica dos críticos e defensores do processo de globalização, sendo considerado por alguns, que o seu papel deveria ser mais activo, na protecção dos interesses dos PED`s, e em questões ambientais, no desenvolvimento dos países mais desfavorecidos e nas questões sociais.

Segundo (Wade, 2007) a OMC tornou-se um instrumento para encorajar o desenvolvimento industrial em indústrias relevantes para os países economicamente avançados e desencorajar o desenvolvimento de indústrias relevantes para os PED`s.

A OMC permite aos países influentes proteger as suas economias através de tarifas, quotas, regras anti dumping, créditos de exportação e subsídios aos produtores domésticos. Estas regras protecionistas não se aplicam aos países pobres que têm produtos da agricultura e do têxtil. (Pogge, 2007)

A conferência de Seattle em Dezembro de 1999 provocou reacções e manifestações acaloradas. A OMC foi posta em causa. O debate estendeu-se às críticas à globalização e ao neoliberalismo. No fundo contestava-se a ausência de uma ética nos negócios e nas relações internacionais.

Dois anos depois, na conferência de Doha, abriu-se um precedente, num novo ciclo de negociações, com especial interesse para os PED's, nomeadamente no que respeita a questões ligadas ao comércio de produtos do sector primário, a permitir preços mais acessíveis aos países mais pobres nos produtos farmacêuticos, e ainda, apoios na implementação das políticas comerciais nos PED's, entre outros assuntos.

Há, contudo, outras questões prioritárias que foram adiadas para discussão em nova ronda, das quais se destacam a política da concorrência, o trabalho e o ambiente, entre outros.

Em relação à política da concorrência, a sua aplicação no âmbito da OMC recebe algumas reservas por parte de alguns países, nomeadamente alguns países asiáticos que receiam que as grandes multinacionais dos países desenvolvidos entrem no seu mercado interno e criem dificuldades às suas pequenas e médias empresas em crescimento.

No que respeita ao trabalho e ao ambiente, existe alguma relutância por parte dos PED's à imposição de padrões de trabalho e padrões ambientais. As economias em desenvolvimento vêm as propostas para regular os padrões ambientais e de trabalho

através de sanções da OMC, como um novo proteccionismo dos países ricos (Dollar, 2007).

De acordo com Elliot (2003) a criação de sindicatos, pode causar o desinvestimento das empresas externas que procuram aqueles países devido à oferta de mão-de-obra barata, assim como o trabalho infantil. Por outro lado, os padrões ambientais podem servir como meros pretextos proteccionistas, dado o menor poder negocial dos países mais pobres. Há o risco dos países mais fortes, inibidos no seu próprio território por leis ambientais, poderem degradar o ambiente dos países menos desenvolvidos.

Há, por isso, a necessidade de maior integração e coerência entre as instituições internacionais e melhoria na coordenação com as instituições nacionais, no processo de desenvolvimento mundial e na resposta aos desafios da globalização. Em síntese, e mais uma vez, há a necessidade de uma ética aprovada e assumida por todos os membros da OMC.

As regras do regime de desenvolvimento internacional devem mudar de forma a permitir aos governos dos países em desenvolvimento margem para adoptar políticas para acelerar as suas economias em maiores actividades de valor acrescentado, (Wade, 2007).

7.4 O Debate Actual Centrado na Economia, no Ambiente e nos Direitos Humanos

Singer (2004) coloca a seguinte questão: “Até que ponto deverão os líderes políticos encarar o seu papel de uma forma limitada, apenas em termos da promoção dos

interesses dos seus cidadãos e até que ponto deverão preocupar-se com o bem-estar das pessoas em todo o Mundo?”. (Singer, 2004:28)

Os atentados do 11 de Setembro nos EUA, seguidos pelos atentados terroristas na Europa, bem como, os desastres naturais como o furacão Katrina e o El Nino revelaram a extrema necessidade das nações mais ricas assumirem uma perspectiva ética mundial, que reflecta a ideia de que vivemos num só mundo global, em que nenhum país está à margem das consequências catastróficas de uma má gestão ambiental mundial, ou do terrorismo global. Uma política egocêntrica unilateral que não consegue enxergar para além das suas fronteiras nacionais é incompatível com uma ética global/universal.

Qualquer acontecimento à distância pode ter consequências graves na nossa própria casa - já não existe espaço nem tempo, que nos proteja do que acontece no outro canto do mundo. O planeta tornou-se mais pequeno, e os problemas dos outros, são agora muito mais próximos, e muito mais nossos.

Existe só uma atmosfera, o planeta está a aquecer. Nove dos dez anos mais quentes dos últimos 140 anos ocorreram depois de 1990, fazendo derreter a camada de gelo do planeta aumentando o nível das águas marítimas, o que provocou fenómenos naturais de grande escala e intensidade, cada vez mais frequentes, como o furacão Katrina e o El Nino.

Pela primeira vez na história mundial, os governos de grande parte dos países começaram a preocupar-se com esta matéria e a agir.

O aquecimento global é provocado pela emissão de gases de efeito estufa, e em 1997, o protocolo de Quioto estabeleceu metas de limitação ou redução da emissão destes gases para 39 países desenvolvidos, a atingir até 2012.

Este protocolo foi assinado por 178 países, e entrou em vigor em 2001, deixando de fora países como os EUA, que recusaram o protocolo e estavam a emitir quatro vezes a quota que seria permitida de gases de efeito estufa.

O documento rege-se pelo princípio do “comércio de emissões”, através do qual um país pode comprar créditos de emissão a outros. No entanto a forma de atribuição destas quotas aos países tem sido amplamente discutida e controversa. Para Singer (2004) a proposta mais justa seria aquela que atribui quotas aos países de acordo com o tamanho da população, permitindo, assim, que os países mais pobres pudessem transaccionar as suas quotas por outros recursos e para o seu próprio desenvolvimento. A principal dificuldade reside nas altas taxas de corrupção que existem nos governos de alguns PED`s que permite que os fundos provenientes deste comércio sejam desviados para outros fins.

Hoje em dia com a globalização, os indivíduos têm a percepção de que as decisões tomadas em qualquer local têm efeitos para além-fronteiras, assim como as acções das empresas transnacionais e os especuladores da moeda internacional, e os grandes investidores institucionais. Muitos também se apercebem da saliência crescente das organizações internacionais e supranacionais, da opinião pública supranacional através dos média e da tecnologia. O resultado é um novo sentido de vulnerabilidade às forças transnacionais, encaradas com o aquecimento global, a propagação do vírus da SIDA e o terrorismo internacional (Fraser, 2007).

A OMC tem sido alvo de críticas no que diz respeito à sua falta de democracia, à sua parcialidade, e à sua despreocupação por outros assuntos que não os comerciais: caso do ambiente, dos direitos humanos e do bem-estar dos animais.

Na questão ambiental, a OMC pretende que os países não utilizem o pretexto ambiental para favorecer ou proteger a sua própria indústria. Utiliza a regra produto/processo, ou seja, considera a proibição da entrada de produtos análogos estrangeiros como proteccionismo nacional, independentemente do processo de produção. A título de exemplo, refira-se o levantamento por parte da OMC de políticas proibitivas da União Europeia à entrada de peles de animais adquiridas pela via de armadilhas dentadas, à comercialização de cosmética resultante de testes em animais e à entrada de carne de vaca produzida com hormonas.

Segundo (Pogge, 2007) as regras da OMC também alimentam o monopólio dos preços da indústria farmacêutica, de forma a encorajar o desenvolvimento de novos medicamentos. Colocando o mundo pobre sem acesso à medicação, dado os preços praticados serem muito superiores aos custos de produção, sendo que a investigação de novos medicamentos recai na maioria em doenças que afectam os pobres. Isto poderia ser evitado, segundo o autor, se os governos cooperassem para encorajar o desenvolvimento de nova medicação de outra forma. Pagando aos inventores a proporção do impacto da sua invenção na saúde global ao mesmo tempo permitindo o acesso grátis ao novo conhecimento médico.

Singer (2004) apresenta o exemplo do que aconteceu na África do Sul, para justificar o desinteresse da OMC perante os direitos humanos. Diante de uma “emergência sanitária” caracterizada por 20% da população, equivalente a 4 milhões de pessoas

infectadas pelo vírus da Sida, o governo decidiu autorizar o fabrico de medicamentos na África do Sul, com o propósito de oferecer à população preços mais baixos destes medicamentos.

Perante isto, os EUA reagiram de imediato, ameaçando sanções comerciais em defesa dos direitos de propriedade intelectual dos fabricantes norte-americanos, só desistindo das ameaças perante a pressão da opinião pública.

Enquanto através das TRIPs, a OMC compensa os países mais ricos pelo uso da sua propriedade intelectual nos medicamentos, espécies de plantas e micro-organismos, nenhuma regra exige a estes países compensações pela sua contribuição desproporcional para a poluição mundial e alterações climáticas. (Pogge, 2007).

No que respeita à democracia da OMC, e apesar das decisões desta organização serem tomadas por unanimidade, o poder negocial dos PED`s é inferior ao dos outros países mais ricos, o que os enfraquece na tomada de decisões.

Singer (2004) defende que a OMC deve ser mais activa no que diz respeito a objectivos mais fundamentais para além do compromisso que estabelece para com o comércio livre, podendo mesmo ajudar os países menos desenvolvidos na defesa de uma ética global.

De facto, algumas fragilidades e ausência de meios não têm permitido um papel mais activo das organizações internacionais no processo de Globalização, e torna-se proeminente essa actualização.

“... Uma visão mais ajustada às situações de facto, ao nível das organizações económicas internacionais, permitirá não só clarificar os princípios e regras na base dos quais funcionam, mas também as suas práticas, que são essenciais para que o processo de liberalização mundial dê novos passos em frente e se traduzam de facto em vantagens globalmente partilhadas, designadamente pelos países mais carenciados.” (Silva, 2002:136)

Outro assunto em debate diz respeito à existência de actos de tal magnitude que lesam a dignidade humana e que exigem uma lei universal. Como é o caso do genocídio e os crimes contra a humanidade (escravização, tortura, etc.).

Os perpetradores destes crimes devem ser punidos independentemente da nacionalidade dos criminosos e das vítimas ou das leis vigentes onde os crimes foram praticados.

Na sequência dessa necessidade surgiu o tribunal internacional de Haia em 2002, um órgão internacional permanente com o objectivo de implementar uma lei internacional contra os crimes que lesam os direitos humanos do conjunto dos países que aderiram à sua jurisdição.

Tem havido, da parte dos EUA, uma pressão para implementar uma cláusula de excepção, neste tribunal, que permita a imunidade de todos os detentores de cargos oficiais e militares norte-americanos. No entanto essas exigências têm sido malogradas pelo resto dos países que fazem parte deste órgão. O tribunal foi constituído para que todos os criminosos que atentam contra a dignidade humana sejam julgados em igualdade de circunstâncias independentemente do país e da sua nacionalidade.

A Organização das Nações Unidas poderia assumir o papel do organismo internacional devidamente autorizado a decidir e determinar se uma intervenção militar é justificável

ou não. Mas para isso teria que ser sujeita a reformas sérias e assumir a responsabilidade de protecção dos direitos universais do homem e da dignidade humana, que se devem sobrepor aos interesses nacionais dos seus membros.

Ao longo dos tempos tem preponderado o sentimento de que devemos cuidar dos “nossos” em detrimento dos “outros”, ou seja, cada um de nós cidadão do mundo, preocupamo-nos mais em ajudar quem está próximo do que quem está longe, independentemente de aquele que está longe necessitar muito mais do que aquele que está próximo (parente, vizinho, pessoa da mesma raça, pessoa do mesmo país, etc.).

Nem a raça nem a nacionalidade deveriam determinar o valor do ser humano, e tem que haver uma consciência colectiva da existência de uma só comunidade, de um só povo.

A ajuda externa está muito aquém do que seria necessário para erradicar a pobreza, as pragas, o analfabetismo e as guerras.

É fundamental uma preocupação colectiva e uma consciência ética global que assente na percepção da existência de um só mundo.

A justiça e a solidariedade são valores humanos que podem contribuir para o futuro da humanidade na era da globalização e se estas variáveis qualitativas pudessem ser incluídas nos modelos empíricos sobre os efeitos da globalização na desigualdade na repartição do rendimento nos países em desenvolvimento e, particularmente nos países mais pobres, certamente que os resultados das estimações se alterariam. Mais justiça em cada país e mais solidariedade entre os países terá certamente o efeito de diminuição da desigualdade. É uma hipótese que terá de ser testada.

A preocupação não se deve restringir em como evitar o fenómeno da globalização, uma vez que ele é inevitável, mas sim, de que modo se pode eticamente potenciar os seus benefícios e reduzir as suas desvantagens de forma a permitir a igualdade de oportunidades a todos os indivíduos e uma garantia de futuro para as gerações vindouras.

Os ambientes institucionais são importantes e podem determinar se os benefícios da globalização estão a ser bem conduzidos e de forma justa na criação de redes de segurança, que permitam filtrar os choques negativos associados ao fenómeno, e na diminuição da desigualdade seja ela medida pelo índice de Gini seja ela medida pelo índice de Theil.

8. CONCLUSÃO

Os efeitos da globalização na desigualdade na repartição do rendimento dos países, independentemente do seu nível de desenvolvimento, têm sido controversos nos estudos empíricos efectuados. A divergência de resultados, deriva de utilização de diferentes medidas da globalização e diferentes medidas da desigualdade e também das bases de dados utilizadas, muitas vezes incompletas e baseadas em relatórios nacionais não normalizados. Para além disso, existe uma questão conceptual inerente que promove diferentes noções e percepções sobre estes fenómenos e os factores que os influenciam. O facto de não haver consenso ao nível teórico sobre os efeitos da globalização na desigualdade levanta problemas adicionais no caso dos países em desenvolvimento, onde existe maior dificuldade na obtenção de dados e menos informação. Essa foi uma das razões que motivou esta investigação e deu origem às questões principais a queurgia dar uma resposta.

Para desenvolver o tema principal da dissertação e dar resposta às questões a ele associadas, foi necessário definir globalização e desigualdade na repartição do rendimento e encontrar as medidas mais adequadas para serem utilizadas no estudo empírico. Foi, também, necessário escolher, fundamentadamente, as outras variáveis que explicam a variação da desigualdade destes países ao longo do período em estudo. Por isso, foi efectuada a revisão da literatura, que permitisse dar suporte teórico à especificação dos diferentes modelos empíricos.

A análise empírica desenvolvida para 139 países considerados pelo Banco Mundial como os países em desenvolvimento, com dados para um período de 30 anos, de 1981-2010 em 10 triénios, utilizando os métodos de estimação adequados para a análise em painel, permitiu consubstanciar as conclusões.

Foi utilizado o estimador de efeitos fixos na análise estática e o estimador GMM-SYS de Blundell e Bond (1998, 2000), com a correção de Windmeijer (2005) para amostras finitas, na análise dinâmica. Isso permitiu confrontar os resultados, embora se reconheça que a análise dinâmica e a utilização do estimador GMM-SYS forneça estimativas mais robustas ao eliminar a fonte da endogeneidade derivada da simultaneidade entre as variáveis. Os resultados da análise estática são importantes no sentido em que permitem o confronto com os resultados obtidos pela maioria dos estudos sobre o mesmo tema, que geralmente não utilizam o modelo dinâmico para dados de painel.

A definição de globalização utilizada agregou outros aspectos para além dos económicos com potenciais efeitos na desigualdade de rendimento, como os aspectos sociais e políticos. Para tal, utilizou o índice de globalização multidimensional, Kof, e posteriormente as medidas tradicionais de globalização económica, tais como o IDE e a abertura ao comércio para testar a consistência dos resultados.

A medida de desigualdade considerada como variável dependente na análise da desigualdade dentro dos países (capítulo 4) foi o índice de gini extraído da mais recente e completa base de dados da desigualdade a WIID (UNU WIDER, 2014). Quando nos referimos à desigualdade internacional ponderada entre os países em desenvolvimento (capítulo 5) utilizou-se três medidas de desigualdade: os dois índices de Theil (Theil L

também conhecido por desvio médio logarítmico e Theil T comumente denominado índice Theil) e o gini global ponderado para o conjunto de países em análise.

Ambas as estimações e as definições de desigualdade (dentro dos países e entre os países ponderada pela sua população) confirmam que a globalização definida como um fenómeno multidimensional e medido pelo indicador de globalização Kof leva à diminuição da desigualdade nos países em desenvolvimento. Ao desagregarmos o indicador nos seus subcomponentes, concluímos que este facto é mais evidente para a globalização definida em termos de integração social e política do que para a globalização económica.

Quando utilizamos medidas tradicionais de globalização- IDE e a abertura ao comércio- os resultados da análise estática dependem do tipo de desigualdade que estamos a analisar.

Não encontramos grande evidência dos efeitos destas variáveis na desigualdade de rendimento nos países em desenvolvimento, quando essa desigualdade é medida pelo índice de gini. No entanto, quando utilizamos o índice de Theil para medir a desigualdade entre os países, os efeitos da globalização económica – medidos através do IDE e do grau de abertura das economias- são os efeitos teoricamente esperados pela teoria do comércio internacional (teorema de Heckscher-Ohlin e de Stolper-Samuelson) e pela teoria das firmas multinacionais e do IDE. Ou seja, a abertura do comércio internacional e o aumento dos fluxos de IDE conduzem a menor desigualdade de rendimento entre os países em desenvolvimento.

Na estimação dinâmica o sinal do coeficiente da variável do IDE depende da definição da desigualdade. Se a medida da desigualdade for dada pelo índice de gini então o aumento da globalização via IDE faz aumentar a desigualdade nos países em desenvolvimento; se a medida de desigualdade for dada pelo índice de Theil então o aumento da globalização via IDE faz diminuir a desigualdade entre os países em desenvolvimento.

A relação entre desigualdade e crescimento económico, na forma de um U invertido (parábola côncava em relação à origem), conhecida como a hipótese de Kuznets (1955) - reflectindo que os países para crescerem economicamente (aumento do PIB per capita) têm o custo do aumento da desigualdade no período inicial do crescimento e que só quando o PIB per capita atinge um determinado nível é que a desigualdade na repartição do rendimento começa a diminuir - foi testada considerando todos os países em desenvolvimento e depois considerando só os mais pobres destes países.

Em quase todas as equações, que tiveram em conta o conjunto dos 139 países em desenvolvimento, encontrou-se evidência empírica, estatisticamente significativa, que confirma a hipótese de Kuznets (1955).

Quando analisamos só o conjunto dos países menos desenvolvidos (36 países) os resultados não corroboram a hipótese de Kuznets (1955) no modelo estático e confirmam-na em algumas das especificações do modelo dinâmico. Na análise estática (estimação usando o estimador de efeitos fixos), a relação entre a desigualdade na repartição do rendimento e o PIB per capita é uma relação em forma de U e não de U invertido – inicialmente a desigualdade diminuiria quando os países mais pobres começam a crescer e depois aumentaria a partir de um certo nível do PIB per capita. É

preciso ter algumas reservas em relação a este resultado pois há poucas observações para algumas das variáveis do modelo e podem existir problemas de endogeneidade. Na análise dinâmica em duas das quatro equações estimadas há evidência empírica, estatisticamente significativa que confirma a hipótese de Kuznets (1955).

Os resultados sugerem, também, que melhores níveis de qualidade institucional têm um efeito positivo sobre a desigualdade na repartição do rendimento, no sentido da sua diminuição – o que era teoricamente esperado.

Outras variáveis explicativas da desigualdade foram utilizadas, tais como, o crescimento da população, a população rural no total da população, a ajuda internacional, o número de pessoas a frequentar a universidade e a qualidade institucional. No entanto os resultados revelaram-se contraditórios e dependentes da medida de desigualdade utilizada e da amostra seleccionada: países em desenvolvimento; países em desenvolvimento excluindo a China e a Índia; países menos desenvolvidos.

Quando se consideram todos os países os resultados da análise dinâmica sugerem que uma melhor qualidade institucional - expressa pelo aumento da percepção da corrupção e da responsabilidade democrática - leva a uma diminuição da desigualdade dentro dos países em desenvolvimento. Quanto à variável *enrolter*, que mede o número de pessoas a frequentar a Universidade, os resultados sugerem que o seu aumento leva á diminuição da desigualdade nestes países. Da mesma forma, o coeficiente negativo estimado da variável *rural* significa que quanto maior a extensão da população que vive em áreas rurais no total da população, menor os níveis de desigualdade nestes países. A variável ajuda externa (*oda*) não se revelou estatisticamente significativa em todas as 4

equações estimadas e a variável crescimento da população (*popgrowth*) só se revelou significativa, com coeficiente positivo, numa das equações.

Quando se consideraram só os 36 países mais pobres, os resultados da análise dinâmica, em todas as 4 equações, sugerem que o aumento da população rural nestes países (variável *rural*) leva ao aumento da desigualdade. É um resultado oposto ao obtido para o universo de todos os 139 países em desenvolvimento. A taxa de crescimento da população é significativa em 3 das 4 equações estimadas e com coeficiente positivo, reflectindo que o seu aumento leva ao aumento da desigualdade nestes 36 países mais pobres. As outras variáveis explicativas, referidas acima, não se revelaram estatisticamente significativas.

Quando se considera o grupo de países em desenvolvimento excluindo a China e a Índia por serem outliers (terem um dimensão populacional muito superior e maiores níveis de crescimento), ficando, assim, com uma amostra de 137 países os resultados são ligeiramente diferentes em relação aos resultados obtidos para os 139 países, mas não são diferentes em relação ao efeito da variável KOF, que mede a globalização em termos compósitos.

De modo a estudar a relação entre Crescimento, Desigualdade e Pobreza na era da globalização (capítulo 6) foi considerado no modelo um indicador de pobreza absoluta como variável explicativa da desigualdade. Esta especificação considerou, também, outras variáveis de controlo como, a taxa de emprego (*labourrate*), os impostos sobre o

rendimento, lucros e ganhos de capital em percentagem das receitas dos impostos (*taxincome*) e os gastos públicos em percentagem do PIB (*Pube*).

Quando consideramos todos os países em desenvolvimento, os resultados da análise dinâmica sugerem que o aumento da população empregada e o aumento da carga fiscal diminuem a desigualdade. Mas já em relação aos gastos públicos os resultados sugerem que o seu incremento tem aumentado a desigualdade em vez de a diminuir – confirmando as ideias dos que defendem que as políticas públicas nestes países não têm em consideração a diminuição da desigualdade.

A variável dos gastos públicos em percentagem do PIB apresentou resultados contraditórios no que diz respeito aos testes de consistência, pelo que não podemos tirar conclusões definitivas sobre os efeitos desta variável na desigualdade. A hipótese de Kuznets (1955) foi, também, confirmada neste último modelo.

A variável pobreza é sempre estatisticamente significativa no modelo dinâmico, e com o sinal positivo, como era esperado. Quanto maior o número de pessoas a viver em pobreza absoluta, maior é a desigualdade na repartição do rendimento nos países em desenvolvimento.

A mesma conclusão se retira na análise dinâmica em relação à taxa de emprego: à medida que aumenta a percentagem de trabalhadores no total da população, a desigualdade diminui. O mesmo acontece com a variável de impostos sobre os lucros e ganhos do capital (*taxincome*).

.

Esta dissertação defende que a globalização é um fenómeno multifacetado com outros aspectos para além dos económicos que afectam a desigualdade na repartição do

rendimento. E conclui que o aumento da globalização, medida como uma realidade multidimensional, conduz à diminuição da desigualdade dos países em desenvolvimento, independentemente da definição de desigualdade de rendimento utilizada: índice de gini ou índice de Theil.

Se retirarmos a Índia e a China da amostra dos países em desenvolvimento, os resultados, no que respeita aos efeitos da globalização na desigualdade, não se alteram. Excluindo estes dois países, observamos que a globalização medida pelo índice de globalização KOF mantém o mesmo efeito sobre a desigualdade dos restantes países em desenvolvimento.

No entanto, se analisarmos só o conjunto dos países mais pobres, os resultados mostram o oposto, ou seja a globalização conduz a uma maior desigualdade na repartição do rendimento. Uma vez que são os países mais frágeis aqueles que estão no cerne do debate, por terem economias frágeis e padecerem de falta de apoio e estruturas para encarar os desafios da globalização, estes dados devem ser tidos em consideração e compreendidos pela política internacional do desenvolvimento.

Não obstante, estes resultados estão sujeitos a alguma ressalva, uma vez que existem muito poucas observações nas variáveis da desigualdade para este grupo de países.

Os países são muito diferentes uns dos outros. Mesmo o grupo de países em desenvolvimento não é homogéneo. A escassez de dados, tanto sobre as medidas da desigualdade como da pobreza, dificulta a análise de grupos mais pequenos de países.

A investigação deveria prosseguir no sentido de efectuar estudos de caso para estes países mais pobres, de modo a compreender as especificidades e dificuldades de cada

um deles perante o processo de globalização. Só assim será possível definir políticas de apoio ao desenvolvimento desses países. Só assim a ajuda internacional será eficaz no sentido de promover o crescimento e a diminuição das desigualdades: de todas elas, a começar pela igualdade de oportunidades e a acabar na desigualdade na repartição do rendimento dentro de cada país e entre os diferentes países em desenvolvimento.

Para além disso a harmonização dos dados e o investimento na recolha estatística nos países mais pobres, torna-se cada vez mais necessária para a investigação e também para a tomada de decisões nos fóruns internacionais.

O futuro da Investigação sobre esta temática deve também abordar o impacto da globalização no crescimento económico e a questão ambiental no processo de globalização, tema que tem sido amplamente investigado em Portugal por Leitão (2014, 2015), bem como inserir uma dimensão que reflecta o papel do fenómeno da globalização económica na preservação dos direitos humanos, sugestão abordada por Branco (2012).

Edward Lorenz (1963) escreveu, que nos dias de hoje, o bater de asas de uma borboleta algures no Brasil poderia transformar-se, em apenas uns segundos, num tornado no Texas. E este “efeito borboleta” aplica-se ao fenómeno da globalização. Não podemos esperar que o que afecta as populações mais pobres e vulneráveis não afecte o resto dos cidadãos do mundo globalizado e as gerações vindouras. Para encarar os desafios da globalização dentro do processo de desenvolvimento mundial, as instituições, internacionais e nacionais, são chamadas a desempenhar o seu papel, o que nem sempre tem acontecido, seja ao nível da Organização Mundial de Comércio, seja ao nível das duas instituições sediadas em Washington: Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional.

BIBLIOGRAFIA

Albrow, M. (1990). Globalization, Knowledge and Society, em: M. Albrow and King, E. (Eds), *Globalization, Knowledge and Society*, Londres, Sage Publications, pp. 3-13.

Allemand, S., and J. Borbalan (2001). *A Mundialização*, Editorial Inquérito.

Arellano, M., and O. Bover (1995). Another Look at the Instrumental Variable Estimation of Error Components Models, *Journal of Econometrics*. 68 (1): 29-51.

Atif, S., M Srivastav, M. Sauytbekova and U. Arachchige (2012). Globalization and Income Inequality: A Panel Data Analysis of 68 countries econstor.

Atkinson, A. (1970). On the measurement of inequality. *Journal of Economic Theory*, 2 (3), pp. 244–263.

Baldwin, R., and F. Robert-Nicoud (2010). Trade-in-Goods and trade-in-tasks: An Integrating Framework. NBER working paper 15882, Cambridge: National Bureau of Economic Research.

Baldwin, R., and P. Martin (1999). Two Waves of Globalization: Superficial Similarities, Fundamental Differences, National Bureau of Economic Research Working Paper No. 6904.

Baltagi, B. (2008). *Econometric Analysis of Panel Data*. John Wiley & Sons, Sussex, UK.

Barreto, F. (2005). Crescimento Económico, Pobreza e Desigualdade de Renda: o que sabemos sobre eles? *Ensaio Sobre Pobreza* nº 01, Dezembro 2005, Laboratório de Estudos da Pobreza, CAEN – UFC.

Bergh, A., and T. Nilsson (2010). Do Liberalization and Globalization increase income inequality?. *European Journal of Political Economy*, Elsevier 26(4): 488–505.

Bergh, A., and T. Nilsson (2011). Globalization and absolute poverty – a panel data study, IFN working paper n.862.

Beteille, A. (2003). Poverty and Inequality, *Economic and Political weekly*, October 18, 2003.

Bhalla, S. (2002). Imagine There`s No Country: Poverty, Inequality and Growth in the Era of Globalization, Institute for International Economics, September 2002.

Blundell, R., and S. Bond (1998). Initial conditions and moment restrictions in dynamic panel data models, *Journal of Econometrics*, 87: 115-143.

Blundell, R., and S. Bond (2000). GMM Estimation with Persistent Panel Data: An Application to Production Functions, *Econometric Review*, 19(3): 321 -340.

Bonaglia, F., and A. Goldstein (2006). *Globalização e Desenvolvimento*, Editorial Presença.

Bourguignon, F., and C. Morrisson (1990). Income Distribution, Development and Foreign Trade, *European Economic Review*, 34: 1113-1132.

Bourguignon, F. (2004). The Poverty – Growth- Inequality Triangle. Indian council for research on International Economic Relations Working paper 125. New Delhi: ICRIER.

Branco, M.C. (2012) *Economia dos Direitos Humanos*. Tese de Doutoramento da Universidade de Évora.

Bussmann, M., I. Soysa, and J. Oneal (2005). The effect of Globalization on National Income Inequality. *Comparative Sociology*, 4: 285-312.

Calderon, C., and A. Chong (2001). External Sector and Income Inequality in Interdependent Economies Using a Dynamic Panel Data Approach, *Economics Letters*, 71(2): 225-231.

Calderon, C., and A. Chong (2006). Foreign Aid, Income Inequality, and Poverty, IDB Working Paper No. 455. Available at SSRN: <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.1820028>.
Consulted 26Mar2014

Celik, S., and U. Basdas (2010). How does Globalization Affect Income Inequality? A Panel Data Analysis, *International Advances in Economic Research*, 16(4): 358-70.

Chandi, L., and G. Gertz (2011). Poverty in Numbers: The Changing State of Global Poverty from 2005 to 2015, *Global Economy and Development at Brookings Policy brief* 2011-01.

Chen, S., and M. Ravallion (2012). More Relatively-Poor People in a Less Absolutely-Poor World, Policy Research Working Paper 6114, Development Research Group, World Bank, Washington.

Chong, A., and M. Grandstein (2007). Inequality and Institutions, *The Review of Economics and Statistics*, 89(3): 454-465.

Cornia, G., and J. Court (2001). Inequality, Growth and Poverty in the Era of Liberalization and Globalization, Policy Brief No. 4, UNU WIDER;

Daumal, M. (2010). The Impact of trade openness on regional inequality the case of India and Brazil, Document de travail DT/2010-04 Institute de recherche por le développement, université Paris.

Decressin, J. (2007). The Globalization and Income Inequality. IMF Working Paper, WP/07/169 July 2007.

Deininger, K., and L. Squire (1996). A New Data Set Measuring Income Inequality, *World Bank Economic Review* 10: 565-591.

Deininger, K., and L. Squire (1998). New ways of looking at old issues: Inequality and growth. *Journal of Development Economics*, 57: 259-287.

Dollar, D., and A. Kraay, (2004). Trade, Growth and Poverty, *The Economic Journal*, 114(493): 22-49.

Dollar, D. (2007). Globalization, Poverty and Inequality since 1980, in Held, D. & A. Kaya (eds), *Global Inequality*, Cambridge: Polity, pp.73-103.

Dreher, A., and N. Gaston (2006). Has Globalization Increased Inequality?, *Swiss Institute for Business Cycle Research*, 140 (June).

Dreher, A. (2006). Globalization, *Applied Economics* 38(10): 1091-1110

Updated in

Dreher, A., N. Gaston, and P. Martens (2008). *Measuring Globalization – Gauging its Consequences*. New York: Springer.

Dreher, A., and N. Gaston (2008). Has Globalization Increased Inequality? *Review of International Economics*, 16: 516–536. doi: 10.1111/j.1467-9396.2008.00743.x

Dunning, J. (1988). The eclectic paradigm of international production: a restatement and some possible extensions, *Journal of International Business Studies*. 19(1): 1-31.

Dunning, J. (1995). Reappraising the eclectic paradigm in the age of alliance capitalism, *Journal of International Business Studies*, 26 (3): 461- 491.

Edwards, S. (1997). Trade Policy, Growth, and Income Distribution, *The American Economic Review*, 87(2): 205-210.

Elliot, K. (2003). Labour Standards and the free Trade Area of the Americas, International Institute for Economics Policy paper.

Faustino, H., and C. Vali (2013). The effects of Globalization and Economic Growth on Income Inequality: Evidence for 24 OECD Countries, *Argumenta Oeconomica*, 1(30): 13-31.

Feenstra, R., and Hanson, G. (1997). Foreign direct investment and relative wages: Evidence from Mexico's maquiladoras, *Journal of International Economics*, 42: 371-93.

Figge, L., and P. Martens (2014). Globalisation Continues: The Maastricht Globalisation Index Revisited and Updated, *Globalizations*, DOI: [10.1080/14747731.2014.887389](https://doi.org/10.1080/14747731.2014.887389).

Firebaugh, G., and F. Beck (1994). Does Economic Growth Benefit the Masses? Growth, Dependence, and Welfare in the Third World, *American Sociological Review*, 59(5): 631-653.

Foster, J., M. Lokshin, & Z. Sajaia. (2013). *A Unified Approach to Measuring Poverty and Inequality: Theory and Practice*, Washington, DC: World Bank. doi: 10.1596/978-0-8213-8461-9 License: Creative Commons Attribution CC BY 3.0

Fraser, N. (2007). Reframing Justice in a Globalized World, in Held, D. & A. Kaya (eds), *Global Inequality*, Cambridge: Polity, pp.252- 272.

Friedman, T. (1999). *Compreender a Globalização – O Lexus e a Oliveira*, Editores Quetzal.

Goldberg, P., and N. Pavcnik (2007). Distributional Effects of Globalization in Developing Countries, *Journal of Economic Literature*, 45: 39–82 (March).

Gosta, E. (2007). More Inequality and Fewer Opportunities? Structural Determinants and Human Agency in the Dynamics of Income Distributions, in Held, D. & A. Kaya (eds), *Global Inequality*, Cambridge: Polity, pp.216- 251.

Grossman, G., and E. Rossi-Hansberg (2006). The Rise of Offshoring: It`s not Wine for Cloth Anymore, *The New Economic Geography: Effects and Policy Implications*. Ed. Federal Reserve Bank of Kansas City, 2006: 59-102.

Hanson, G., and A. Harrison, (1999). Trade and Wage Inequality in Mexico, *Industrial and Labor Relations Review*, 52(2): 271-288.

Haughton, J., and S. Khandker (2009). *Handbook on poverty and inequality*, World Bank Publications: 101-119

Herzer, D., and P. Nunnenkamp (2012). The effects of Foreign Aid on Income Inequality: Evidence from Panel, Cointegration, Kiel working paper 1762.

Heshmati, A., and S. Lee (2010). The relationship between Globalization, Economic Growth and Income Inequality, TEMEP Discussion Paper 201051, Seoul National University.

Hussain, S., I. Chaudhry & Mahmood-ul-Hasan (2009). Globalization and Income Distribution: Evidence from Pakistan, *Europe Journal of Social sciences*, Vol.8 (4).

International Country Risk Guide (2014), www.prsgroup.com/about-us/our-two-methodologies/icrg (accessed March 2014).

Iradian, G. (2005). Inequality, Poverty, and Growth: Cross-Country Evidence, IMF Working paper, WP/05/28.

Jenkins, S. (2008). Estimation and interpretation of measures of inequality, poverty, and social welfare using Stata, In *North American Stata Users' Group Meetings 2006* (No. 16). Stata Users Group.

Kaizeler, A., and H. Faustino (2008). Ética, Globalização e Ética da Globalização, SOCIUS Working papers, 01/2008.

Disponível em: <http://pascal.iseg.utl.pt/~socius/publicacoes/wp/WP12008.pdf>

Kearney, A.T. (2003). Measuring Globalization: Who's up, who's down?, *Foreign Policy*, January/February: 60-72.

Khor, M. (2000). Globalization and the South: Some Critical Issues, UNCTAD Discussion Papers no.147, United Nations Conference on Trade and Development, Geneva.

Kleinert, J. (2001). The Role of Multinational Enterprises in Globalization: An Empirical Overview. Kiel Working Papers No. 1069.

Krugman, P., and M. Obstfeld (1991). *International Economics. Theory and Policy*, Harper Collins Publishers, New York.

Kuznets, S. (1955). Economic Growth and Income Inequality. *The American Economic Review*, 45 (1): 1-28.

Lee, K. (2014). Globalization, Income Inequality and Poverty: Theory and Empirics, *College of Economics*, Ritsumeikan University, Japan.

Leitão, N.C. (2014) Economic Growth, Carbon Dioxide Emissions, Renewable Energy and Globalization. *International Journal of Energy Economics and Policy*, 4 (3): 391-399.

Leitão, N.C. (2015) Energy Consumption and Foreign Direct Investment: A panel Data Analysis for Portugal. *International Journal of Energy Economics and Policy*, 5 (1): 138-147.

Li, H., L. Squire, and H. Zou (1998). Explaining International and Intertemporal Variation in Income Inequality. *The Economic Journal*, 108: 26-43

Lorenz, E. (1963). Deterministic non periodic flow. *Journal of the atmospheric sciences* 20 (2): 130-141.

Lustig, N. (2014). Apraising World Income Inequality Databases: An overview. UNU lecture at WIDER`s conference: *Inequality – Measurement, Trends, Impacts and Policies*, Helsinki, Finland. September 2014. Disponível em: http://stonecenter.tulane.edu/uploads/Lustig_AssessingIneqDatabases_WIDER_Sep_5_2014-1410357595.pdf

Mahler, A., K. Jesuit, and D. Roscoe (1999). Exploring the Impact of Trade and Investment on Income Inequality, *Comparative Political Studies*, 32(3): 363-395.

Majeed, M., and R. MacDonald, (2010). Distributional and Poverty Consequences of Globalization: A dynamic Comparative Analysis for Developing Countries, Working Papers 2010_22, Business school – Economics, University of Glasgow.

Mamoon, D., and S. Murshed (2012). Education bias of trade liberalization and wage inequality in developing countries, *The Journal of International Trade & Economic Development: An International and Comparative Review*, 21(3): 1-33.

Milanovic, B. (2007). Globalization and Inequality, in Held, D. & A. Kaya (eds), *Global Inequality*, Cambridge: Polity, 26-49

Milanovic, B. (2012). Global Income Inequality By the numbers: In History and Now – an overview, Policy research working paper series 6259, the World Bank.

Mundell, R. (1957). International Trade and factor Mobility, *The American Economic Review*, 47(3): 321-35.

Niño-Zarazúa, M., L. Roope, and F. Tarp (2014). Global interpersonal inequality trends and measurement, UNU WIDER working paper 2014/004.

Nissanke, M., and E. Thorbecke (2005). Channels and policy debate in the globalization – inequality - poverty nexus, Wider discussion papers // World Institute for Development Economics (UNU-WIDER), No. 2005/08, ISBN 9291907138.

Pereirinha, J. (1988). *Inequalities, household income distribution and development in Portugal*, Tese de Doutoramento, Institute of Social Studies, Hague, Netherlands.

Pogge, T. (2007). Why Inequality Matters in Held, D. & A. Kaya (eds), *Global Inequality*, Cambridge: Polity, pp.132-147.

Randolph, J. (2001). G-Index: globalisation measured, *World Markets Research Centre*.

Ravallion, M. (1995). Growth and poverty: Evidence for developing countries in the 1980s, *Economic Letters*, 48: 411-417.

Ravallion, M. (2003). The Debate on Globalization, Poverty and Inequality, Policy Research Working Paper 3038, Development Research Group, World Bank, Washington.

Rodrick, D. (1998). The debate over globalization: how to move forward by looking backward paper presented at the conference: Future of the world trading system, IIE, Washington, DC, April 15th.

Rodrigues, C. (1999). Income Distribution and Poverty in Portugal (1994/1995) – (A comparison between the European Community Household Panel and the Household Budget Survey) CISEP, ISEG/Universidade Técnica de Lisboa, June 1999.

Rodrigues, C. (2008). *Distribuição do Rendimento, Desigualdade e Pobreza: Portugal nos anos 90*, Edições Almedina, Coimbra, Portugal.

Rodrigues, C., R. Figueiras, e V. Junqueira (2012). *Desigualdade Económica em Portugal*, Fundação Francisco Manuel dos Santos, Lisboa, Portugal.

Rodrigues, C., and I. Andrade (2012). Monetary Poverty Material Deprivation and Consistent Poverty in Portugal, *Notas Económicas*. N.35.

Rodrigues, C. (2012). *Desigualdade em Portugal. Evolução da distribuição pessoal dos rendimentos a partir dos anos 80*. Fundação Francisco Manuel dos Santos. Lisboa.

Sala-i-Martin, X., M. Pinkovskiy (2010). African Poverty is Falling... Much Faster Than you Think, Social Columbia University and NBER working paper 15775 Feb 2010.

Samini, P., G. Lim, and A. Buang, (2012). A Critical Review on Synthetic Globalization Indexes, *International Journal of Fundamental Psychology & Social Sciences*, 2 (1): 28-31.

Silva, J. (2002). *Estados e empresas na Economia Mundial*, Vulgata, Lisboa.

Singer, P. (2004). *Um Só Mundo: A ética da globalização*, 1ª edição, Gradiva, Lisboa.

Solimano, A. (2001). The evolution of World Income Inequality: Assessing the Impact of Globalization. Serie ECLAC, Working paper 11, Series. Macroeconomic of Development.

Solt, F. (2009). Standardizing the World Income Inequality Database, *Social science quarterly*, vol. 90, nº2 pp: 231-242.

Stiglitz, J. (2003). *Globalização, A grande Desilusão*, Editora Terramar, Lisboa.

Stiglitz, J. (2013). *O Preço da Desigualdade*, 2a edição, Bertrand Editora, Lisboa.

Stringer, J. (2006). Unpublished results. Foreign Direct Investment and Income Inequality in Developing Countries: An Exploration of the Causal Relationship Using Industry Level FDI Data, Document prepared for the 2006 annual Midwest Political Science Association conference.

Subramanian, S. (2014). Dividing a cake (or) Distributional values in the measurement of economic inequality: an expository note, *The Journal of Philosophical Economics*, 7(2), 2-19.

Sutcliffe, B. (2007). The Unequalled and Unequal Twentieth Century, in Held, D. & A. Kaya (eds), *Global Inequality*, Cambridge: Polity, pp.50-72.

Tayebi, S., and S. Ohadi (2009). Relationship between Globalization and Inequality in Different economic Blocks, mimeo, 1-14.

Thorbecke, E. (2014). The structural anatomy and institutional architecture of inclusive growth in sub-Saharan Africa, UNU WIDER working paper 2014/041.

Vujakovic, P. (2009). How to Measure Globalisation? A New Globalisation Index (NGI), WIFO Working Papers.

Wade, R. (2001). Is globalization making the world income distribution more equal?, Working papers Series, n°10, Development Economics Studies Institute, and London School of economics.

Wade, R. (2004). Is Globalization Reducing Poverty and Inequality?, *World Development* 1514 Great Britain: Elsevier Ltd.

Wade, R. (2007). Should We Worry about Income Inequality? , in Held, D. & A. Kaya (eds), *Global Inequality*, Cambridge: Polity, pp.104-131.

Williamson, J. (2002). Winners and Losers over two Centuries of Globalization, National Bureau of Economic Research Working Paper No 916.

Windmeijer, F. (2005). A finite sample correction for the variance of linear efficient two-step GMM estimators, *Journal of Econometrics*, 126: 25-51.

Wood, A. (1994). North-South Trade, Employment, and Inequality: Changing Fortunes in a Skill Driven World, Oxford: Clarendon Press.

World Bank (2013). *World Development Indicators*, Washington, DC: World Bank, (acedido em Fevereiro 2014).

WTO (2010). *International Trade Statistics*, disponível em www.wto.org (acedido em Maio 2011).

UNDP (2014). Humanity divided: confronting Inequality in Developing Countries, UNDP Report.: 64-116.

UNU-WIDER (2014). *World Income Inequality Database (WIID3.0b)*, September 2014, Disponível em http://www.wider.unu.edu/research/Database/en_GB/wiid/

Zhou, L., B. Biswas, T. Bowles, and P. Saunders, (2011). Impact of Globalization on Income Distribution Inequality in 60 Countries, *Global Economy Journal*, 11(1).

ANEXOS

Anexo 1. Comparação de vários estudos entre globalização e desigualdade

Estudo	Período	Países	Globalização	Desigualdade	Efeitos
Heshmati & Lee (2010)	1995-2001	61 Desenvolvidos e em desenvolvimento	Próprio índice Multidimensional	Gini	Diminui desigualdade
Bussmann et al (2005)	1970-1990	72 Desenvolvidos e em desenvolvimento	IDE	Gini	Insignificante
Bergh & Nilsson (2010)	1970-2005	80 Desenvolvidos e em desenvolvimento	KOF	Gini	Kof social diminui a desigualdade Outros componentes são insignificantes
Solimano (2001)		Revisão Literatura	Abertura Comércio	Gini	Insignificante
Atif et al (2012)	1990-2010	68 Países em Desenvolvimento	KOF	Gini	aumenta desigualdade
Zhou et al (2011)	2000	60 Desenvolvidos e em desenvolvimento	Kearney Index	Gini	diminui desigualdade
Tayebi & Ohadi (2009)	1985-2004	60 Desenvolvidos e em desenvolvimento	KOF	EHII	Globalização política e social diminui a desigualdade
Faustino & Vali (2013)	1997-2007	24 Países Desenvolvidos	Abertura Comércio e IDE	Gini	Abertura diminui desigualdade IDE aumenta a desigualdade
Majeed & Macdonald (2010)	1970-2008	65 Países em Desenvolvimento	Abertura Comércio e IDE e Liberalização financeira	Gini	IDE e comércio aumentam a desigualdade
Celick & Basdas (2010)	1990-2007	3 grupos: desenvolvidos, em desenvolvimento e emergentes	Abertura do comércio e IDE	Gini	Difere consoante o grupo
Dreher & Gaston (2006, 2008)	1970-2000	Desenvolvidos e em desenvolvimento	KOF	Gini & Theil_T	Aumenta desigualdade nos desenvolvidos Insignificante nos em desenvolvimento

Fonte: Compilação do autor

Anexo 2. Países em Desenvolvimento

Afghanistan	Guatemala	Palau
Albania	Guinea	Panama
Algeria	Guinea-Bissau	Papua New Guinea
American Samoa	Guyana	Paraguay
Angola	Haiti	Peru
Argentina	Honduras	Philippines
Armenia	Hungary	Romania
Azerbaijan	India	Rwanda
Bangladesh	Indonesia	Samoa
Belarus	Iran, Islamic Rep.	São Tomé and Príncipe
Belize	Iraq	Senegal
Benin	Jamaica	Serbia
Bhutan	Jordan	Seychelles
Bolivia	Kazakhstan	Sierra Leone
Bosnia and Herzegovina	Kenya	Solomon Islands
Botswana	Kiribati	Somalia
Brazil	Korea, Dem. Rep.	South Africa
Bulgaria	Kosovo	South Sudan
Burkina Faso	Kyrgyz Republic	Sri Lanka
Burundi	Lao PDR	St. Lucia
Cambodia	Lebanon	St. Vincent and the Grenadines
Cameroon	Lesotho	Sudan
Cape Verde	Liberia	Suriname
Central African Republic	Libya	Swaziland
Chad	Macedonia, FYR	Syrian Arab Republic
China	Madagascar	Tajikistan
Colombia	Malawi	Tanzania
Comoros	Malaysia	Thailand
Congo, Dem. Rep.	Maldives	Timor-Leste
Congo, Rep.	Mali	Togo
Costa Rica	Marshall Islands	Tonga
Côte d'Ivoire	Mauritania	Tunisia
Cuba	Mauritius	Turkey
Djibouti	Mexico	Turkmenistan
Dominica	Micronesia, Fed. Sts.	Tuvalu
Dominican Republic	Moldova	Uganda
Ecuador	Mongolia	Ukraine
Egypt, Arab Rep.	Montenegro	Uzbekistan
El Salvador	Morocco	Vanuatu
Eritrea	Mozambique	Venezuela, RB
Ethiopia	Myanmar	Vietnam
Fiji	Namibia	West Bank and Gaza
Gabon	Nepal	Yemen, Rep.
Gambia, The	Nicaragua	Zambia
Georgia	Niger	Zimbabwe
Ghana	Nigeria	
Grenada	Pakistan	

Anexo 3. Índices e variáveis do KOF índice de Globalização 2013

Indices and Variables	Weights
A. Economic Globalization	[36%]
i) Actual Flows	(50%)
Trade (percent of GDP)	(21%)
Foreign Direct Investment, stocks (percent of GDP)	(28%)
Portfolio Investment (percent of GDP)	(24%)
Income Payments to Foreign Nationals (percent of GDP)	(27%)
ii) Restrictions	(50%)
Hidden Import Barriers	(24%)
Mean Tariff Rate	(27%)
Taxes on International Trade (percent of current revenue)	(26%)
Capital Account Restrictions	(23%)
B. Social Globalization	[37%]
i) Data on Personal Contact	(34%)
Telephone Traffic	(25%)
Transfers (percent of GDP)	(3%)
International Tourism	(26%)
Foreign Population (percent of total population)	(21%)
International letters (per capita)	(24%)
ii) Data on Information Flows	(35%)
Internet Users (per 1000 people)	(33%)
Television (per 1000 people)	(36%)
Trade in Newspapers (percent of GDP)	(31%)
iii) Data on Cultural Proximity	(31%)
Number of McDonald's Restaurants (per capita)	(45%)
Number of Ikea (per capita)	(45%)
Trade in books (percent of GDP)	(10%)
C. Political Globalization	[26%]
Embassies in Country	(25%)
Membership in International Organizations	(28%)
Participation in U.N. Security Council Missions	(22%)
International Treaties	(26%)

Fonte: <http://globalization.kof.ethz.ch/>

Anexo 4. Variáveis, definições e fontes dos capítulos 4 e 5.

Variáveis	Descrição	Fonte
Theil_L e Theil_T	Medida de desigualdade global ponderada.	Cálculo do autor com dados da população e do PIB da base de dados WDI (World Bank, 2013)
Gini_global	Medida de desigualdade entre países ponderada	Cálculo do autor com dados da população e do PIB da base de dados WDI (World Bank, 2013)
gini	Medida de desigualdade dentro dos países	WIID – (UNU WIDER, 2014)
kof	KOF Indicador multidimensional de globalização	Dreher, Gaston e Martens (2006, 2008)
kofecon	Componente económico do KOF	Dreher, Gaston e Martens (2006, 2008)
kofsoc	Componente social do KOF	Dreher, Gaston e Martens (2006, 2008)
kofpol	Componente político do KOF	Dreher, Gaston e Martens (2006, 2008)
open2	Abertura do Comércio: total das exportações e importações como percentagem do PIB.	Cálculo do autor com dados da % de exportações e da % de importações da base de dados WDI (World Bank, 2013).
fdi	Influxos de Investimento Directo Estrangeiro (% do PIB)	WDI (World Bank, 2013)
loggdp	Logaritmo do PIB per capita ppc em dólares internacionais de 2005 constantes	WDI (World Bank, 2013)
loggdp2	Log do quadrado do gdp	WDI (World Bank, 2013)
cor_icrg	corrupção	ICRG do PRS group, 2013
da_icrg	Responsabilidade democrática	ICRG do PRS group, 2013
enrolter	% de pessoas inscritas nas universidades (% bruta)	WDI (World Bank, 2013)
oda	Assistência oficial ao desenvolvimento líquida (%PNB)	WDI (World Bank, 2013)
popgrowth	Crescimento da população (% anual)	WDI (World Bank, 2013)
rural	população (% do total da população)	WDI (World Bank, 2013)

Anexo 5. Países Menos Desenvolvidos

Afghanistan	Kyrgyz Republic
Bangladesh	Liberia
Benin	Madagascar
Burkina Faso	Malawi
Burundi	Mali
Cambodia	Mozambique
Central African Republic	Myanmar
Chad	Nepal
Comoros	Niger
Congo, Dem. Rep.	Rwanda
Eritrea	Sierra Leone
Ethiopia	Somalia
Gambia,	The South Sudan
Guinea	Tajikistan
Guinea-Bissau	Tanzania
Haiti	Togo
Kenya	Uganda
Korea, Dem. Rep.	Zimbabwe

Anexo 6. Variáveis, definições e fontes do capítulo 6.

Variáveis	Descrição	fonte
gini	Medida de desigualdade de rendimento dentro dos países	WIID – (UNU WIDER, 2014)
kof	KOF índice de Globalização	Dreher,Gaston e Martens (2006, 2008)
kofecon	Componente económico do KOF	Dreher,Gaston e Martens (2006, 2008)
kofsoc	Componente social do KOF	Dreher,Gaston e Martens (2006, 2008)
kofpol	Componente político do KOF	Dreher,Gaston e Martens (2006, 2008)
open2	Abertura do Comércio: total das exportações e importações como percentagem do PIB.	Cálculo do autor com dados da % de exportações e da % de importações da base de dados WDI (World Bank, 2013)
fdi	Influxos de Investimento Directo Estrangeiro (% do PIB)	WDI (World Bank, 2013)
Abspov1	Número de pessoas a viver com menos de 1,25 dólares por dia (ppc) (em percentagem da população).	WDI (World Bank, 2013)
Loggdp	Logaritmo do PIB per capita ppc em dólares internacionais de 2005 constantes	WDI (World Bank, 2013)
loggdp2	Log do quadrado do gdp	WDI (World Bank, 2013)
Labourrate	Total da população trabalhadora activa (em % do total da população entre os 15 e os 64 anos).	WDI (World Bank, 2013)
Taxincome	Impostos sobre rendimento, lucros e ganhos de capital (% de receitas).	WDI (World Bank, 2013)
Pube	Despesa pública (% do PIB).	WDI (World Bank, 2013)

Anexo 7. Tabela de Correlações do capítulo 4 com 139 países.

	gini	kof	kofpol	kofsoc	kofeco	open2	fdi	loggdp	loggdp2	cor_icrg	da_icrg	enrolter	oda	popgrowth	rural
gini	1.0000														
kof	0.0215	1.0000													
kofpol	-0.0888	0.5668	1.0000												
kofsoc	0.0049	0.8912	0.2856	1.0000											
kofecon	0.1153	0.8335	0.1244	0.7245	1.0000										
open2	0.0653	0.4141	-0.2129	0.4382	0.6480	1.0000									
fdi	-0.0071	0.2831	-0.1144	0.2477	0.4676	0.4631	1.0000								
loggdp	0.0557	0.7012	0.2722	0.7602	0.5566	0.1463	0.0654	1.0000							
loggdp2	0.0574	0.6965	0.2724	0.7580	0.5483	0.1325	0.0624	0.9985	1.0000						
cor_icrg	0.2285	-0.1380	-0.1215	-0.0741	-0.1268	-0.1599	-0.1378	0.0933	0.0935	1.0000					
da_icrg	0.0651	0.3641	0.2177	0.3206	0.2978	0.0578	0.0047	0.2761	0.2823	0.1551	1.0000				
enrolter	-0.1810	0.6669	0.2422	0.7207	0.5454	0.2468	0.1932	0.6962	0.6992	-0.1430	0.2685	1.0000			
oda	0.1682	-0.3794	-0.3619	-0.3809	-0.1533	0.1780	0.1164	-0.6376	-0.6300	0.0205	-0.1669	-0.4184	1.0000		
popgrowth	0.2706	-0.4460	-0.0974	-0.4849	-0.4154	-0.2224	-0.2714	-0.4478	-0.4396	0.1933	-0.1306	-0.5487	0.3157	1.0000	
rural	-0.0960	-0.5738	-0.2633	-0.6203	-0.4237	-0.0389	-0.0677	-0.7612	-0.7624	-0.1534	-0.2590	-0.6315	0.4112	0.2798	1.0000

Fonte: Compilação do autor através do programa *Stata13*

Anexo 8. Teste de Hausman equação principal do capítulo 4 com 139 países.

	---- Coefficients ----			
	(b) fixed	(B) random	(b-B) Difference	sqrt(diag(V_b-V_B)) S.E.
kof	-.081185	.1213048	-.2024898	.0671272
loggdp	32.84022	3.031986	29.80823	29.01176
loggdp2	-3.881343	.0496756	-3.931019	4.09382
cor_icrg	1.009241	1.134663	-.125422	.1878984
da_icrg	-.5792231	-.3281379	-.2510852	.152638
enrolter	-.0298248	-.1501422	.1203174	.0391163
oda	.1926753	.1966021	-.0039268	.0659156
popgrowth	-.1638932	.7375675	-.9014607	.4565122
rural	-.2441837	-.0514058	-.1927778	.1243418

b = consistent under Ho and Ha; obtained from xtreg

B = inconsistent under Ha, efficient under Ho; obtained from xtreg

Test: Ho: difference in coefficients not systematic

$$\begin{aligned} \text{chi2}(9) &= (b-B)'[(V_b-V_B)^{-1}](b-B) \\ &= 28.64 \\ \text{Prob}>\text{chi2} &= 0.0007 \end{aligned}$$

Fonte: Compilação do autor através do programa *Stata13*

Anexo 9. Tabela de Correlações do capítulo 4 com 36 países.

	gini	kof	kofpol	kofsoc	kofeco	open2	fdi	loggdp	loggdp2	cor_icrg	da_icrg	enrolter	oda	popgrowth	rural
gini	1.0000														
kof	-0.0277	1.0000													
kofpol	-0.1948	0.7895	1.0000												
kofsoc	0.0148	0.8644	0.5040	1.0000											
kofecon	0.1256	0.8657	0.4093	0.7853	1.0000										
open2	0.0733	0.5966	0.3469	0.5466	0.6221	1.0000									
fdi	-0.1479	0.4626	0.2337	0.3772	0.5429	0.5971	1.0000								
loggdp	0.1184	0.4396	0.4283	0.4458	0.2638	0.1024	-0.1542	1.0000							
loggdp2	0.1171	0.4490	0.4375	0.4550	0.2696	0.1115	-0.1512	0.9993	1.0000						
cor_icrg	0.4088	-0.0929	-0.3074	0.0259	0.0926	0.1563	-0.0214	0.0561	0.0485	1.0000					
da_icrg	-0.2159	0.2743	0.3261	0.2208	0.1380	0.1636	0.2374	0.2033	0.2033	0.0596	1.0000				
enrolter	-0.3855	0.4006	0.5222	0.3186	0.1586	0.1765	0.0491	0.4284	0.4410	-0.3208	0.0766	1.0000			
oda	0.1958	-0.0844	-0.4026	-0.0494	0.2462	0.1771	0.1638	-0.4339	-0.4383	0.2551	-0.2000	-0.5120	1.0000		
popgrowth	0.3086	-0.1160	-0.1988	-0.1555	0.0360	-0.0030	0.0065	-0.2323	-0.2409	0.3210	-0.0621	-0.4566	0.3074	1.0000	
rural	-0.1082	-0.2523	-0.1153	-0.2924	-0.2604	-0.5370	-0.2052	-0.2448	-0.2495	-0.1353	-0.0596	-0.2264	-0.0993	0.0301	1.0000

Fonte: Compilação do autor através do programa *Stata13*

Anexo 10. Teste de Hausman equação principal do capítulo 4 com 36 países.

	---- Coefficients ----		(b-B) Difference	sqrt(diag(V_b-V_B)) S.E.
	(b) fixed	(B) random		
kof	.6859479	.0288606	.6570873	.3653397
loggdp	-572.8231	-277.8829	-294.9402	518.8595
loggdp2	106.7696	52.7177	54.05189	90.14961
cor_icrg	3.724005	2.424387	1.299618	1.244709
da_icrg	-2.421959	-2.766618	.3446597	1.686298
enrolter	-1.541412	-2.166649	.6252371	1.190257
oda	-.5137688	-.0748164	-.4389524	.2579041
popgrowth	2.683892	1.544532	1.13936	.9362105
rural	3.260701	-.0466484	3.30735	.9771709

b = consistent under Ho and Ha; obtained from xtreg

B = inconsistent under Ha, efficient under Ho; obtained from xtreg

Test: Ho: difference in coefficients not systematic

$$\text{chi2}(8) = (b-B)'[(V_b-V_B)^{-1}](b-B)$$

$$= 15.10$$

$$\text{Prob}>\text{chi2} = 0.0573$$

(V_b-V_B is not positive definite)

Fonte: Compilação do autor através do programa *Stata13*

Anexo 11. Tabela de Correlações do capítulo 5 com 139 países.

	Theil_L	Theil_T	gini_global	kof	kofpol	kofsoc	kofeco	open2	fdi	loggdp	loggdp2	cor_icrg	da_icrg	enrolter	oda	popgrowth	rural
Theil_L	1.0000																
Theil_T	0.9921	1.0000															
gini_global	0.9903	0.9996	1.0000														
kof	-0.5357	-0.5568	-0.5583	1.0000													
kofpol	-0.4239	-0.4474	-0.4492	0.6268	1.0000												
kofsoc	-0.3901	-0.4068	-0.4084	0.8893	0.3781	1.0000											
kofeco	-0.4335	-0.4433	-0.4436	0.7994	0.1385	0.6678	1.0000										
open2	-0.2451	-0.2504	-0.2495	0.4158	-0.1704	0.4067	0.6768	1.0000									
fdi	-0.3732	-0.3832	-0.3831	0.3215	-0.0155	0.2547	0.4785	0.4542	1.0000								
loggdp	-0.1420	-0.1497	-0.1498	0.6886	0.3015	0.7368	0.5454	0.2059	0.1094	1.0000							
loggdp2	-0.1427	-0.1508	-0.1510	0.6850	0.2989	0.7375	0.5390	0.1926	0.1052	0.9983	1.0000						
cor_icrg	0.2453	0.2748	0.2786	-0.1408	-0.1943	-0.0528	-0.0887	-0.1161	-0.1185	0.0864	0.0851	1.0000					
da_icrg	-0.2391	-0.2422	-0.2409	0.4012	0.2817	0.3616	0.2894	0.0570	0.0540	0.3087	0.3093	0.1580	1.0000				
enrolter	-0.2971	-0.3223	-0.3247	0.6512	0.3306	0.6961	0.4765	0.2080	0.2067	0.6682	0.6717	-0.1077	0.2984	1.0000			
oda	0.0979	0.1090	0.1107	-0.4033	-0.3810	-0.3773	-0.1914	0.0720	0.0347	-0.6210	-0.6117	0.0808	-0.2060	-0.4138	1.0000		
popgrowth	0.2990	0.3009	0.3006	-0.4370	-0.1422	-0.4937	-0.3644	-0.1939	-0.2402	-0.4228	-0.4192	0.1460	-0.1662	-0.5277	0.2487	1.0000	
rural	0.1517	0.1547	0.1553	-0.5997	-0.3428	-0.6147	-0.4303	-0.1150	-0.1195	-0.7394	-0.7416	-0.0894	-0.2437	-0.6272	0.4132	0.3039	1.0000

Fonte: Compilação do autor através do programa *Stata13*

Anexo 12. Teste de Hausman equação principal do capítulo 5 com 139 países

---- Coefficients ----				
	(b)	(B)	(b-B)	sqrt(diag(V_b-V_B))
	fixed	random	Difference	S.E.
kof	-.0065032	-.0063041	-.0001991	.0002177
loggdp	.3284486	.3014085	.0270401	.0908157
loggdp2	-.0304554	-.0293612	-.0010942	.0142628
cor_icrg	-.003013	.0050379	-.0080508	.
da_icrg	-.0040877	-.0050765	.0009888	.
enrolter	.0000175	-.0000153	.0000328	.0002098
oda	-.0003855	-.0002639	-.0001216	.
popgrowth	.0020221	.0050799	-.0030578	.
rural	.0046531	.0002635	.0043896	.0005197

b = consistent under Ho and Ha; obtained from xtreg

B = inconsistent under Ha, efficient under Ho; obtained from xtreg

Test: Ho: difference in coefficients not systematic

$$\begin{aligned} \text{chi2}(9) &= (b-B)'[(V_b-V_B)^{-1}](b-B) \\ &= -185.90 \quad \text{chi2} < 0 \implies \text{model fitted on these} \\ &\quad \text{data fails to meet the asymptotic} \\ &\quad \text{assumptions of the Hausman test.} \end{aligned}$$

Fonte: Compilação do autor através do programa *Stata13*

Anexo 13. Tabela de Correlações do capítulo 5 com 137 países.

	Theil_L	Theil_T	gini_global	kof	kofpol	kofsoc	kofeco	open2	fdi	loggdp	loggdp2	cor_icrg	da_icrg	enrolter	oda	popgrowth	rural
Theil_L	1.0000																
Theil_T	0.9590	1.0000															
gini_global	0.9772	0.9803	1.0000														
kof	-0.2479	-0.3176	-0.2634	1.0000													
kofpol	-0.2402	-0.2884	-0.2529	0.6415	1.0000												
kofsoc	-0.1589	-0.2063	-0.1659	0.8863	0.3942	1.0000											
kofeco	-0.1859	-0.2523	-0.2023	0.8013	0.1645	0.6573	1.0000										
open2	-0.1173	-0.1578	-0.1283	0.4100	-0.1499	0.3923	0.6635	1.0000									
fdi	-0.1949	-0.2457	-0.2034	0.3168	-0.0103	0.2464	0.4744	0.4516	1.0000								
loggdp	-0.0587	-0.0742	-0.0618	0.6833	0.3145	0.7324	0.5345	0.1873	0.1001	1.0000							
loggdp2	-0.0607	-0.0761	-0.0637	0.6800	0.3137	0.7332	0.5272	0.1723	0.0957	0.9983	1.0000						
cor_icrg	0.0358	0.0665	0.0602	-0.1194	-0.1933	-0.0247	-0.0709	-0.1050	-0.1163	0.1063	0.1049	1.0000					
da_icrg	-0.0682	-0.1215	-0.0831	0.4446	0.2875	0.4142	0.3349	0.0782	0.0743	0.3410	0.3421	0.1528	1.0000				
enrolter	-0.1731	-0.1940	-0.1737	0.6518	0.3486	0.6976	0.4682	0.1919	0.2024	0.6642	0.6675	-0.0979	0.3190	1.0000			
oda	-0.0309	-0.0189	-0.0358	-0.4228	-0.3702	-0.4048	-0.2229	0.0450	0.0285	-0.6460	-0.6377	0.0898	-0.2129	-0.4336	1.0000		
popgrowth	0.0948	0.1480	0.1050	-0.4430	-0.1244	-0.5075	-0.3851	-0.2177	-0.2428	-0.4330	-0.4304	0.1502	-0.1896	-0.5437	0.2357	1.0000	
rural	0.0627	0.0827	0.0644	-0.6016	-0.3788	-0.6122	-0.4124	-0.0838	-0.1103	-0.7372	-0.7388	-0.1064	-0.2748	-0.6226	0.4457	0.3244	1.0000

Fonte: Compilação do autor através do programa *Stata13*

Anexo 14. Teste de Hausman equação principal do capítulo 5 com 137 países.

	---- Coefficients ----			
	(b) fixed	(B) random	(b-B) Difference	sqrt(diag(V_b-V_B)) S.E.
kof	-.0002188	-.0002671	.0000483	.0000755
loggdp	.0029712	.0086806	-.0057094	.0309785
loggdp2	-.001472	-.0009438	-.0005281	.0046992
cor_icrg	-.001599	-.0003278	-.0012712	.0003734
da_icrg	.0007137	.0002968	.0004169	.0002873
enrolter	-.0001093	-.0000769	-.0000324	.0000693
oda	-.0003127	-.0001135	-.0001992	.0000538
popgrowth	-.0008834	-.0001652	-.0007182	.0004453
rural	.0006268	-.0000359	.0006626	.0001251

b = consistent under Ho and Ha; obtained from xtreg

B = inconsistent under Ha, efficient under Ho; obtained from xtreg

Test: Ho: difference in coefficients not systematic

$$\begin{aligned} \text{chi2}(9) &= (b-B)'[(V_b-V_B)^{-1}](b-B) \\ &= 98.02 \\ \text{Prob}>\text{chi2} &= 0.0000 \end{aligned}$$

Fonte: Compilação do autor através do programa *Stata13*

Anexo 15. Tabela de Correlações do capítulo 5 com 36 países.

	Theil_L	Theil_T	gini_global	kof	kofpol	kofsoc	kofeco	open2	fdi	loggdp	loggdp2	cor_icrg	da_icrg	enrolter	oda	popgrowth	rural
Theil_L	1.0000																
Theil_T	0.2281	1.0000															
gini_global	0.8189	0.5283	1.0000														
kof	0.5390	-0.4110	0.2094	1.0000													
kofpol	0.5023	-0.4225	0.1892	0.7774	1.0000												
kofsoc	0.4122	-0.2596	0.1732	0.8403	0.4518	1.0000											
kofeco	0.3769	-0.2780	0.1449	0.8232	0.3277	0.7301	1.0000										
open2	0.2742	-0.1067	0.1366	0.5649	0.3029	0.4862	0.6091	1.0000									
fdi	0.3431	-0.3452	0.0857	0.4638	0.3322	0.2926	0.4745	0.5062	1.0000								
loggdp	0.2565	0.0349	0.1542	0.3517	0.3868	0.3494	0.1297	0.1016	-0.1507	1.0000							
loggdp2	0.2661	0.0357	0.1597	0.3595	0.3932	0.3581	0.1345	0.1073	-0.1497	0.9993	1.0000						
cor_icrg	-0.2732	-0.0342	-0.2009	-0.1056	-0.3139	0.0949	0.0547	-0.0646	-0.0330	0.0250	0.0224	1.0000					
da_icrg	0.3194	-0.3150	0.0943	0.3241	0.4310	0.2532	0.0801	-0.0146	0.2342	0.2484	0.2515	0.1212	1.0000				
enrolter	0.4639	-0.1217	0.2664	0.4343	0.5283	0.3268	0.1699	0.2930	0.2137	0.3159	0.3238	-0.2852	0.1159	1.0000			
oda	-0.1974	-0.0276	-0.1474	-0.0542	-0.3560	0.0410	0.2493	0.1884	0.1192	-0.3310	-0.3321	0.2642	-0.1845	-0.3422	1.0000		
popgrowth	-0.1115	-0.1309	-0.0780	-0.0069	0.0375	-0.0983	0.0049	0.0236	0.0548	0.0028	-0.0058	0.0964	0.0226	-0.1813	-0.0190	1.0000	
rural	-0.1534	0.0897	-0.0720	-0.2050	-0.0682	-0.2145	-0.2434	-0.4578	-0.0838	-0.1684	-0.1716	0.1012	0.1055	-0.2624	-0.0749	0.1468	1.0000

Fonte: Compilação do autor através do programa *Stata13*

Anexo 16. Teste de Hausman equação principal do capítulo 5 com 36 países

	---- Coefficients ----			
	(b) fixed	(B) random	(b-B) Difference	sqrt(diag(V_b-V_B)) S.E.
kof	.0008427	.000359	.0004838	.0001589
loggdp	-.2360978	-.0492289	-.1868689	.1159243
loggdp2	.0413143	.0086685	.0326458	.0209712
cor_icrg	-.0021478	-.0012105	-.0009373	.0005599
da_icrg	-.001232	.0009102	-.0021422	.0005684
enrolter	.0011708	.000657	.0005138	.000299
oda	-.0001989	-.0000266	-.0001723	.0000511
popgrowth	.0002047	-.0003967	.0006014	.0003282
rural	.0007422	.0000461	.0006961	.0003415

b = consistent under Ho and Ha; obtained from xtreg

B = inconsistent under Ha, efficient under Ho; obtained from xtreg

Test: Ho: difference in coefficients not systematic

$$\begin{aligned} \text{chi2}(9) &= (\mathbf{b}-\mathbf{B})'[(\mathbf{V}_b-\mathbf{V}_B)^{-1}](\mathbf{b}-\mathbf{B}) \\ &= 64.59 \end{aligned}$$

$$\text{Prob}>\text{chi2} = 0.0000$$

(V_b-V_B is not positive definite)

Fonte: Compilação do autor através do programa *Stata13*

Anexo 17. Tabela de Correlações do capítulo 6.

	gini	kof	kofpol	kofsoc	kofecon	fdi	open2	abspov1	loggdp	loggdp2	Labour.	Taxinc.	pube
gini	1.0000												
kof	-0.2144	1.0000											
kofpol	-0.0772	0.5751	1.0000										
kofsoc	-0.3095	0.8326	0.1396	1.0000									
kofecon	-0.0860	0.8447	0.1898	0.7084	1.0000								
fdi	-0.1534	0.4445	0.0014	0.4302	0.5616	1.0000							
open2	-0.2026	0.3528	-0.2590	0.4967	0.5355	0.4234	1.0000						
abspov1	0.2269	-0.5637	-0.0976	-0.7070	-0.4445	-0.1546	-0.2791	1.0000					
loggdp	-0.1624	0.6503	0.1959	0.7138	0.5401	0.2094	0.2064	-0.8214	1.0000				
loggdp2	-0.1707	0.6500	0.1987	0.7149	0.5353	0.2171	0.1993	-0.8093	0.9984	1.0000			
Labour.	0.1868	-0.2891	-0.2445	-0.3246	-0.0769	-0.0278	-0.1213	0.4123	-0.3011	-0.2863	1.0000		
Taxinc.	0.0973	0.1087	0.2924	-0.0888	0.0577	-0.1731	-0.2407	0.0169	0.1435	0.1427	0.1076	1.0000	
pube	-0.4044	0.4539	0.0941	0.5783	0.3329	0.2627	0.4104	-0.4215	0.3914	0.4011	-0.3137	-0.1608	1.0000

Fonte: Compilação do autor através do programa *Stata13*

Anexo 18. Teste de Hausman equação principal do capítulo 6

---- Coefficients ----				
	(b)	(B)	(b-B)	sqrt(diag(V_b-V_B))
	fixed	random	Difference	S.E.
kof	.0631347	-.0224466	.0855813	.0531605
loggdp	-63.1284	44.9898	-108.1182	39.74269
loggdp2	7.777056	-5.761927	13.53898	5.115692
abs pov1	.1211532	.155196	-.0340427	.0291628
labourrate	-.1801115	-.0101693	-.1699422	.0900543
taxincome	-.1099044	-.0612937	-.0486107	.0226384
pube	-.0089876	-.1193574	.1103698	.0602494

b = consistent under Ho and Ha; obtained from xtreg

B = inconsistent under Ha, efficient under Ho; obtained from xtreg

Test: Ho: difference in coefficients not systematic

$$\text{chi2}(7) = (b-B)'[(V_b-V_B)^{-1}](b-B)$$

$$= 21.00$$

$$\text{Prob}>\text{chi2} = 0.0038$$

Fonte: Compilação do autor através do programa *Stata13*